

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL
CURSO DE HISTÓRIA

EDIMÁRIA LIMA OLIVEIRA SOUZA

**MARTINHA: A HISTÓRIA DE UMA EX-ESCRAVIZADA NO
SERTÃO DE COITÉ (1870-1933)**

Santo Antonio de Jesus-BA
Outubro de 2015

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL
CURSO DE HISTÓRIA

EDIMÁRIA LIMA OLIVEIRA SOUZA

**MARTINHA: A HISTÓRIA DE UMA EX-ESCRAVIZADA NO
SERTÃO DE COITÉ (1870-1933)**

Texto apresentado como requisito para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Mestrado em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – Campus V Santo Antônio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação da Prof. Dr^o. Walter da Silva Fraga Filho.

Santo Antonio de Jesus-BA
Outubro de 2015

EDIMÁRIA LIMA OLIVEIRA SOUZA

**MARTINHA: A HISTÓRIA DE UMA EX-ESCRAVIZADA NO
SERTÃO DE COITÉ (1870-1933)**

Texto apresentado como requisito para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Mestrado em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – Campus V Santo Antônio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia, sob a orientação da Prof. Dr^o. Walter da Silva Fraga Filho.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr^o. WALTER DA SILVA FRAGA FILHO- Orientador
UFRB

Prof^a. Dr^a. Elisangela Oliveira Ferreira
UNEB

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Ferreira dos Reis
UFRB

Prof^o. Dr^o. Wellington Castellucci Junior
UFRB

Prof^o. Dr^o. Antonio Liberac Cardoso Simões
UFRB

Santo Antonio de Jesus
2015

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela vida, força e a restituição de minha saúde para a conclusão deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof^o. Dr^o Walter Fraga pelas orientações valiosas e por me encaminhar ao trabalho com a trajetória da escrava Martinha. Seus conselhos e correções fizeram a diferença para a existência deste trabalho. Agradeço também pela paciência nesses mais de dois anos e pelo apoio no momento mais difícil dessa caminhada, o momento em que fiquei muito doente. Muito obrigado!

A minha querida orientadora da graduação, Prof^a. Dr^a. Iris Verena Santos Oliveira, pelo incentivo para que eu fizesse a seleção do mestrado e por suas palavras positivas sempre que eu desanimava. Obrigado pelas conversas e seus conselhos.

Agradeço a minha querida professora do ensino médio, Suzana Macário Rocha. Sem sua ajuda no início eu não teria condições de viajar e me manter no mestrado.

Aos colegas da UNEB- Campus XIV de Conceição do Coité, Vera Lúcia Ribeiro, minha querida Verinha, sua ajuda e parceria foi fundamental para que eu fizesse a pesquisa fora de Coité. Aos colegas Pedro Márcio pelo incentivo a fazer a seleção e a João Amorin pelo apoio e amizade nos primeiros semestres de aula. À minha amiga irmã Patrícia Carneiro, sem você seria tudo mais difícil. Sua amizade foi um dos melhores presentes que a vida me deu ofertou.

Aos amigos e colegas do mestrado, Marcelo, que esteve o tempo todo me ajudando com palavras de ânimo; Alex, que desde o início me dizia pra focar na história da escrava Martinha; A Cristina pelas conversas; A Karla pela grande ajuda nas sugestões de leituras para o terceiro capítulo sobre memória; A Rosimário pelas muitas risadas. Em especial aos amigos que ganhei no mestrado, que dividiram comigo as angústias e alegrias... quantos sorrisos e até lágrimas, Ana Paula, Alcides, Joelma e Priscila que dividiram a casa comigo no primeiro semestre; A Gabriela Bonomo e Gabriela Silva. Vocês tornaram meus dias mais felizes em Santo Antonio de Jesus.

Agradeço as pessoas que tornaram esta pesquisa possível. A seu Romão Cedraz pelas muitas conversas, entrevistas e por ter me apresentado aos seus familiares descendentes de Martinha; Ao memorialista Orlando Barreto sou muito grata pelas conversas e ajuda no identificar as fontes. As sugestões foram muito importantes. Aos funcionários da Casa Paroquial de Conceição do Coité, agradeço pelo acesso e por ter sido tão bem recebida todas as vezes que precisei consultar os documentos existentes

ali. Assim como aos estagiários do CEDOC da UNEB pela colaboração na busca dos documentos necessários.

Agradeço as queridas Profª Drª. Elisângela Ferreira e Isabel Reis pelas sugestões que fizeram na qualificação e pelas correções propostas. Foi o momento de amadurecimento da pesquisa.

Às professoras do mestrado, a Maria das Graças Leal pelas sugestões e pelos “puxões de orelha” sobre as minhas considerações nas aulas referentes a minha pesquisa. A Nancy Sento Sé pelas belas aulas de Teoria foram fundamentais para pensar meu objeto de pesquisa. A Cristiana Lyrio pelas sugestões durante as suas aulas e a Ednélia Souza pelas valiosas discussões nos encontros da Linha II.

E por fim, as pessoas que são a razão da minha existência, a força que me move a acordar todos os dias e alimentar meus projetos. Aos meus pais, Manoel Raimundo e Hélia que mesmo não tendo estudado nem o antigo primário, me incentivaram a estudar e a trilhar nesse mundo da educação. Aos meus irmãos Juju, Ronaldo e Edilson pela força e por terem ficado do meu lado nos meses que estive doente. Mesmo morando em outras cidades, ligavam todos os dias para saber como eu estava me recuperando e me dando forças. A Romário (in memoriam), que foi o melhor amigo que tive durante a minha graduação, me levava pra UNEB em Conceição do Coité e de forma paciente me esperava todas as noites por quase quatro horas de aula. A sua partida foi a maior dor que senti na minha vida. Ainda é difícil acordar todos os dias e saber que não mais verei teu sorriso! É também por você que fiz esse mestrado, sua luta por mim não foi em vão! Ao meu companheiro Maciel, pela paciência.

Por fim ao meu filho, Marcos, meu anjinho e razão de minha alegria. Agradeço o carinho com que me recebia todas as semanas quando eu voltava de Santo Antonio de Jesus. Sempre esperava acordado e me agraciava com seus beijos e abraços. Você é meu maior tesouro. Por você eu continuo sonhando e acreditando que vale a pena viver!

RESUMO

Em 1883, Manoel Cedraz de Oliveira Júnior registrou em cartório uma escritura de perfilhação, reconhecendo seus cinco filhos tidos com Martinha Maria de Jesus, uma ex-escrava sua. A trajetória desta liberta bem como de sua família é o objeto principal deste trabalho. Através de escrituras de compra, venda e doações de escravos, testamentos, assentos de batismos, cartas de liberdade, procurações, registros de casamento e de óbito, declarações de nascimentos e de óbitos, documentos diversos em livros de notas bem como as entrevistas orais dos descendentes somados a uma ampla leitura bibliográfica foi possível desvendar situações vividas pelos membros desta família. A partir da vida de Martinha foi possível conhecer as experiências vividas por outras famílias cativas que tinham relações de amizade e de apadrinhamento com ela. Assim, um universo mais amplo de escravidão e de liberdade no período da escravidão e no pós-abolição foi revelado.

Palavras-chave: Escravidão, Família escrava, Liberdade, Martinha, trajetória.

ABSTRACT

In 1883, Manoel de Oliveira Junior Cedraz registered notarized deed one profiling, recognizing his five children born with Martinha Maria of Jesus, a former slave yours. The trajectory of this release as well as his family is the main object of this work. Through the purchase, sale and donations of slaves, wills, baptisms seats, letters of freedom, powers of attorney, marriage records and death certificates, declarations of births and deaths, multiple documents in note books and oral interviews descendants added to a broad literature reading was possible to unravel situations encountered by members of this family. From Martinha of life it was possible to know the experiences of other captive families who had friendly relations and sponsorship with it. Thus, a broader universe of slavery and freedom in the period of slavery and post-abolition was revealed.

Keywords: slavery, slave Family, Freedom, Martinha, trajectory

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

I- Mapa da Freguesia de Feira de Santana- Século XIX.

LISTA DE QUADROS

I- Famílias escravas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité (1870-1902);

II- Família da escrava Martinha: filhos e netos.

ABREVIATURAS

APEB- Arquivo Público do Estado da Bahia;

ACPCC- Arquivo da Casa Paroquial de Conceição do Coité;

CEDOC- Centro de Documentação da UNEB, Campus XIV- Conceição do Coité;

FHC-ACMFS- Family History Center- Arquivo da Cúria Metropolitana de Feira de Santana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I- Escrava Martinha: história de uma cativa no sertão da Bahia.....	16
1.1- Conhecendo o mundo de Martinha.....	17
1.2- Martinha, mãe de um pequeno cativo.....	25
1.3- Manoel Cedraz, quem era afinal este homem?.....	29
1.4- O encontro de dois mundos.....	34
1.5- Martinha e suas escolhas.....	43
CAPÍTULO II- Trajetórias de escravos e libertos: os filhos de Martinha.....	50
2.1- Relações de compadrio: pensando no futuro dos filhos.....	50
2.2- Famílias escravas.....	56
2.3- Tecendo fios.....	61
2.4- Caminhos trilhados por Saturnino.....	63
2.5- Filhos, filhas e netos de Martinha.....	69
2.6- Revisitando Martinha: últimos anos de vida.....	79
CAPÍTULO III- Vestígios do passado: uma história contada e recontada.....	83
3.1- Para início de conversa.....	83
3.2- Martinha: memória coletiva e mito.....	89
3.3- Uma mulher diferente?.....	101
3.4- O que dizem os memorialistas: entre a ficção e a honra de Martinha.....	104
3.5- Encontros e desencontros da memória.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
LISTA DAS FONTES.....	115
REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

A escrava Martinha é uma personagem conhecida entre os memorialistas de Conceição do Coité há algum tempo¹. Encontrei parte de sua trajetória na pesquisa de graduação sobre a escravidão e a liberdade na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no período entre 1869 e 1888. Naquele estudo localizei alguns documentos que indicavam a compra de Martinha e seu filho Saturnino e também uma escritura de perfilhação em que um homem de posses reconhecia cinco filhos naturais tidos com uma certa “Martinha Maria de Jesus”. Estas informações despertaram meu interesse, pois, havia ali uma relação entre senhor e cativa dando origem a uma família diferenciada.

A partir de tais evidências, iniciei uma busca apurada na documentação que fazia menção a seu nome e também ao dos seus filhos e do seu senhor. Seria necessário para isto, seguir os passos dos historiadores da micro-história, como referencial teórico e metodológico, e com um olhar microscópico buscar dados específicos numa variedade de fontes. A micro-história nos incentiva também a buscar novas fontes, e a reduzir a escala de observação com o intuito de enxergar aspectos que de um modo macro passariam despercebidos.² A pequena escala possibilita captar certos mecanismos que em uma escala macro produziria certas generalizações que não respondem a muitas das questões específicas que dizem respeito aos indivíduos e suas relações. Meu olhar se voltou então para a vida desta escrava que transitou entre o mundo dos cativos, libertos e livres.

O caminho trilhado pelos historiadores da micro-história³ é percorrido especialmente pelos seguidores da história social aqui no Brasil. Dentre alguns tantos, podemos lembrar de João José Reis, Eduardo Silva, Gabriela Sampaio, Walter Fraga, Isabel Reis e Hebe Matos.⁴ Tais autores buscaram evidências de seus sujeitos pesquisados e conseguiram descortinar o espaço em que estes viviam levando em consideração o cotidiano, as questões sociais e culturais.

A partir da análise das primeiras descobertas acerca da vida de nossa personagem, busquei respostas para uma pergunta central: O que realmente significava família

¹ Os memorialistas são Orlando Matos Barreto e Vanilson Lopes de Oliveira.

² BARROS, José D' Assunção. *Sobre a feitura da micro-história*. In OPSIS, Vol. 7, n ° 9, Jul/Dez 2007, pp. 167-185

³ Dentre os historiadores podemos destacar Carlo Ginzburg (1994); José D'Assunção Barros (2007); Giovanni Levi (2000).

⁴ Ver entre outros, Hebe Mattos (1995); Isabel Reis (2007) Walter Fraga (2006), João José Reis (2008).

formada entre senhor e escrava e as implicações para cada membro desta família, incluindo os filhos? Essa questão se somou a outras tantas: como entender os papéis desempenhados por Martinha num relacionamento conjugal com seu senhor? Por que afinal um homem branco e de posses escolheria para constituir família uma escrava de seu domínio, quando poderia fazer tal escolha dentro de seu grupo social? E ainda: como viveu nossa personagem com sua família dentro de um núcleo familiar branco que era a família do pai de seus filhos?

Para responder a tais questionamentos fizemos uma busca minuciosa em livros de notas de escrituras de compra e venda de imóveis, propriedades rurais e escravos, assentos de batismos, de casamentos e de óbitos, inventários, procurações, processos-crime e outros documentos que apareciam arrolados nos livros de notas e que vez ou outra traziam dados sobre a família de nossa Martinha. A partir de sua biografia, outros sujeitos que viveram as mesmas circunstâncias de escravidão foram evidenciados, principalmente a identificação de algumas famílias cativas formadas pelas mães e seus filhos e ainda pelos pais e sua prole. Dessa forma, aspectos sociais dessas famílias aparecem ao longo do texto.

Outra fonte utilizada foi a oral. Foram realizadas entrevistas com descendentes da escrava Martinha, bisnetos, sobrinhos-netos e memorialistas que ouviram relatos de parentes dela que conviveram com a mesma. Tais entrevistas trazem detalhes importantes que as fontes escritas não dão conta. As fontes orais têm grande importância para a historiografia, pois, está tem o potencial de dar voz aqueles que normalmente não as tem, ou seja, os esquecidos, os excluídos. Assim, a História oral é um valioso método de pesquisa que possibilita o acesso a muitas experiências ainda não escritas, inclusive de pessoas como Martinha.⁵

Dentre os trabalhos historiográficos do período da escravidão e do pós-abolição que trouxeram fontes orais, podemos destacar os trabalhos de Walter Fraga⁶ e o de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios.⁷ Em *Encruzilhadas da Liberdade*, Fraga traz informações colhidas a partir da entrevista de um antigo morador do Engenho da Cruz, Manoel Araujo Ferreira. Sua entrevista indicou o nome de alguns dos ex-escravos que Fraga encontrou nos documentos escritos. Os relatos do entrevistado indicavam o local de

⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz? CPDOC: Rio de Janeiro, 2000.

⁶ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas- SP: Editora UNICAMP, 2006.

⁷ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

origem de alguns dos egressos da escravidão, condições de suas moradias e endereços de trabalho e ainda algumas lembranças da própria escravidão, das condições em que eram tratados e viviam.

No livro *“Memórias do cativo”*, Hebe Mattos e Ana Lugão Rios colocam o pós-abolição como problema histórico e destacam os relatos de descendentes dos últimos escravos do sudeste cafeeiro do Brasil. Nos depoimentos, as memórias dos entrevistados destacam principalmente as lembranças sobre relações de trabalho, os laços familiares e as situações de violência em que viveram seus pais e avós enquanto cativos.⁸

As situações de violência nem sempre são revelados pelos entrevistados, pois, agem numa tentativa de esquecer tais circunstâncias de sofrimento como forma de resistência. Essa resistência muitas vezes aparece em forma de esquecimento⁷. Os descendentes de escravos também buscam fugir do estigma da escravidão e para tanto, negam as situações de violência e de pertencimento a um passado de servidão.

O trabalho com a memória de escravos no Brasil não é tarefa fácil, pois, ao contrário dos Estados Unidos, não se deu a devida importância aos depoimentos dos egressos da escravidão logo após a abolição, ficando para serem feitos mais tarde através de filhos, netos e bisnetos de homens e mulheres que viveram no cativoiro.

Encontrar os nomes de ex-escravos na documentação do pós-abolição requer um exercício minucioso de cruzamento de fontes, o método chamado por Robert Slenes de “ligação nominativa” adotado por Walter Fraga em estudo sobre as trajetórias de escravos e libertos dos engenhos no Recôncavo baiano no período entre 1870 e 1910. Por meio do cruzamento de variadas fontes documentais e o uso da história oral, ele conseguiu revelar alguns aspectos sobre o passado de escravidão dos libertos depois do 13 de maio de 1888.⁹

Outros autores que conseguiram quebrar este silêncio nas fontes e trazer detalhes da vida de libertos e seus descendentes é as já citadas Hebe Mattos e Ana Lugão Rios, que para tanto, fazem uso da metodologia da história oral. A memória dos descendentes de escravos do sudeste brasileiro revelou diversos aspectos da escravidão que viveram os ascendentes dos entrevistados. Através do estudo, percebeu-se também as condições de sobrevivência dos que emergiram do cativoiro em 1888, abordando suas escolhas e estratégias de sobrevivência. As autoras também relacionam as fontes orais com os documentos escritos.

⁸ MATOS; RIOS, 2010. Op. Cit.,

⁹ POLLAK, Michael. *“Memória, esquecimento e silêncio”*. In: Estudos Históricas, vol.2, n.3, 1989, 3-15.

O trabalho que ora se apresenta também é um estudo biográfico da vida desta personagem chamada Martinha. O trabalho biográfico em História esteve durante muito tempo relacionado ao estudo da vida de grandes heróis da sociedade brasileira. Assim, “o personagem-objeto era visto em si mesmo, solitário e isento”.¹⁰ Este gênero nos últimos anos tem buscado “encontrar o sujeito biografado em seu mundo, no seu movimento de vida”¹¹ como sujeito que atuava para transformar sua vida e reagia diante das situações sociais a que era submetido.

A partir da evidência de um relacionamento entre um homem livre com uma mulher negra e escrava, tivemos a necessidade de revisitar Gilberto Freyre e trajetórias de mulheres como Chica da Silva. Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre afirmou que a mulher negra era “irresistível” e também apontou haver no período colonial e imperial a predileção de alguns homens brancos e abastados por mulheres negras e cativas. As mulheres de cor eram vistas como as mais dotadas de atributos sexuais e por isso mesmo despertavam nos homens brancos desejos libidinosos. Freyre foi um dos primeiros autores a tratar da questão de relacionamento entre senhor/ cativa, mas, isso dentro de uma tese mais geral da relação de proximidade entre a casa grande e a senzala.¹²

Por tais motivos, muitas escravas, libertas e livres de cor constituíram relações afetivas ilegítimas com senhores e/ou filhos destes. Dessa forma, desde o período colonial, tais relações, se tornaram um problema para a família branca. Muitas senhoras mandavam castigar as suas cativas de forma cruel e algumas vendiam suas escravas mais jovens a velhos “libertinos” por medo delas se envolverem com seus maridos e abalar a estrutura do casamento. Exemplos de crueldade eram praticados por tais senhoras para servir como exemplos às demais escravas da casa para que não se envolvessem com seus senhores brancos.¹³

Sabemos, que o envolvimento com os proprietários poderiam ou não beneficiar as cativas. Por um lado, seria uma forma de chegar mais perto da alforria ou mesmo adquirir meios de sobrevivência para si e sua prole. Mas, por outro lado, é possível também que tais relacionamentos pudessem existir por um forte sentimento afetivo ou mesmo de amor. Não podemos anular a possibilidade de existência de sentimentos tanto

¹⁰ Idem, FRAGA FILHO, 2006.

¹¹ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino, entre letras e lutas*. Bahia 1851-1923. São Paulo: Annablume, 2009

¹² Ibidem, p. 24.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o Regime da Família Patriarcal* (1933). Rio de Janeiro- São Paulo: Record, 2001.

por parte das cativas, como também dos senhores. É inegável também que muitos casos entre senhores e suas cativas aconteciam pelo uso da força e do poder resultante da relação senhor/escrava.¹⁴ Nesta situação, as relações de poder ficam evidentes, quando o direito de propriedade se estendia ao usufruto do corpo da cativa.

O assédio dos senhores às escravas era parte do poder do senhor sobre suas cativas. E não apenas as solteiras eram abusadas e violentadas sexualmente, as escravas casadas também poderiam ser vítimas do assédio senhorial. As ameaças era uma forma de intimidar a cativa e fazer com que ela não reagisse e “permitisse” que os abusos continuassem. Ameaças de separação da família através de vendas e até trabalhos individuais mais pesados eram comum.¹⁵

Chica da Silva foi uma dessas escravas que manteve um relacionamento afetivo com um homem branco e de posses. Seu senhor lhe concedeu a liberdade e ainda possibilitou meios para que a mesma e seus filhos tivessem um futuro com recursos suficientes para a sobrevivência e a preparação destes para a inserção no mundo dos livres. Chica da Silva se tornou sinônimo de depravação e sua imagem ainda é associada a uma mulher que conquistava seus interesses por meio do sexo.¹⁶

A historiografia têm apontado relacionamentos estáveis entre senhores e suas cativas que resultaram em filhos ilegítimos ou mesmo naturais. O caso da escrava Luzia Jeje que manteve um relacionamento afetivo com seu senhor e ainda foi mãe de cinco filhos naturais reconhecidos por ele¹⁷, é uma evidência de que tais relações amorosas existiram e possivelmente muitos ainda possam ser encontrados e estudados.

A trajetória da escrava Martinha e de seus filhos não é um caso extraordinário, nem tampouco único. Mas, o seu diferencial se dá no fato de que ela se tornou a única mulher dele, pelo menos, essa relação se oficializou na Igreja Católica. Todavia, faz-se necessário estudá-la, conhecer os pormenores de tal relação e ainda as consequências para a vida de sua prole, seis filhos pardos, cinco destes com sobrenome reconhecido na sociedade coiteense, a família Cedraz.

¹⁴ GRIMBERG, KEILA. *Liberata: a lei da ambigüidade- as ações de liberdade da Corte de Apelação no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

¹⁵ SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. CONSERTAR

¹⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes- o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁷ ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima: o caso de Luzia Jeje*. Escravidão, família e mobilidade social, c. 1780-c. 1830. (Tese). Niterói: UFF, 2010.

O recorte temporal escolhido cobre o início da vida dela enquanto comprada pelo seu proprietário, em 1870 e até sua morte em 1933. Alguns aspectos relacionados à condição social da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité são discorridos ao longo do texto. Outros sujeitos da escravidão e situações na qual viveram como cativos e libertos, principalmente a questão familiar é evidenciada. Este estudo, portanto, está inserido na historiografia da família escrava já discutida por muitos historiadores brasileiros, mas, sobretudo, situa-se também no âmbito dos estudos sobre o pós-abolição, pois tenta reconstituir a trajetória de Martinha, de sua família e de outros sujeitos egressos do cativeiro que viviam no mesmo universo que ela após 1888.

O pós-abolição teve início em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea, o que determinava o fim da escravidão no Brasil. Partilhamos da idéia de Flávio Gomes, de que “a sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativeiro, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão.” Neste sentido, as relações de hierarquias, de poder e de trabalho foram ressignificadas para abrigar identidades sociais semelhantes àquelas que a historiografia qualificou como exclusivas da relação senhor-escravo. As mudanças sociais que poderiam advir com a abolição, tiveram que ser conquistadas no cotidiano dos egressos da escravidão.¹⁸

No tocante às mulheres, que este estudo privilegia na figura de Martinha, estas tiveram que buscar estratégias de sobrevivência no mundo do trabalho, ou melhor, as margens do trabalho formal e reconhecido pela sociedade do final do século XIX e início do século XX. Eram nas cidades, vendedoras de tabuleiros, ambulantes e lavadeiras que buscavam conquistar sua cidadania a partir do mercado de trabalho informal.¹⁹ Sobre Martinha, como esta vivia em uma comunidade pequena, é possível que tenha trabalhado nos serviços domésticos, no cuidado com os filhos de seu proprietário e ainda na lida da roça.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro intitulado “*Escrava Martinha: história de uma cativa no Sertão da Bahia*” discute a vida desta personagem anterior à compra feita por Manoel Cedraz, seu proprietário/ marido. Discute também o nascimento de seu primeiro filho ainda no cativeiro e os caminhos trilhados por ela até o nascimento de seus cinco filhos. Questões relacionadas à escravidão e a liberdade bem

¹⁸ CUNHA, Olivia Maria Gomes da; Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 11.

¹⁹ DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

como as condições de vida de outros cativos vão sendo abordadas em meio ao texto. A história desta escrava nos mostra as condições de vida de cativos que viveram no sertão da Bahia na segunda metade do século XIX e que sofreram os impactos do cativo e principalmente a realidade de escravos que conseguiram alterar o percurso considerado natural para a vida de pessoas destinadas à servidão a partir de suas estratégias de sobrevivência.

O segundo capítulo “*Trajetórias de escravos e libertos: Os filhos de Martinha*” discute as estratégias utilizadas por Martinha para inserir seus filhos no mundo dos livres. Pequenas histórias de outras famílias cativas vão sendo traçadas, principalmente ligados a questões de casamento, liberdade e nascimento da prole. A relação entre Martinha e a família Cedraz também é discutida, levando em consideração as ligações presentes nos documentos escritos e nos depoimentos orais. A relação entre Martinha e sua família, mãe e irmãos foram evidenciadas ao longo do texto e principalmente as relações de compadrio entre escravos e entre estes com ela e seus filhos.

No terceiro capítulo, “*Vestígios do passado: uma história contada e recontada*” discutimos a memória que se construiu sobre a escrava Martinha. Ela é vista às vezes como heroína, como uma rainha, uma mulher de cor que se diferenciava das demais pela beleza física e por uma missão única, servir como ponte para a liberdade de muitos escravos da freguesia em que vivia. Em outros momentos se referem a mesma como uma mulher frágil, que foi agraciada por Deus que lhe presenteou com um homem branco e apaixonado que a libertou do cativo. A evidência é transferida para Manoel Cedraz como o homem bondoso, que enfrentou todos os preconceitos da época em nome de um amor com uma mulher negra e escrava. Nesse capítulo discutimos justamente os diversos significados dessas diferentes versões da história.

CAPÍTULO I- MARTINHA: HISTÓRIA DE UMA CATIVA NO SERTÃO DA BAHIA

Esse capítulo examina a trajetória da escrava Martinha Maria de Jesus, sua condição de vida como cativa e o relacionamento com o senhor. Discute também as características da Freguesia em que ela vivia e a relação que ela tinha com escravos e escravas que enfrentavam as condições semelhantes a dela.

O ano era de 1870, exatamente no dia 11 do mês de maio. O escrivão da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité registrou uma escritura de compra e venda de uma escrava. Era chamada de Martinha, crioula, com vinte anos de idade aproximadamente. O vendedor era Manoel José da Costa e o comprador Manoel Cedraz de Oliveira Júnior. O valor pago por esta cativa foi de 800\$000 (oitocentos mil-réis)²⁰. Seu valor surpreende por ser o mais alto cobrado por uma escrava entre 1869-1888 na freguesia citada. Mulheres na mesma idade e em boa saúde eram vendidas por 500\$000 mil réis em média.

No mesmo dia em que a escritura de compra da escrava Martinha foi registrada, localizamos logo em seguida outro documento em que um menino de 4 para 5 anos foi vendido ao mesmo Manoel Cedraz. Seu nome era Saturnino, “pardinho” do domínio de Dona Bernardina Claudina do Espírito Santo. Chama a atenção que, a proprietária do menor informou que havia comprado o menino a Manoel José da Costa, o ex-proprietário de Martinha.²¹ A partir de outros documentos encontramos evidências de que Saturnino era filho da mencionada escrava.

Anos depois, já em 1883 encontramos a nossa personagem em outro documento, uma escritura de perfilhação feita por Manoel Cedraz de Oliveira reconhecendo cinco filhos seus como naturais. Quatro destes eram crianças entre 10 e 2 anos, tidos com Martinha Maria de Jesus, mulher solteira.²² Ao observar o assento de batismo do primeiro filho de Martinha, escrava de Manoel Cedraz, percebemos que não se tratava de uma coincidência de nomes, a mesma cativa que havia sido comprada há cerca de 13 anos atrás era a mãe dos filhos de seu proprietário e já havia alcançado a alforria.

Assim, encontramos uma família dividida pela condição jurídica. O pai era um homem livre e proprietário de escravos. A mãe uma ex- escrava, liberta provavelmente antes de 1883, como foi constatado na escritura de perfilhação, em que seu nome

²⁰ CEDOC- UNEB- Série Judiciário- Livro de notas (1870) ff. 27-28.

²¹ CEDOC- UNEB- Série Judiciário- Livro de notas (1870) ff. . 29-30.

²² CEDOC- UNEB- Série Judiciário- Livro de notas (1883) ff. 142-143.

aparece com os sobrenomes “Maria de Jesus”. O primeiro filho dela com Manoel Cedraz foi declarado como “liberto” pela Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre livre. A partir do batismo do segundo filho dela com seu senhor, a sua condição jurídica mudou para “liberta”. Assim, ela deve ter conquistado sua liberdade entre os anos 1878 e 1879.²³ Notamos a partir de tais evidências que houve um relacionamento amoroso/sexual entre senhor e escrava, relação essa que pode ter começado antes mesmo da compra por Manoel Cedraz. É possível que a compra tenha sido um meio encontrado para trazê-la para seu domínio. O valor estipulado por Manoel José da Costa seria um indicativo do interesse demonstrado pelo comprador.

Algumas questões surgem na história dessa cativa. Como era a relação entre Martinha e os familiares de Manoel Cedraz e também com os demais escravos de seu senhor? Possivelmente houvesse um tratamento diferenciado para com ela. Quem era este homem que, branco e de posses se envolveu num relacionamento de concubinato com uma escrava de seu domínio e depois casou-se com ela? Ou mesmo, quais as situações de preconceito vivenciadas por eles a partir deste relacionamento? Antes, contudo, é necessário conhecer o mundo a que Martinha pertencia.

1.1 Conhecendo o mundo de Martinha

Martinha era natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.²⁴ Pela evidência da idade da mesma em 1870, ela teria nascido provavelmente em 1849. Era filha de Antonia Maria de Jesus e Francisco de tal.²⁵ Escrava de Manoel Alves de Jesus e de sua mulher Bernardina Claudina do Espírito Santo, donos da Fazenda Sucavão. Após a morte de seu proprietário, ela passou ao domínio da filha do ex-senhor, Rita Maria de Jesus, e do marido, Manoel José da Costa.²⁶ Martinha viveu na dita freguesia na casa de seu proprietário Manoel da Costa até 1870, período em que foi vendida a Manoel Cedraz. Possivelmente viveu nas mesmas condições que os demais escravos sob as circunstâncias do sistema escravista. Martinha é descrita como “do trabalho da lavoura” e de “serviços domésticos”, atividades comuns às cativas da freguesia citada.

Antes de narrar mais detalhes da vida de Martinha, vejamos mais de perto o cenário em que ela viveu. A localidade onde nasceu Martinha fazia parte do chamado Sertão dos Tocós. O povoamento desta região está intimamente ligado às instalações

²³ ACPCC- Livro de Batismos (1873) ff. 107.

²⁴ CEDOC- UNEB- Série Judiciário- Livro de Notas (1870) ff. 29

²⁵ AFCFS - Livro de casamentos (1889) ff. 276.

²⁶ ACPCC- Livro de Casamentos (1864) ff. 14 v.

das fazendas de gado do mestre-de-campo Antônio de Guedes de Brito ainda no século XVII.

Possuo (Antônio Guedes de Brito) as Fazendas dos Tocós por um título de sesmaria dado a minha mãe Maria Guedes, ao Padre Manoel Guedes Lobo, a Sebastiana de Brito, a Anna Guedes em 14 de dezembro de 1612 pelo Governador D. Diogo de Menezes. E, o dito Padre meu tio me fez doação do que lhe tocava em 9 de setembro de 1651. E, o Cap. Francisco Barboza de Paiva, marido da minha tia Sebastiana de Brito, fizeram venda, a meu pai do que lhe pertencia na dita data em 16 de junho de 1652 [...].²⁷

Antonio Guedes de Brito foi adquirindo ao longo da segunda metade do século XVII um grande patrimônio fundiário conquistado com o uso da força. Organizou grupos armados que expulsou os indígenas que habitavam o sertão da Bahia, conseguiu por meio da expropriação a posse da sesmaria. Segundo Elisangela Ferreira,

Era costume recorrente entre os homens de poder no nosso passado colonial no Sertão a prática de ocupar terras antes de pleiteá-las pelo regime de sesmaria, ou extrapolando os limites estipulados por lei, tornando esse sistema muito mais um instrumento de legalização das apropriações.²⁸

O termo Tocó, segundo alguns memorialistas, refere-se a tribo indígena “Tocos” que habitava a região e foi dominada pelo sesmeiro Antonio Guedes de Brito Neto.²⁹ Porém, os relatos dos memorialistas ainda exigem pesquisa para confirmá-los ou não.

Nesse sentido, trabalhamos com uma memória local que traz em suas narrativas a existência de grupos indígenas caracterizados em suas falas como “caboclos, caboclas”, estas últimas apresadas a “dente de cachorro” no mato para serem amansadas com o objetivo de serem educadas para mais tarde se tornarem mulheres aptas para o casamento com os homens brancos que habitavam a região no século XVIII.³⁰

O memorialista Vanilson Oliveira registrou que os indígenas eram “perigosos”, e por esse motivo precisaram ser vencidos pelos bandeirantes que partiam do litoral e Recôncavo para desbravarem o interior dos sertões baianos. Ainda para ele, a presença

²⁷ OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Conceição do Coité e o Sertão dos Tocós*. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002. Pp.10

²⁸ FERREIRA, Elisangela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: Trajetórias familiares e uso social do espaço no Sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

²⁹ Ver os memorialistas: OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Conceição do Coité e o Sertão dos Tocós*. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002. FRANCO, Tasso. *Serrinha: A Colonização Portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia*. Salvador: EGBA, 1996.

³⁰ Tais relatos são oriundos do discurso de moradores antigos da região de Conceição do Coité. Cresci ouvindo tais histórias de meus avós maternos. Segundo tais relatos, as caboclas eram capturadas no mato por meio do uso de cachorros, como se fosse uma caça qualquer. Contam até que elas eram muito valentes e por isso usavam a força para amansá-las. Muitas se tornavam as mulheres dos homens brancos da região, resultando numa parte da população cabocla, com pele avermelhada e cabelos pretos lisos.

índigena marcou apenas os “topônimos” da região sisaleira. Assim, a contribuição dos índios teria existido apenas em termos de vocabulário, seus vestígios teriam sido inexpressivos para a cultura do sertão baiano.³¹

Além de citar os Tocós, Vanilson ainda traz um dado sobre os Cariocas, Sapoyas e os Carapaus como supostos habitantes da região. Suas afirmações são tiradas de um documento dos Guedes e Brito que fala de como se tornou dono da sesmária dos Tocós e fazia referência aos grupos indígenas que já viviam naquela região,

Possuo a fazenda dos Tocos [...] as terras as quais terras povoei, descobrindo-as fazendo estradas, e pazes com os índios Cariocas, Orizes, Sapoyas, e Carapaus descendo aldeias para as mesmas terras, com qual se segurarão as fronteiras do Inhambupe e Natuba, que por algumas vezes tinham infestado os bárbaros rebeldes.³²

Em estudo realizado sobre Serrinha, o memorialista Tasso Franco refere-se à presença indígena na região supracitada, mas, não faz referência aos povos apontados por Antonio Guedes de Brito e posteriormente por Oliveira. Ele apontou a existência dos Cariris, indígenas que habitavam a região Lage dos Caboclos próxima à Serrinha. Segundo sua obra, tais informações foram obtidas a partir do estudo e entrevista do Prof. Carlos Ott, que encontrou vestígios culturais dos cariris nesta região. Tasso Franco assevera que:

Os primeiros habitantes foram os cariris com aldeias nos sertões dos Tocós, ou Pindá, nas proximidades do rio Tocos (índios Tocós), em Berintiga (índios berintigas), em Lage dos Caboclos, nos Tapuios (hoje Tapuio, Município de Araci) e no Saco dos Tapuios (na direção de Candéal) [...] Os tocós e berintiga cultivavam milho, feijão e mandioca, viviam em malocas e casas de taipa, umas próximas das outras, e, ao contrário das tribos que habitavam o São Francisco, mais numerosas e organizadas, eram praticamente indefesos aos ataques dos colonizadores. Os índios acreditavam num ente superior e tinham seus pajés- sacerdotes. O índio era livre e dono dos seus atos, e buscava seus alimentos na colheita, na caça e na pesca.³³

O autor trouxe os nomes dos principais grupos indígenas que, possivelmente habitavam a região dos Tocós. Em sua visão a “inferioridade” militar deles e a organização dos colonizadores, que encontravam pouca resistência destes povos indígenas em seus ataques, foi o que propiciou a ocupação das terras. A existência e presença de tais índios ficaram presentes nas fragmentadas memórias dos habitantes da

³¹ Idem, OLIVEIRA, 2002.

³² Ibidem.

³³ FRANCO, Tasso. *Serrinha: A Colonização Portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia*. Salvador: EGBA, 1996

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité e na tipologia dos nomes das localidades desta, ainda no século XIX.

Com a expulsão destes índios denominados “Tocós” (daí o nome da sesmaria), o Conde da Ponte organizou fazendas para criação de gado e abriu estradas para facilitar as viagens com boiadas. Em 1676, ele fez uma declaração que enfoca muito bem as condições de estiagem no sertão dos Tocós: “[...] e sendo de mais de quarenta não achar sítio algum que pudesse cultivar-se, nem em todo tempo se pode passar por falta da dita água [...] e também [...] por serem os ditos tocós muito faltos de água, haverem muitos matos, caatingas infrutíferas[...]”.³⁴

Antonio Guedes de Brito teve apenas uma filha chamada Isabel Maria Guedes de Brito. Ela recebeu o grande domínio fundiário do pai. Desta, foi passado para sua filha, Joana da Silva Guedes de Brito. Joana casou-se por duas vezes, porém, sem deixar descendência. Assim, ela nomeou seu único sucessor na propriedade de bens, o seu segundo esposo, Manoel de Saldanha da Gama. Ele teria que incorporar ao seu nome os sobrenomes de Joana para ter direito aos bens deixados por ela. Dessa forma, ele passou a se chamar Manoel de Saldanha da Gama Guedes de Brito. Após isso, contraiu novo matrimônio em Portugal com Francisca da Câmara. Ocorreu assim, a junção do morgado Guedes de Brito com a nobiliarquia da Casa da Ponte. Ele conseguiu transferir aos seus filhos toda a herança, entre eles João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, que além de herdar o grande patrimônio no Brasil, recebeu também o título de sexto Conde da Ponte de um tio que havia falecido sem deixar filhos. Ele tornou-se “um dos homens mais ricos do Reino de Portugal do século XVIII ao XIX”.³⁵

No século XVIII, o Sertão dos Tocós era conhecido como Pindá, e deste fazia parte as fazendas Tambuatá, Serrinha, Saco do Moura, Massaranduba, Pindá e Cuiaté. Um desses sítios foi adquirido por Teófilo da Mota, o denominado Pindá. Mais tarde, com a morte de Teófilo, as terras do Sítio Pindá foram divididas entre seus herdeiros, e assim surgiram novas denominações. Da primeira divisão surgiram Pindá, Boca de Caatinga, Berimbau e Fazenda Nova. Mais tarde, as subdivisões ficaram: Boca de Caatinga dividiu-se em Campinas e Gangorra; da Fazenda Berimbau originou-se Angico e Algodões. Havia também a Fazenda Santa Rosa que se desmembrou em Santa Rosa, Paulista e Floresta. A Fazenda Nova, por sua vez, foi subdividida formando

³⁴ RIOS, Iara Nancy Araujo. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. Dissertação (mestrado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, pp. 20-21,

³⁵ Idem, FERREIRA, 2008.

Fazenda Nova, Pedra Branca, Cavalo Morto, Santa Cruz, Itaporocas e finalmente as terras denominadas de Arraial do Coité.³⁶

Conceição do Coité também aparece em alguns trabalhos regionais como pasto excelente para o gado e era usado para o descanso de viajantes que seguiam em direção às minas de Jacobina. Com a descoberta das minas do Rio de Contas e Jacobina no século XVIII houve a necessidade de abrir novas estradas; e neste percurso, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité tornou-se ponto de repouso. Segundo Barreto:

Uma dessas estradas, abertas por Garcia d'Avilla e outros, grandes criadores de gado no Alto Sertão, entre os anos de 1654 e 1698, para condução de suas boiadas, é retificada e melhorada pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, em 1720, quando fundou a vila de Santo Antonio de Jacobina, cortava o Sertão dos Tocós, também chamado do Pindá, onde ficava o arraial de Água Fria, e as fazendas do Saco do Moura, Serrinha, Tambuatá, Massaranduba, Pindá, Coité. Etc. Em Serrinha tomava as direitas pela Fazenda Raso, hoje vila Aracy, para Geremoabo e Pontal no Rio São Francisco, e no Tanque do papagaio, adiante de Coité [...].³⁷

Ainda no século XVIII, por volta de 1760, tiveram início as obras da capela de Nossa Senhora da Conceição do Coité, construída nas terras doadas por João Benevides à santa de sua devoção. Nesse período, Coité ainda fazia parte da Freguesia de Água Fria. A construção desta capela foi necessária por conta da expulsão dos jesuítas do Brasil. Eles eram os responsáveis pela Capela do Sítio Pindá que dava assistência religiosa aos moradores do Coité. Deste modo, os franciscanos instalados na Freguesia do Bom Jesus da Jacobina orientaram que se construísse uma capela na Fazenda Nova. No Livro de óbitos da Freguesia João Batista da Água Fria, estão os registros de óbitos das pessoas sepultadas na capela do Coité. O primeiro se refere a “Manoel Antonio de Almeida, casado, morador dos Tocós, sepultado em 7 de novembro de 1762.”³⁸

Com o passar do tempo, a Fazenda Coité ganhou desenvolvimento devido a sua localização. Assim houve a organização de uma feira livre realizada nos dias de sexta-feira. Nessa feira eram comercializados escravos, animais e cereais. O que sobrava era enviado para Feira de Santana, principalmente gêneros alimentícios para ser vendido na feira de lá no dia de segunda. Fica claro que a escolha do dia da feira de Coité era comercialmente estratégica.³⁹

³⁶ Pedro Calmon. Introdução e Notas ao Catálogo Genealógico das principais Famílias, de Frei Jaboatão. Salvador: EGBA, 1985. Apud BARRETO, Orlando Matos. *Conceição do Coité: da Colonização a emancipação-1730-1890*. Conceição do Coité: Clip Gráfica e Editora, 2007.

³⁷ Idem, BARRETO, 2004.

³⁸ Idem, OLIVEIRA, 2002.

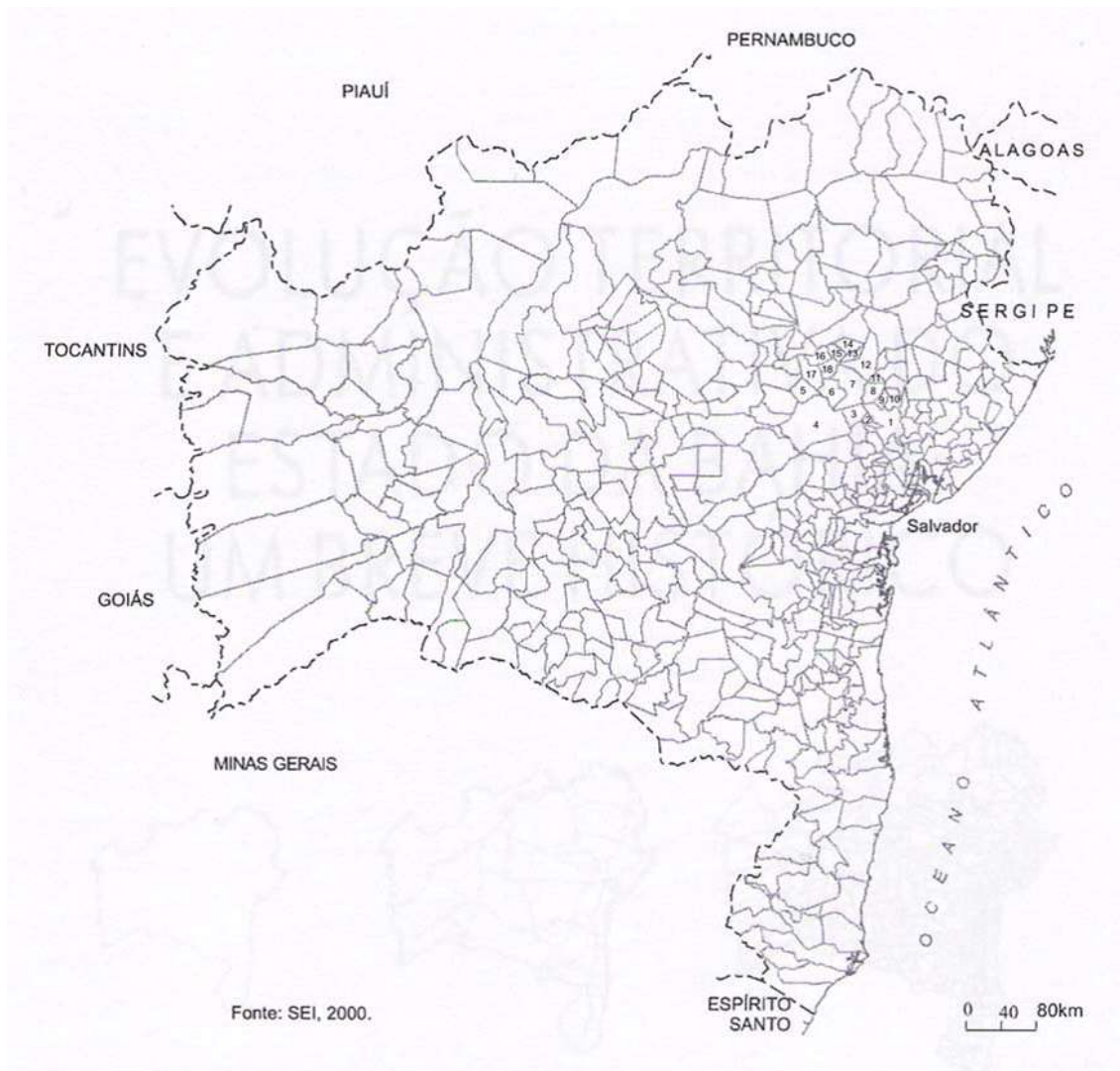
³⁹ Revista do Instituto Genealógico da Bahia, n. 16, pp. 205-213.

Em 1808, após a morte de Joaquim Benevides, seu filho João Benevides, vendeu a Fazenda Coité a Manoel Mancio da Cunha, e este juntamente com sua família veio morar nessas terras. Coité alcançou a categoria de freguesia pela Resolução Provincial de 9 de maio de 1855 sob o nº 539. A partir desse momento, passou a pertencer a Vila de Feira de Santana. Com a fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, ficou assim a sua primeira delimitação territorial no 2º artigo da Resolução,

A nova Freguesia se limitará da maneira seguinte: Pelo sul, começará a limitar com a Freguesia de Riachão do Jacuípe pelo rio Tocós, seguindo por este abaixo a Fazenda Poços e desta ao Rio Jacuípe, passando pelas Fazendas Poço de Cima, Getiranas, Almas e Lage de Dentro. Pelo norte e noroeste, se extremará com a Freguesia de Queimadas pelo Rio Jacuípe, seguindo por este acima até Cachoeirinha, a margem do mesmo rio, daí em linha reta, até a Fazenda Baixa da Madeira na estrada do Piauí, desta a Fazenda Morro do Lopes e Serra Branca; e desta a Fazenda Trindade e desta pela estrada direita a Fazenda Pedra Alta. Pelo leste, se limitará com Tucano pela Fazenda Capim, até o Rio Poço Grande e por este acima até a Fazenda do mesmo nome. Pelo sueste, extremará com a Freguesia da Serrinha pela Fazenda Serra Vermelha e Salgada na estrada da Serrinha e daí se encontrar com o Riacho Pau-a-Pique e por este até o ponto divisório do rio Tocós.⁴⁰

Observe o mapa abaixo da região da Vila de Feira de Santana e os principais municípios atuais cujas terras faziam parte da Comarca de Feira de Santana em 1850.

⁴⁰ Idem, BARRETO, 2004.



Fonte: Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia. Salvador: SEI, 2001, p. 26.) In: FREYRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: Agropecuária, riqueza e escravidão em Feira de Santana, 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2010.

1. Feira de Santana
2. Anguera
3. Serra Preta
4. Ipirá
5. Pintadas
6. Pé de Serra
7. Riachão do Jacuípe
8. Candeal
9. Tanquinho
10. Santa Bárbara
11. Ichu
12. Conceição do Coité
13. Retirolândia
14. Valente
15. São Domingos
16. Gavião
17. Capela do Alto Alegre
18. Nova Fátima

Em 1878, alguns territórios foram desmembrados da Vila de Feira de Santana. Os territórios de Nossa Senhora da Conceição do Coité e de Nossa Senhora do Gavião foram incorporados a Vila de Riachão do Jacuípe, criada pela Lei Provincial nº 1823. Em 1890, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité foi desmembrada da Vila de Riachão do Jacuípe pelo Ato Estadual de 18 de dezembro de 1890.⁴¹

Martinha e os demais escravos que viveram na freguesia do Coité estavam num cenário onde a maioria dos senhores eram donos de pequenos grupos de escravos e de posses de terras. No século XIX, o que dava status e poder neste espaço vivido por nossa personagem era ser proprietário de terras, gados e de escravos, possuir patentes e participar da vida política.⁴²

O censo de 1872 apontou que a freguesia era formada por uma população livre de 3.925 habitantes e 247 escravos, destes, 140 homens e 147 mulheres. O número apresentado pode ser passível de desconfianças principalmente no que tange à população cativa. É possível que muitos proprietários não tenham declarado todos os seus escravos ou mesmo não tivessem sido alcançados pela contagem. Outros estudos já apontaram a disparidade que houve entre os dados do censo de 1872 e os encontrados a partir de outras pesquisas, como por exemplo, censos feitos por algumas paróquias.⁴³ Contudo, parece que a população escrava local não era tão numerosa em relação à livre e liberta.

Os senhores de escravos locais eram donos de um pequeno número de cativos, variando de 3 a 12. Outra característica importante é o que se apresentou na maioria das localidades do Brasil, o maior interesse dos senhores de Coité estava em comprar escravos em idade produtiva, entre 14 e 39 anos de idade, faixa etária que renderia mais aos proprietários, pois teriam a disposição necessária para o trabalho na lavoura. A escrava Martinha se inseriu nesta condição, pois tinha 20 anos na época em que foi comprada por Manoel Cedraz de Oliveira Júnior. Dado semelhante a este foi encontrado por Walter Fraga Filho em estudo sobre a escravidão e liberdade no Recôncavo Baiano entre 1870 e 1910. Ele constatou que a maior parte dos cativos que viviam nos engenhos de São Félix, Santo Amaro e Cachoeira (52, 4%) estavam inseridos na faixa

⁴¹ Idem, RIOS, 2003, p. 24-25.

⁴² APEB- Seção Jurídica. Criação de Municípios.

⁴³ SLENES, Robert W. “*O que Ruy Barbosa não queimou*: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”. Estudos Econômicos, vol. 13:1 (jan/ abril-1983).

de idade produtiva, entre 11 e 40 anos de idade.⁴⁴ Dentre os 80 cativos comercializados entre 1870 e 1888 em Coité, 49 estavam na faixa de idade produtiva.

A compra de crianças se dava em menor quantidade. Dentre as negociações registradas, percebemos que foram compradas 22 crianças de até 10 anos de idade. Estas foram comercializadas sozinhas, sem a presença das mães. Sobre as formas de obtenção destas crianças escravas foi evidenciada nos documentos que, 8 foram obtidas por cria das escravas dos seus proprietários. Esse foi o caso de Escolástica, parda, com menos de 4 anos, “vendida aos quatro dias do mês de março de 1870 pelo seu proprietário José Antonio Lopes à Teodósio por 300\$000 mil réis” O proprietário declarou que “a houve por cria de sua escrava Vicência”⁴⁵. Ainda dentre as 22 crianças escravas, 6 foram adquiridas por compra, 7 por meio de doações, 1 adquirida por meio de herança e em 5 notas não foi especificado.

É necessário ressaltar que o número reduzido de negociações de compra e venda de escravos não espelha o número de cativos existentes na freguesia, percebemos através do cruzamento das fontes que a maioria das negociações não eram registradas em cartório.⁴⁶ Este dado foi percebido a partir da análise da documentação, pois, muitos nomes de escravos foram aparecendo na documentação eclesiástica e até nas cartoriais e no entanto, estes mesmos nomes de cativos não foram encontrados nas escrituras de compra e venda. Os proprietários de cativos também eram reconhecidos pelas propriedades em que viviam, geralmente fazendas, sítios e posses de terras compradas para servirem de moradia e também espaço para o cultivo de gêneros alimentícios e animais.

Dentre esses homens de poder, podemos destacar a figura de Manoel Cedraz de Oliveira Júnior, proprietário de terras e de escravos.

1.2 Martinha, mãe de um pequeno cativo

A escrava Martinha era filha da cativa chamada Antonia Maria de Jesus. Como muitas escravas, deve ter aprendido cedo a diferença que havia entre sua condição de propriedade e a dos seus senhores, brancos⁴⁷ ou mesmo pardos ou mulatos⁴⁸ e de posses. O que sabemos de nossa personagem é que pode ter sido separada de seus

⁴⁴ Idem, FRAGA FILHO, 2006.

⁴⁵ CEDOC- UNEB- Série Judiciário- Livro de notas (1870) ff. 23.

⁴⁶ SOUZA, Edimária Lima Oliveira. *Vestígios no tempo: escravidão e liberdade na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité* (Monografia). Conceição do Coité: UNEB, 2013.

⁴⁷ Não podemos afirmar com certeza que todos os donos de escravos da Freguesia de Nossa da Conceição do Coité eram brancos, já que a dita freguesia contava com uma população de pardos e negros libertos.

⁴⁸ Idem, SLENES, 1997.

irmãos e de sua mãe ainda criança. Martinha deveria desempenhar os mesmos serviços que as demais cativas de Coité e assim, da Bahia naquele período. Na documentação analisada percebemos que as escravas de Coité trabalhavam como arrumadeiras dentro de casa, cuidavam dos filhos de seus proprietários, e trabalhavam também nas roças. Cecília Soares, afirma que entre as ocupações das escravas de Salvador no período de 1811 e 1888, a maior parte trabalhava como vendedoras ambulantes nas ruas, costuravam, eram lavadeiras, engomadeiras, bordadeiras, rendeiras e também realizavam os serviços da roça⁴⁹.

Em 1864, Rita Maria de Jesus, filha de Manoel Alves da Costa e Bernardina Claudina do Espírito Santo, casou-se com Manoel José da Costa. Este era filho de um português chamado Manoel José Chaves da Costa e Constância Lima da Costa, proprietários de uma fazenda denominada Pedro, presente na Declaração de Terras de 1857.⁵⁰ O casal recebeu numa partilha de bens a escrava Martinha, que passou a morar com eles possivelmente na Fazenda Algodões, próxima a localidade de Salgada.⁵¹

Assim como muitas mulheres no Brasil imperial, fossem livres ou escravas, Martinha engravidou cedo, com idade entre 15 e 16 anos aproximadamente. Logo após o nascimento de seu primeiro filho, Saturnino, ela viu recair sobre si uma das principais formas de violência contra uma mulher e mãe escrava: a separação dos filhos por motivo de venda ou partilha dos bens dos senhores e senhoras.

Muitas cativas viveram relacionamentos⁵² com homens de sua mesma condição jurídica, escravos, e mesmo com os homens livres, resultando no nascimento de filhos chamados de ilegítimos. O pai de Saturnino poderia ser um filho ou parente de seus proprietários. Ou mesmo ter sido filho de um escravo que convivia próximo a Martinha. São várias as possibilidades. Sabemos apenas que o menino era pardo, o que nos leva a suspeitar que o pai seria branco ou mesmo pardo. Martinha e Saturnino formavam uma família, denominada pela historiografia como matrifocal, em que as mães viviam sozinhas com seus filhos, sem a presença paterna, pelo menos de forma oficializada, pois, sabemos que muitos casais escravos viviam relacionamentos não oficializados pela Igreja. Na documentação consultada não foram encontrados nomes de escravos homens pertencentes a Manoel José da Costa. Localizamos os nomes de duas cativas que

⁴⁹ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. (Dissertação), Mestrado em História- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanass- UFBA. Salvador: UFBA, 1994.

⁵⁰ As terras coiteenses só foram registradas a partir do dia 20 de novembro de 1857.

⁵¹ Esta fazenda foi declarada como propriedade de Manoel José da Costa em 1857.

⁵² Podemos encontrar exemplos de algumas mulheres que se envolveram com seus senhores, seja pelo uso da violência, seja com a “permissão” da cativa. Liberata, Luzia Jeje, Chica da Silva. As escravas Romana, Ana, Maria e Rufina e a liberta Marcelina, foram exemplos trazidos por Robert Slenes- “Senhores e subalternos no Oeste Paulista.”

possivelmente conviveram com Martinha antes de ser comprada por Manoel Cedraz. Seus nomes eram Sancha e Apolinária. Sancha aparece numa Declaração de Óbito de 1870 como preta. Seu filho havia falecido logo após o nascimento, por isso ainda não tinha nome.⁵³ Apolinária aparece como parda na Declaração de nascimentos, e seu senhor Manoel José da Costa declarou que ela tinha dado a luz a uma menina de nome Maria. Como esses documentos constituem folhas soltas e em péssimo estado de conservação, não foi possível detectar a data em que a filha de Apolinária havia nascido. Sabemos apenas, que foi no ano de 1871.⁵⁴

Kátia Mattoso constatou em seu estudo sobre a família escrava baiana do século XIX, que entre os cativos havia a predominância de famílias matrifocais, ou seja, parciais, formadas por mães e filhos. Estas mães que eram registradas como “solteiras” até poderiam ter uniões estáveis não oficializadas pela Igreja, mas como não eram legalizadas, o nome de seus companheiros não aparecia nos documentos. Além disso, sabe-se que a condição do filho era diretamente associada a da mãe, e por isso, apenas seus nomes apareciam oficialmente nas negociações de compra, venda e alforria de seus filhos cativos. O nome de seus companheiros sempre ficava oculto por falta de reconhecimento legal.⁵⁵

Em Conceição do Coité, entre 1870 e 1888, foram encontradas cerca de 100 famílias formadas por mães e seus filhos cativos e ingênuos que conviviam na mesma propriedade.⁵⁶ Alguns fatores podem ter contribuído para a formação dessas famílias matrifocais, como por exemplo, a estrutura econômica, na qual cada proprietário possuía poucos escravos e se desfazia deles através de vendas em momentos de crise e também por divisões de heranças. Em estudo sobre Santana do Parnaíba, Alida Metcalf afirmou que,

[...] a estrutura econômica da escravidão em Parnaíba e a instabilidade da vida familiar dos escravos de pequenos proprietários encorajaram a formação de famílias escravas matrifocais. Tais famílias formaram-se como parte do ciclo familiar dos escravos, surgindo em épocas de mudança econômica na vida dos proprietários- quando escravos eram vendidos- ou após herança- quando famílias eram separadas. Em tais épocas, o laço familiar mais provável de ser reconhecido e mantido pelos senhores era o entre mãe e filhos. Por razões bastante práticas conservavam-se frequentemente as mães

⁵³ CEDOC- UNEB- Declarações de nascimentos e óbitos. ff. 31.

⁵⁴ CEDOC- UNEB- Declarações de nascimentos e óbitos. (1871).

⁵⁵ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

⁵⁶ Este número foi encontrado após o cruzamento das fontes documentais trabalhadas, escrituras de compra, venda de escravos, Cartas de liberdade, Procurações, Assentos de batismos, Registros de casamentos, Declarações de nascimentos e de óbitos e certidões de óbito. A maioria desses filhos eram no período pesquisado, ainda crianças.

junto com seus filhos, especialmente os pequenos proprietários, para que elas pudessem continuar a criá-los.⁵⁷

Dessa forma, muitos proprietários poderiam não optar em separar as mães de seus filhos pequenos, como uma garantia de que estas cuidassem de sua prole, o que diminuiria as “preocupações” de seus senhores com a sobrevivência dos pequenos filhos. Após Martinha dar à luz o seu filho Saturnino, possivelmente deve ter vivido momentos de angústias com a possibilidade de que seus proprietários resolvessem vendê-lo. Como muitas mães, aleitou sua criança, e ansiava traçar planos para que alcançasse meios de proporcionar a ele condições melhores de vida. Talvez sonhasse com uma forma de comprar a liberdade de seu filho e a dela também para viverem na condição de libertos.

Não sabemos com certeza quando Saturnino foi vendido para Bernardina Claudina do Espírito Santo. A escritura de compra e venda dele registrada em 1870, diz apenas que este foi cativo de Manoel José da Costa.⁵⁸ É importante considerar que o vendedor e a compradora eram parentes, pois, Manoel José da Costa era casado com a filha de D. Bernardina e que em 1870 ele estava com 4 ou 5 anos. Será que essa separação se deu de fato? Ou mãe e filho viviam juntos na mesma propriedade, sendo apenas que os proprietários legalmente eram diferentes? Todavia, a separação dos filhos era uma ameaça real que as mães cativas podiam enfrentar em algum momento. “As feridas dos açoites provavelmente cicatrizavam com o tempo; as separações afetivas, ou a constante ameaça de separação eram as chagas eternamente abertas no cativeiro.”⁵⁹

Por perceber a ameaça de separação de seus filhos, a crioula Maria José fugiu em 1834 com sua família de Massaganinho, Petrolina, para Xique-xique em busca da liberdade. A ameaça de separação de seus filhos, que poderiam ser vendidos separadamente para um senhor da região, pode ter impulsionado a fuga desta família, mesmo considerando que seria mais difícil conseguir viver de forma livre por muito tempo, pois levantaria suspeitas por parte de pessoas que os vissem sem a comprovação da alforria, através, claro, da carta de liberdade de todos.⁶⁰

Sobre a separação entre Martinha e seu filho Saturnino, podemos destacar duas possibilidades diferentes. Os descendentes dela informaram que o menino foi separado da mãe logo após dois meses de nascido, e vendido para outra pessoa. Todavia, ao

⁵⁷ METCALF apud LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuço. *Caminhos da Liberdade: a escravidão em Serrinha- Bahia* (1866-1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008, p.102.

⁵⁸ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- Livro de notas (1870) ff. 29-30.

⁵⁹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. PP.44-45

⁶⁰ Idem, FERREIRA, 2008.

examinar o parentesco que havia entre o casal vendedor e a compradora, pode ser que mãe e filho convivessem no mesmo espaço ou até em localidades próximas. Outra possibilidade seria a narrada pelos descendentes de Martinha, de que o menino havia sido bruscamente retirado dos braços de Martinha ainda muito pequeno e que vivia distante dela.

Da mesma forma que Martinha, muitas mães escravas que viviam em Coité tiveram seus filhos subtraídos de sua presença ainda crianças. Um exemplo disso foi a trajetória de Francisca, do domínio de Bernardino José da Cunha. Seu primeiro filho vendido foi Anacleto, cabrinha, com apenas um ano de idade, ao Tenente Antonio Manoel Mâncio em 12 de março de 1870. Oito dias depois, em 20 de março de 1870, vendeu também sua filha Marcolina, parda, com idade de 9 para 10 anos a um morador de outra vila.⁶¹ Não conseguimos descobrir se mãe e filhos conseguiram restabelecer os laços familiares rompidos pela distância imposta pelo sistema escravista.

Segundo o memorialista Orlando Barreto, Martinha era “a moça mais bela da região”⁶², e ainda como bem retratou o seu bisneto Romão Oliveira, “ela tinha algo diferente, algum diferencial que as outras não tinham...” Era “desenvolvida” como acrescentou D. Nininha⁶³, sobrinha neta de nossa personagem. Mas, quem era esse Manoel Cedraz, que escolheu uma de suas cativas para constituir família?

1.3 Manoel Cedraz, quem era afinal este homem?

Figura 1- Manoel Cedraz de Oliveira Filho.



Fonte: Romão Cedraz de Oliveira.

⁶¹ CEDOC- UNEB- Livro de notas (1873) ff. 24, 25, 41-44.

⁶² BARRETO, Orlando Matos. *Martinha: escrava, esposa e rainha*. Conceição do Coité: Clip Gráfica Editora, 2004

⁶³ Entrevista concedida por D. Nininha, 92 anos. Entrevista concedida em 20.05.2014.

Manoel Cedraz de Oliveira Júnior era filho de Manoel Cedraz de Oliveira Sales e Francisca Xista de Oliveira. Era bisneto de Antonio Frutuoso de Oliveira Maia, apontado como o fundador da cidade de Serrinha.⁶⁴ Pela idade com que ele faleceu, 88 anos de idade no ano de 1916, é possível que ele tenha nascido em 1828, e aparecia nos documentos analisados como natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

Manoel Cedraz era conhecido na região pelo apelido de Mané Tenda. Seu pai era dono da Fazenda chamada Cedro, e por achar o termo derivado deste, bonito, adotou o Cedraz como sobrenome. Ser branco e ter um sobrenome reconhecido pela sociedade era uma forma de status.⁶⁵ O Cedraz foi um dos primeiros núcleos familiares a morar na dita freguesia, o que tornava aquele sobrenome reconhecido entre os habitantes.

A família de Mané Tenda era formada por proprietários rurais, o que conferia prestígio social e acesso às patentes na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité durante o século XIX. Seus pais, por exemplo, eram donos das Fazenda Flores e Saco dos Porcos. Em 1870, quando efetivou a compra de Martinha, Manoel Cedraz vivia na Fazenda Saco dos Porcos junto com seus pais.

A aquisição de terras em Coité na segunda metade do século XIX se deu por compra, doações e heranças. Nos inventários consultados e nas escrituras de compra, percebemos que tais proprietários adquiriam fazendas, sítios e posses de terras, além de pequenas roças que utilizavam para a plantação e criação de animais, principalmente gado. Encontramos nos inventários consultados 14 proprietários de gado bovino que tinham rebanhos de 10 a 250 cabeças de animais. Suspeitamos que Mané Tenda também criasse gado, uma vez que em suas fazendas foram listados os currais.⁶⁶

Como já foi mencionado, Manoel Cedraz Junior também era dono de escravos, num total de 9 cativos. Infelizmente, o inventário de seus pais nem o dele foram encontradas as listas dos cativos, contudo, percebemos que se tratava de uma família abastada para os padrões de riqueza do local e época em que viveram. Um dos seus irmãos comprou algumas fazendas, em 1873. José Cedraz de Oliveira comprou partes da Fazenda Saco dos Porcos, e em 1881 comprou a Fazenda denominada Rio da Pedra.⁶⁷

⁶⁴ ARAUJO, Antonio José de. *A família de Serrinha*. 1926. pp. 92-101.

⁶⁵ ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima- O caso de Luzia Jeje: Escravidão, família e mobilidade social* Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense. UFF. Nitéroi, 2010., pp 83-84.

⁶⁶ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. Livro de notas (1912) ff. 36-45.

⁶⁷ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. Livro de notas (1881) ff. 110-111.

A maioria dos donos de escravos também eram proprietários de terras. Nos 20 inventários consultados que compreende o período de 1870 a 1893, constatamos que até 1888 as fortunas encontradas variavam de 200\$000 mil réis a 50:000\$000 (cinquenta contos de réis).

Um exemplo das condições dos senhores da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, é o de Rita Maria de Jesus que em 1870 vendeu o pequeno José, pardo, menor de um ano, por 150\$000 para satisfazer dívidas contraídas por seu falecido marido. Tal situação evidencia a realidade de uma localidade com pequenos proprietários de escravos que viviam muitas vezes também em situação de pobreza e que a venda de um escravo poderia servir como socorro em momentos de crise, principalmente para uma viúva que não era detentora de outros bens.⁶⁸

Ao cruzar as fontes pesquisadas, encontramos alguns nomes de senhores como proprietários de até 13 escravos.⁶⁹ Entre os inventários de conceição do Coité, identificamos com até 4 escravos: Maria Francisca de Jesus (1881) com seus quatro cativos, Severo, cor preta, solteiro; Anna, casada com Severino, escravo de outro domínio, cor preta; Tomásia, preta, solteira e Cirilo, preto, também solteiro. Leovegildo Antonio da Cunha (1881), também proprietário de 4 escravos, sendo eles Domingas, 50 anos, seus filhos, Luiza, crioula, 20 anos; Clemente, crioulo, maior de 20 anos e seus netos, Maria, crioula, 4 anos e Guilhermino 2 meses, liberto pela Lei de 1871.⁷⁰

No inventário de Francisco Manoel da Cunha (1888), encontramos os nomes de seus quatro escravos, Firmino, pardo, 23 anos, solteiro; Maria, parda, 20 anos; e mais outra Maria, parda, 18 anos, solteira. Eram todos irmãos, filhos da escrava Teodora, e trabalhavam na lavoura. Aqui é possível perceber três gerações de cativos de uma família morando na mesma fazenda e sujeitos ao mesmo senhor. Tal dado pode evidenciar que os senhores da freguesia supracitada permaneciam com alguns de seus cativos por muitos anos.⁷¹

Os detentores de fortunas com valores maiores (1:887\$500 a 32:130\$034) possuíam móveis como mesas, cadeiras, bancos, camas, caixa para depósito de víveres, relógios, tacho de cobres, bacia de ferro estanhado para banho, colheres e garfos de

⁶⁸ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. Livro de notas (1871) ff.44-45.

⁶⁹ O Capitão Manoel Lopes da Silva era proprietário de Simão, Antonia, Desidéria, Joana, Rufina, Luiz, Patrícia, Luiza, Francisco, Custódia, Salvador, Marta, Candida. Só conseguimos identificar estes, porém, afirmamos que deveria ser um número bem maior, pois, encontramos nomes de padrinhos dos filhos de algumas de suas escravas. Entre estes padrinhos, poderia haver mais algum de propriedade do capitão. Estas informações foram obtidas a partir do cruzamento das fontes: Livro de notas, livro de batismos, de óbitos e de casamentos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

⁷⁰ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. Livro de notas (1869-1889).

⁷¹ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- Série Inventários. Caixa nº 342.

prata, malas e oratórios. Tais dados nos revelam que estes viviam em situação de maior conforto e ainda ocupavam uma posição social diferente dos detentores das pequenas fortunas.⁷²

Além dos bens já citados, tais proprietários também eram donos de porções de terras, casas cobertas de telha e com divisões de cômodo, casas destinadas a fazer farinha, a servir de moradia de escravos, as senzalas, ou mesmo para guardar objetos e a produção agrícola, além de outras benfeitorias.⁷³

Esses proprietários mais abastados também possuíam uma maior quantidade de animais (cavalo, gado, ovelhas, mulas, cabras). Esta condição de possuir animais de transporte evidenciava uma auto-suficiência para locais em que era necessário pagar pela locação de animais para se locomoverem de um lugar a outro, e ainda realizar trabalhos agrícolas, como era o caso da freguesia em estudo, bem distante dos centros urbanos.

Dentre os proprietários de escravos possuidores de fortunas mais altas, estava João Pereira Valadares, inventariante de sua esposa Felismina Tranquilina do Amor Divino em 1872. O casal detinha grandes porções de terras na região e eram senhores dos escravos Benedito, crioulo, 5 anos; Maria, crioula, 40 anos e Galdina, cabra, 50 anos.⁷⁴

Com relação à economia da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, percebemos que havia uma predominância das atividades agrícolas, com o cultivo da mandioca e a produção de farinha. A farinha de mandioca era um dos principais itens da alimentação. Plantava-se também milho, feijão, produtos que abasteciam a economia do lugar e eram comercializados na feira local.

Outros sujeitos que ocupavam esferas de poder eram os eleitores, escolhidos entre os que sabiam ler e tivessem a renda exigida. Dentre esses, alguns eram donos de escravos. José Calixto da Cunha, proprietário de Camilo, 5 anos, e Benedito, crioulo, maior de 20 anos, e o próprio Manoel Cedraz de Oliveira Júnior são exemplos de eleitores votantes. Dentre os votantes, 26 no total, 16 eram proprietários de escravos.⁷⁵

A primeira eleição em que o arraial de Conceição do Coité participou ocorreu em 31 de outubro de 1881. O objetivo era eleger um deputado à Assembléia Geral

⁷² Idem

⁷³ Idem

⁷⁴ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- Série Inventários. Caixa n° 342. Ano: 1872.

⁷⁵ Este número foi obtido a partir do cruzamento das fontes: Lista de eleitores pertencentes a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, escrituras de compra, venda, doação de escravos, cartas de liberdade, assento de batismos, Registros de casamentos, Certidões de óbitos, Declarações de nascimentos e de Óbitos.

Legislativa. Na ata desta eleição, encontramos os nomes de vinte e seis eleitores alistados na Vila de Riachão do Jacuípe pertencentes a freguesia citada, dentre estes, aparece o nome Manoel Cedraz de Oliveira Júnior, que faltou à votação por motivos de doença. Mané Tenda havia mandado um ofício informando que estava acometido de uma moléstia.⁷⁶

Para ser eleitor votante no Brasil imperial, era necessário entre alguns critérios determinados pela Constituição de 1824 que, fosse do sexo masculino, livre, maior de 25 anos. Deveria também saber ler e escrever e que pudesse comprovar renda anual de 100\$000 réis para eleitor de paróquia e 200\$000 mil réis para eleitor de província. A escolha de Manoel Cedraz Júnior como eleitor significava que ele tinha uma renda anual maior de 100\$000 (cem mil réis). O fato de ele conseguir comprar no mesmo ano dois cativos por 1:250\$000, evidencia que tinha uma atividade econômica capaz de lhe permitir uma vida com certa tranquilidade financeira.

Nos deparamos com Manoel Cedraz de Oliveira concedendo um empréstimo na quantia de 1:000\$000 (um conto de réis) a um certo Antídio Antonio da Rosa em 1905. Esse Antídio havia pago apenas 800\$000, ficando com uma dívida de 200\$000, entretanto, o mesmo faleceu deixando o débito para a sua família pagar. Ao que nos parece, a família não assumiu a dívida, e dois anos após a morte do devedor, Manoel Cedraz entrou com um processo exigindo o pagamento do valor. Outras pessoas também requereram o pagamento de débitos deixadas pelo morto, como Antonio Félix de Araújo (12\$320), evidenciando que o mesmo havia passado por momentos de crises nos últimos dias de vida.⁷⁷ Teria sido ele vítima de alguma praga em suas plantações ou mesmo perdido seus animais por um período de estiagem? São apenas suposições para uma região castigada por longos períodos sem chuva, em que a caatinga perde suas folhas e a terra, torna-se infértil.

A sentença saiu em com a seguinte afirmação, “Fica autorizado ao inventariante fazer o pagamento de duzentos mil reis a Manoel Cedraz de Oliveira” Este processo estava anexado ao inventário de Antídio⁷⁸, e ao analisar o documento encontramos o demonstrativo das despesas em que aparece o valor pago aos requerentes. O empréstimo de dinheiro a juros, assim como a venda de mercadorias a prazo era prática comum neste período em estudo, principalmente para regiões castigadas constantemente por secas e conseqüente perda de produções agrícolas e de animais.

⁷⁶ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. Livro de notas (1875-1883). ff. 02.

⁷⁷ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. Inventário (1905). ff.31.

⁷⁸ CEDOC- Seção Judiciário. Inventário. (1905) ff. 31-32.

Sobre a vida afetiva, pudemos verificar que Manoel Cedraz era solteiro e que havia tido um relacionamento com uma mulher solteira, Justina Maria de Jesus. Deste relacionamento, nasceu um menino chamado Manoel Amaro de Oliveira, que possivelmente havia nascido antes de 1867 pela idade declarada em 1883, época em que o rapaz já havia alcançado a maioridade.⁷⁹

Sobre esta Justina, retomaremos as discussões em outra seção. Investigando a vida de Manoel Cedraz, percebe-se que ele fazia parte do principal grupo privilegiado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, porém, o envolvimento com uma escrava que comprou para servi-lo, e que depois, veio a constituir uma família que agregava livre, escrava e seus filhos nascidos libertos alterou os rumos de sua história.

1.4- O encontro de dois mundos

A história de Manoel Cedraz e Martinha teve início para nós no ano de 1870, ano em que foi registrada a escritura de compra dela e do menino Saturnino. Segundo a memória de seus descendentes, ele passou na residência de seu conhecido Manoel José da Costa. Este teria pedido água para beber, e o dono da casa ordenou que sua cativa Martinha fosse buscar. Porém, a moça tropeçou e quebrou a caneca que trazia com a água. Ao ver o embaraço da cativa, seu proprietário lhe repreendeu com uma bofetada, o que teria suscitado no visitante um sentimento de compaixão pela moça. Algo havia lhe chamado a atenção, teria percebido que a escrava “tinha os mais lindos traços”. Seria ela, uma mulher bonita, com um belo corpo, ou mesmo uma beleza diferenciada.⁸⁰ Sobre isto, sabe-se que “A beleza das mulheres escravas apareciam com frequência nos anúncios de compra e venda de escravos em jornais baianos”.⁸¹

Conta-se que a partir daquele momento, Manoel Cedraz buscou comprar aquela escrava, e fez a proposta ao dito proprietário. A escritura foi registrada em 26 de maio de 1870, mas, algumas informações nos chamaram atenção. A cativa em questão foi declarada como crioula, com 20 anos de idade, vendida por uma quantia considerada alta 800\$000 (oitocentos mil reis). Consta também que ela já estava no poder do novo proprietário antes do registro da escritura de compra. Ele também já havia quitado a quantia cobrada.⁸² Havia transações de compra e venda de cativos que envolviam um período inicial de teste. Segundo Sidney Chalhoub no livro *Visões da Liberdade*, havia

⁷⁹ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. (1912) ff. 37-39.

⁸⁰ Informações obtidas a partir das entrevistas com Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos, em 20.04.2014; Rosalva Carneiro da Silva, 72 anos, em 09.08.2014; Evandio Silva, 78 anos em 17.07.2014.

⁸¹ ASSIS, Nancy Rita Santo Sé de. “*Baianos do honrado Império do Brasil: Honra, poder e virtude no Recôncavo (180-1889)*” Niterói, Tese de Doutorado em História. UFF, 2006. p. 130.

⁸² CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. (1870). ff. 27-29; 29-30.

um período em que o escravo ou escrava ficava em poder do requerente antes mesmo de oficializar a compra por meio do registro da escritura. Essa era uma forma do comprador examinar os serviços do cativo e decidir se realmente atendia as suas expectativas. Por outro lado, abria ao escravo a possibilidade de interferir de alguma forma no rumo daquela negociação.⁸³

A cativa foi declarada como crioula na escritura de compra e venda registrada em 1870, porém, a sua cor aparece diferente nos assentos de batismo. Percebemos que as designações de cor dos cativos variavam muito a partir do olhar e registro de escritvães e padres, ou mesmo das declaradas pelos próprios proprietários. Tal designação seria feita a partir dos conceitos de cor próprios da época. No ato da compra ela apareceu como crioula, ou seja, caracterização comum aos escravos nascidos no Brasil. Em outro momento, no batismo de seu filho Antonio Frutuoso em 1874, ela apareceu como preta⁸⁴. Hebe Mattos diz que,

[...] como a historiografia já tem assinalado, os significantes ‘crioulo’ e ‘preto’ mostraram-se claramente reservados aos escravos e aos forros recentes. A designação ‘crioulo’ era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil e o significante preto, até a primeira metade do século XVIII era referido preferencialmente aos africanos. Assim, “crioulo” é um termo que, no Brasil, significa preto nascido na terra, ou seja, designava os escravos e forros que nasciam no território nacional.⁸⁵

Sobre a utilização do termo “preto” no sertão, podia significar tanto brasileiro quanto africano. Para Erivaldo Fagundes Neves, o aumento no número de escravos brasileiros no sertão pode significar um crescimento vegetativo decorrente do declínio da importação de escravos, após 1850.⁸⁶ Esta pesquisa encontrou escravos pretos, crioulos, cabras e fulas. O termo “cabra” tem origem no mundo animal e é relacionado ao animal cabra, cuja utilização é envolvida numa carga de negatividade grande. Os portugueses utilizaram este termo para caracterizar os índios inicialmente, depois para referir-se ao cruzamento entre negros e mulatos, seria o filho de uma negra com um mulato ou vice-versa.⁸⁷

O termo fula é muito encontrado na documentação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no final do século XIX até o início do século XX.

⁸³ Idem, CHALHOUB, 1990, p.100-105.

⁸⁴ ACPCC- Assentos de Batismos (1874). ff.107.

⁸⁵ MATOS, Hebe. *Das cores do silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista- Brasil*, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 35.

⁸⁶ NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro paulista*. Artigo- Salvador: Afro-Ásia, 2000.

⁸⁷ PONTES, KÁTIA Vinhático. *Mulatos, políticos e rebeldes baianos*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2010. p. 52.

Ultrapassa o período da escravidão. A bibliografia baiana sobre as designações de cor dos cativos pouco menciona o termo “fula” como cor e sim como origem étnica dos cativos africanos fulanis que foram escravizados aqui no Brasil. Ao que parece, os escravos de cor fula são pouco comuns em outras regiões da Bahia, algo mais específico do baixo sertão baiano. Em sua dissertação de mestrado, Cecília Soares traz apenas um exemplo de cor fula⁸⁸, mas, não explicou o que significava. Analisando a cor declarada nos assentos de batismos dos filhos de Martinha, Joviniano e Alcina, ambos como de cor fula, é possível que se tratava da mistura entre um branco e uma crioula. O termo fula “indicava um negro pálido, de cor opaca”⁸⁹

Com relação aos valores das cativas, todos, exceto o de Martinha, ficaram abaixo de 700\$000 réis. Segundo Kátia Mattoso, alguns critérios eram levados em consideração no processo de formação dos preços dos cativos, como, sexo, idade, estado físico, ocupação, a concorrência, e a conjuntura econômica eram determinantes para as negociações de compra e venda.⁹⁰

As mulheres, em geral, eram vendidas por valores menores do que os homens. Outro dado encontrado é que quanto maior era a idade do cativo, seu valor diminuía. Um exemplo foi a escrava Maria, de cor preta, 40 anos, vendida por 190\$000 mil réis em 1886 na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.⁹¹ Já Joana, 19 anos, foi vendida no mesmo ano por 450\$000 réis⁹², o que evidencia que a idade era um fator relevante para a avaliação dos preços dos cativos. Mas a isso somava-se outros critérios citados acima. O maior valor encontrado foi o do escravo João, negociado em 1874 por 1:200\$000 (um conto e duzentos mil-réis), ultrapassando todos os outros valores.⁹³

Sabe-se que no mesmo dia que foi registrada a escritura de compra e venda da escrava Martinha, foi também registrada a escritura de Saturnino, com idade de 4 para 5 anos do domínio de Bernardina Claudina do Espírito Santo por 250\$000 réis. O mesmo homem que havia comprado nossa protagonista, comprou também o filho dela. Mas, qual a importância da compra de um cativo tão pequeno que só daria lucros para seu senhor anos depois? É bem provável que Manoel Cedraz tenha estabelecido um compromisso com Martinha para retirar os dois, ela e seu filho Saturnino, do domínio de

⁸⁸ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. (Dissertação) Mestrado em História-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- UFBA. Salvador: UFBA, 1994.

⁸⁹ [http:// WWW. Ahistoriadaescravidaonegra.com.br](http://WWW.Ahistoriadaescravidaonegra.com.br) Acesso: 20/10/2015 as 22:36.

⁹⁰ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

⁹¹ CEDOC- UNEB- Livro de Notas (1870) ff. Sem identificação devido às condições do livro.

⁹² CEDOC- UNEB- Livro de Notas (1887) ff. 71-72.

⁹³ CEDOC- UNEB- Livro de Notas (1874) ff. 115-116.

Manoel José da Costa. As compras e vendas de escravos envolviam por vezes a aquiescência dos cativos.⁹⁴

Algumas considerações podem ser feitas para entender o que motivou a compra de Saturnino. Consta que o menino era filho da escrava Martinha (algo que só descobrimos com o cruzamento das fontes). É importante considerar que era comum a compra de mulheres em companhia dos seus filhos, um compromisso que poderia haver entre as partes envolvidas nas negociações de compra e venda ou mesmo, entre Manoel e Martinha. A compra do menino também foi motivada pelo desejo de Cedraz em possuir a cativa e isso fazia parte da realidade da escravidão. Outra possibilidade é a de que Martinha ainda convivesse com o menino e assim no ato da compra dela, teriam imposto como condição para a negociação a compra de mãe e filho juntos, com o intuito de não separá-los.

Fato é que o menino foi comprado e passou a morar com sua mãe na Fazenda Saco dos Porcos, local onde morava a família de Manoel Cedraz: o pai, a mãe e talvez ainda algum irmão do mesmo. Possivelmente, a família dele não desconfiasse de suas intenções com aquela compra, mas o que aconteceu é que cerca de três anos depois da efetivação do negócio, nasceu um filho da dita escrava, que foi batizado com o nome de Antonio em 1874. No assento de batismo constou apenas o nome da mãe, a escrava Martinha, do domínio de Manoel Cedraz. Descobrimos mais tarde que este era filho do próprio Manoel Cedraz. Já mostramos que ele tinha um filho com Justina Maria de Jesus. Quem teria sido afinal esta mulher, diante de tantas “Justina Maria de Jesus” que encontramos na documentação? Seria ela uma negra, uma liberta que já havia alcançado a liberdade? Ou seria uma mulher branca? Encontramos também uma Justina Maria de Jesus casada com um certo Manoel José da Silva batizando um filho, o menino Benvindo. Em 1879 batizaram mais um filho, o menino Ricardo da Silva e em 1881 mais uma filha do casal foi batizada, Joana da Silva.⁹⁵ Nos contou Seu Romão que:

Meu pai contava que o velho (Mané Tenda) tinha uma mulher aí..aí teve uma briga... ele brigou com um não sei quem, e o homem bateu nela e aí o velho ia processar esse cara.. aí ele falou com João Trabuco que era tirado a advogado, aí João Trabuco aconselhou, disse a ele, disse ao cara, só tem um recurso pra você não ser processado pra acabar com isso. O cara perguntou: e o que é? Casa com a mulher.. aí o cara se viu obrigado, casou com a mulher que ele tinha batido pra não ser processado pelo Mané Tenda. [...] Isso foi antes de Martinha... aí ele tinha um filho com essa mulher e deu uma Fazenda chamada Melancia...aí era esse filho... eu não sei bem, pode ter sido o

⁹⁴ Idem, CHALHOUB, 1990.

⁹⁵ ACPCC- Livro de Batismos, 1874/1879/1880/1882/1883/1885.

Manoel Amaro, porque um filho desse cara foi morar lá pros lado de Santo Amaro, tinha o sobrenome Cedraz das Mercês... Meu pai contou [...]⁹⁶

Deparamos com uma Justina Maria de Jesus se casando em 29 de junho de 1870, mesmo ano do registro da compra de Martinha. O noivo era Martinho de Souza de Jesus. No documento não aparecem os nomes dos pais dos mesmos. Em 1887 uma Justina Maria de Jesus, casada com Donato Alves da Silva, batizou um filho de nome José Alves da Silva.⁹⁷ Anterior a esta data, em 1856 Justina Maria de Jesus batizou a filha Anastácia, não aparece o nome do pai da menina.⁹⁸ Assim, fica difícil determinar qual dessas foi a Justina mãe de Manoel Amaro, filho de Manoel Cedraz.

Mas, há um Manoel, que havia sido batizado em 1857, filho de Justina Maria de Jesus.⁹⁹ Seria este o filho de Mané Tenda? A ausência do sobrenome é normal nos assentos de batismos. Sobre a Fazenda Melancia, que foi dado a ele pelo pai, não foi localizada na relação da declaração de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, nem nas escrituras de compra e venda de terras. Mas, através dos relatos orais, descobrimos que se localizava nas terras da Fazenda Urussú, uma das propriedades rurais de Manoel Cedraz.

Essa falta de comprovação nos documentos escritos quanto a doação da fazenda não quer dizer que não tenha acontecido. Muitas propriedades rurais mudavam de nomes no decorrer do tempo. Todavia, ficaram registradas nas memórias de descendentes de antigos moradores da região que ouviam referências a tais nomes contados pelos antepassados.

Seria Justina uma ex-escrava ou mesmo uma pessoa de cor, parda ou crioula? Gilberto Freyre já apontou a existência de uma preferência de alguns homens brancos e de famílias proprietárias de escravos, por mulheres negras.¹⁰⁰ Muitos homens iniciavam a vida sexual com as cativas de seus pais, às vezes por consentimento, e em outras tantas circunstâncias, pela força.¹⁰¹ Não podemos negar a existência do uso da força, já que a cativa era uma propriedade de seus senhores, e constantemente encontramos nos documentos pesquisados a expressão “o senhor pode tomar posse e desfrutar da dita escrava como coisa sua.” Muitos poderiam agir desta forma alegando que o corpo de sua cativa era seu por direito, e assim desfrutar como desejasse. Dessa forma, elas

⁹⁶ Entrevista de Seu Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 20.04.2014.

⁹⁷ ACPCC- Livro de Batismos (1877). ff.20.

⁹⁸ ACPCC-Livro de Batismos (1856) ff.14

⁹⁹ ACPCC- Livro de Batismos (1857) ff. 6.

¹⁰⁰ Idem, FREYRE, 2001.

¹⁰¹ Idem, GRINBERG, 2008.

viviam em situações mais vulneráveis. Tal situação pode ser vista como a permanência do poder privado do senhor sobre seus escravos. Todavia, pode também ser encarada, e acreditamos nisto, como a manutenção de uma política de gênero que estabelece o poder masculino como referência das relações.¹⁰²

O que podemos afirmar é que Martinha e Manoel Cedraz tiveram uma relação sexual/afetiva por um longo período em forma de concubinato, pois permaneceram solteiros, sem a oficialização da união. O fato de ele ter demorado muitos anos para oficializar a união com Martinha pode indicar que para Mané Tenda pesava o preconceito de manter uma relação com sua ex-escrava. A diferença de idade entre eles era de aproximadamente 21 anos, dado que talvez não fizesse diferença para a família dele. Mas o que acreditamos ter pesado realmente foi o fato da condição jurídica, social e racial de Martinha.

A compra de Martinha foi efetivada em 1870, e o primeiro filho do casal nasceu em 16 de abril de 1874 na Fazenda Saco dos Porcos¹⁰³, ou seja 4 anos após o registro da compra dela. Será que o relacionamento entre ela e Manoel Cedraz já existia antes mesmo de sua compra ou teve início logo depois desta? Há quanto tempo Mané Tenda conhecia Martinha e tinha se interessado em comprá-la? E por que ele a comprou, já havia um interesse em ter um relacionamento amoroso com a mesma? Ou essa afetividade foi surgindo com a convivência na Fazenda Saco dos Porcos?

Martinha, Manoel Cedraz e seus dois filhos formavam assim uma família constituída por pessoas com condição jurídica diferenciada. Ele, um homem livre e proprietário da amásia, e de um de seus filhos, Saturnino e também, o senhor do segundo filho da dita cativa, Antonio Frutuoso que havia nascido em 1874. Este recebeu o nome de Antonio Frutuoso de Oliveira, o mesmo do bisavô paterno, o que evidencia uma escolha feita pelo pai. Poderia também sugerir uma intenção de demonstrar que ali vivia uma família autêntica ainda que não sagrada pelos laços oficiais do matrimônio. Por outro lado, seria uma forma de inserir o filho no seio familiar, buscando assim, conferir legitimidade à relação perante a família e a sociedade.¹⁰⁴ Antonio Frutuoso apareceu no assento de batismo como liberto pela Lei nº 2.040 de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Esta lei foi sem dúvida um importante instrumento para que os cativos dispusessem de meios legais, vindo a conquistar certas prerrogativas, principalmente o direito de constituir um pecúlio. No

¹⁰² Idem, ALVES, 2010. p. 31.

¹⁰³ ACPCC- Livro de Batismos. (1874) ff. 58.

¹⁰⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. *Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva*. (Artigo) p .54-55.2003.

tocante a melhoria de vida das mães e de seus filhos, esta lei ratificou a proibição de separar as famílias escravas e estabeleceu como critério do Fundo de Emancipação a prioridade de alforriar as famílias.¹⁰⁵

A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871 contemplava o destino dos filhos de escravas. Dizia a lei,

Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. E acrescentava, chegando o filho da escrava a idade de oito anos, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do estado a indenização de 600 mil-réis, ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos.¹⁰⁶

A Lei do Ventre livre conferiu aos senhores das cativas a escolha do destino das crianças que diziam ser livres. Além disso, possibilitou a manutenção de um atrelamento pessoal, tornando as crianças “ingênuas” obrigadas à prestação de serviços aos senhores de suas mães. A eficácia desta lei não conseguiu beneficiar as mães e seus respectivos filhos de forma eficaz, pois, “como a escravidão foi abolida no Brasil antes que qualquer das crianças nascidas de ventre livre alcançasse os 21 anos, seus problemas se equivaliam inteiramente aos dos alforriados sob condição.”¹⁰⁷

Martinha, no entanto, não precisava se preocupar com a possibilidade de ver seus filhos crescerem longe dela, pois, a relação que mantinha com seu senhor lhe “garantia” a proximidade com sua prole na fazenda em que viviam. Porém, a Lei de 1871 lhe dava uma segurança de que independente da atitude do pai de seus filhos, eles já não nasceriam mais escravos.

O grande feito da Lei do Ventre Livre foi a garantia da liberdade caso os cativos constituíssem um pecúlio suficiente para comprá-la. Caso o senhor negasse, o cativo teria “direito” a recorrer à justiça. Contudo, é importante lembrar que muitos escravos recorreram à justiça antes de 1871 para garantir uma liberdade por brechas que encontravam nas leis¹⁰⁸ e buscava a Justiça também para conquistar outros direitos. A escrava Caetana, por exemplo, personagem estudada por Sandra Graham buscou o tribunal eclesiástico para anular um casamento forçado. Ela conseguiu o apoio de seu senhor e buscou a sua “liberdade” de um relacionamento não desejado por ela. Assim, à sua maneira, ela conseguiu impor sua vontade. Vivia no Vale do Rio Paraíba, no sudeste

¹⁰⁵ REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Família negra na época da escravidão: Bahia, 1850-1888*. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, 2007.

¹⁰⁶ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição na Bahia*. 2ª Ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 85

¹⁰⁷ Idem, MATTOSO, 2003, p. 177.

¹⁰⁸ Idem, GRINBERG, Keila. 2008

do Brasil no período de 1830 e 1860. Caetana não se rendeu à vontade inicial de seu senhor nem tampouco ao desejo de seu tio, que queria obrigá-la a consumir um casamento indesejado por ela.¹⁰⁹

Quatro anos depois do nascimento de Antonio, em 2 de fevereiro de 1879, nasceu o segundo filho de Martinha e Mané Tenda . Este recebeu o nome de Joviniano e foi batizado pelo Padre Marcolino, que o qualificou como de “cor fula”. Em 30 de julho de 1880, nasceu mais um filho, chamado Belmiro, qualificado como “pardo” e filho de Martinha, liberta. Em 1882 nasceu mais um menino, Graciliano, ingênuo, filho da escrava de Manoel Cedraz, acreditamos que ela foi classificada como escrava por um equívoco do padre, pois, não a encontramos mais como cativa desde 1879. Em 8 de maio de 1883 nasceu a primeira menina, Eufrosina. Ainda neste ano, em 1883, Manoel Cedraz registrou uma escritura de perfilhação reconhecendo seus filhos naturais. O documento diz que:

Manoel Cedraz de Oliveira Júnior reconhece a seus filhos naturais Antonio, de idade de dez anos, Jovino com cinco anos, Belmiro com quatro anos, Graciliano com dois anos e Eufrosina com três meses havidas com Martinha Maria de Jesus e Manoel Amaro de Oliveira, de maior idade, havido com Justina Maria de Jesus.¹¹⁰

Diversos pais livres, que tiveram filhos com escravas reconheciam estes como naturais, ilegítimos, como forma de garantir seus direitos de herança. Muitos os alforriavam ainda na pia batismal, e outros legitimavam em momentos de doença, sofrendo com a ameaça da morte Assim o faziam por desincargo de consciência como procedeu Elias Francisco de Seixas em 1850, morador da Mata Escura, nas imediações do atual bairro de São Gonçalo, distrito da Freguesia de Santo Antonio, liberto e dono de uma escrava chamada Benvinda, com quem teve dois filhos. Na verdade, sua situação se diferenciava da de Martinha e Manoel Cedraz, já que Elias era um africano liberto. Segundo João José Reis, no livro *Domingos Sodré, um sacerdote africano*, “Senhores brancos com frequência alforriavam e às vezes até reconheciam filhos tidos com suas escravas [...] mas raramente as alforriavam e constituíam família legítima com elas”.¹¹¹

O Capitão Barrozo e a escrava Jeje Luzia formaram uma família semelhante a de Manoel Cedraz e Martinha. Ele, um homem solteiro, dono de engenhos e morador na

¹⁰⁹ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹¹⁰ CEDOC- UNEB- Série Judiciário. Livro de Notas (1883) ff.142-143.

¹¹¹ REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. .pp.190

Freguesia de Paripe, Recôncavo baiano no século XVIII, e ela, uma de suas cativas e africana. Luzia teve cinco filhos naturais dele. O Capitão reconheceu todos os seus filhos e ainda conferiu-lhes poder para assumir seus negócios. Viveram em situação de concubinato, mas, ele não se casou com a mesma oficialmente.¹¹²

Outro exemplo é o da escrava Ponciana, cativa do domínio do Coronel Quintino Soares da Rocha, morador do Morro do Chapéu no século XIX. Esta teve um envolvimento com o sobrinho de seu senhor, cujo nome era João da Rocha Cesar. A família do coronel era uma das mais poderosas do Morro do Chapéu na metade do século XIX. Desta relação nasceu uma menina, de nome Laura, que foi reconhecida também através de um documento de perfilhação registrado em 1860, quatro anos após o nascimento da menina. Todavia, não há indícios que o relacionamento tivesse durado por mais tempo.¹¹³

O envolvimento de Martinha com Manoel Cedraz pode não ser visto como extraordinário porque a historiografia tem apontado diversos casos de cativas que mantiveram um relacionamento sexual/afetivo com seus senhores e destas relações tiveram filhos ilegítimos.¹¹⁴ Mas, por outro lado, para o caso específico da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, não encontramos mais nenhum caso de escrava que tornou-se a esposa de seu senhor ou, mesmo que teve seus filhos ilegítimos ou naturais reconhecidos legalmente por seus proprietários. Martinha foi a mulher que se casou com o ex-senhor, e teve um relacionamento duradouro, viveram juntos por cerca de 42 anos.

O caso de Martinha não foi único e isolado considerando os diversos casos que a historiografia tem descoberto em outros lugares do Brasil escravista. O que a documentação sobre Martinha permite é acompanhá-la por vários anos de uma relação duradoura. Esse fator torna seu estudo especial.

Foram achadas evidências de outras famílias escravas formadas pelas mães e seus filhos naturais que poderiam ou não viver em concubinato com seus homens. Identificou-se também muitas outras famílias que oficializaram a união perante a Igreja ainda no período escravista. O censo de 1872 apontou para Coité uma quantidade de 78 cativos casados, mas, após 1872, outros 49 escravos se casaram. Dentre tais famílias, que diferente de Martinha oficializou a união ainda no período escravista, estava Miguel e Joana que casaram aos 26 dias de maio de 1875. Este casal apresenta uma

¹¹² Idem, ALVES, Adriana. 2010.

¹¹³ FERREIRA, Jackson. *De cria a dona: trajetória de uma liberta no sertão baiano no século XIX*. In: REIS, João José; AZEVEDO, Elciene. (orgs.) *Escravidão e suas sombras*. Salvador: EDUFBA, 2012.

¹¹⁴ Tais mulheres seriam Liberata, Chica da Silva e Luzia Jeje,

especificidade, eles eram do domínio de senhores diferentes, algo que foi raro em algumas áreas do sudeste no século XIX.

Os senhores de escravos em Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre cativos de donos diferentes ou entre cativos e pessoas livres. Na amostra da matrícula de 1872, não existem uniões matrimoniais que cruzem a fronteira entre posses e há apenas alguns casamentos entre escravos e libertos; além disso, nos assentos de casamentos da Igreja ambos esses tipos de uniões são raros. Os senhores campineiros não eram atípicos nesse respeito; em outras localidades para as quais existem dados, a mesma “proibição” existia. Em outras palavras, e invertendo a perspectiva, o escravo que queria casar pela Igreja quase sempre tinha que encontrar seu cônjuge dentro da mesma posse.¹¹⁵

Tal qual Joana e Miguel, Mônica e Manoel também viveram uma união estável sendo do domínio de senhores diferentes. Eles se casaram em 28 de novembro de 1872. Desta forma, essa “proibição” de casamentos entre cativos de domínios diferentes na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité era impossível de se efetivar, pois a maioria dos proprietários eram donos de um ou dois cativos. Em lugares onde predominavam os pequenos proprietários de escravos era freqüente casamentos de cativos de proprietários diferentes. Sobre Joana e Miguel falaremos ainda.

É importante destacar que os casais de domínios de senhores diferentes nem sempre viviam em propriedades distintas ou muito distantes. Poderia acontecer do escravo ser alugado para trabalhar na propriedade do dono de sua esposa. Outras estratégias também eram adotadas para que os cônjuges conseguissem permanecer por algum tempo juntos e desfrutar de uma vida em comum, como por exemplo, cumprir as tarefas diárias ordenadas pelo dono e à noite se dirigir ao local onde a esposa vivia com os filhos.¹¹⁶

Em 13 de julho de 1885, nasceu a última filha do casal Manoel Cedraz e Martinha. Era uma menina e a chamaram de Maria Alcina. A família estava completa, pai, mãe e filhos naturais.

1.5 Martinha e suas escolhas

[...] em um mundo onde nascer mulher e de cor poderia ser um óbice quase intransponível, e, ao mesmo tempo, uma abertura para a imposição dos mais vis percursos de vida. Assim, na base da pirâmide social de seu tempo, as

¹¹⁵ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*, Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹¹⁶ ALVES, 2010. Op. Cit., pp.11-112.

negras forras viveram o cotidiano, buscando microscopicamente garantir uma existência mais amena.¹¹⁷

A frase que inicia esta seção é uma citação da autora Suely Creuza Cordeiro de Almeida sobre as estratégias de sobrevivência de mulheres negras que lutaram para garantir uma vida com dignidade para si e sua prole. Partilhamos da ideia de que a relação afetiva entre Manoel Cedraz e Martinha possibilitou a esta última, meios que assegurassem a ascensão social dentro dos limites da escravidão. Dessa forma, ela conseguiu para si bens materiais e simbólicos que a diferenciaria das demais escravas da região. Foi também o meio de amparar sua prole, inclusive o filho tido antes do relacionamento com Manoel Cedraz.

A compra do seu filho Saturnino por Manoel Cedraz foi incorporado pela memória dos parentes como uma “prova de amor”. Esta história foi transmitida de geração a geração, e ainda hoje os bisnetos recontam que ela chorou por meses até que conseguiu a bendita façanha de ter seu filho novamente em seus braços. As mães escravas e forras tiveram um papel muito importante na sobrevivência e proteção de sua prole.

Chica da Silva, por exemplo, mulher negra, cativa que permanece na visão estereotipada como aquela que alcançava seus objetivos por meio do sexo, inclusive a carta de alforria. Sua estratégia seria para muitos homens e mulheres que recontam sua história, o uso do corpo. No contexto escravocrata que ela viveu as alternativas disponíveis para galgar a ascensão social, eram além do concubinato, a prostituição o apadrinhamento¹¹⁸ a investida em atividades econômicas, como as mulheres que trabalhavam vendendo com seus tabuleiros nas ruas das cidades¹¹⁹ e ainda uma relação de proximidade com a família senhorial. As estratégias de aproximação com as famílias dos senhores incluíam prestar serviços na amamentação, cuidado e criação dos filhos e filhas de seus senhores. Eram as amas de leite que frequentemente alcançavam nos testamentos dos senhores e senhoras como beneficiadas de pequenas quantias e mesmo a alforria depois de servirem por toda a vida à família senhorial.

Martinha esteve em uma relação de concubinato com seu senhor até 1889, cerca de 18 anos. Seus descendentes afirmam que ele a alforriou, mas, não encontramos as cartas de alforria dela e nem a do seu filho Saturnino. Porém, a palavra “liberta” que

¹¹⁷ ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro. *Vida íntima entre senhores e escravos no Recife e na Liisboa setecentistas: três histórias, três memórias*. Artigo. Afro-Ásia. 43 (2011), p. 195-212. Mar/2009; out/2011. Pp. 208.

¹¹⁸ Idem, FURTADO. 2003.

¹¹⁹ Idem, SILVA, 2011.

encontramos nos assentos de batismos dos filhos indica que realmente ela alcançou sua liberdade. Os relatos de seus descendentes relatam que o relacionamento dos dois ficou em oculto até o nascimento de seu terceiro filho, Belmiro, em 1880, mas a presença da família dele nos batismos de seus filhos, como veremos a seguir, pode ser um indicativo de que a relação entre Manoel Cedraz e Martinha era do conhecimento de sua família e da comunidade local. A família dele possivelmente não via com bons olhos essa relação, e assim, devem ter vivido situações de preconceito por parte de uma família formada por pessoas brancas, de posses e que faziam parte do grupo privilegiado local.

Sobre o concubinato, este era proibido pela Igreja Católica desde o período colonial, porém, era algo que acontecia com frequência. Era considerado como um péssimo exemplo podendo os envolvidos ser penalizados com o degredo. Em locais pequenos, como a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, parece não ter havido reprovação por parte da igreja. Na verdade, a Igreja não conseguia controlar plenamente a vida de seus fiéis.¹²⁰

Tais relações poderiam significar uma melhoria de vida numa sociedade racista e escravista como foi o contexto que viveu Chica da Silva e também Martinha quase um século depois.

Segundo os preceitos da Igreja Católica e as Leis do Estado, tornar-se manceba fosse uma posição inferior, na verdade, ser amancebada com homens importantes tanto para mulheres livres como para escravas, poderia significar privilégios muito especiais [...].¹²¹

Alguns privilégios teriam desfrutado estas mulheres. É possível que estas viveram em melhores condições de sobrevivência que muitas escravas de seu tempo. A escrava Luzia Jeje, por exemplo, pode ter conquistado a alforria através do pai de seus filhos e seu senhor. Chica da Silva conquistou a liberdade e casou-se com seu segundo proprietário. Martinha também teve privilégios para si e para sua prole, começando pela segurança de ter perto dela todos os filhos sem a ameaça de separação por motivo de venda ou partilha entre herdeiros.

Podemos situar a atitude dessas mulheres no conceito de tática, no qual burlavam as normas estabelecidas para conquistarem seus objetivos cotidianos.¹²² Todavia, é preciso salientar, que os relacionamentos entre cativas e seus senhores se pautavam também em afetividade, não apenas em interesse.

Os meios para a conquista de melhores condições de vida estava longe de ser apenas através de um relacionamento afetivo com um homem de posses, as mulheres

¹²⁰ MOTT, p.17 apud ALVES, 2010. p.21.

¹²¹ Ibidem, 2010. p.132.

¹²² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: I, artes de fazer*. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

conseguiram sobreviver com o trabalho que desenvolviam. Com relação a submissão feminina, nem sempre comportar-se com sujeição aos homens significava uma obediência naturalizada. Martinha viveu com Mané Tenda por muitos anos, e ela soube conquistá-lo, já que tomava conta de suas propriedades enquanto ele estava fora trabalhando no cuidado com o gado e, é descrita pela memória dos descendentes como uma mulher diferente, inteligente para resolver os problemas do marido no que diz respeito à administração das fazendas.

Um dado interessante é sobre a relação de Martinha com sua família. Sabemos que no sistema escravista a separação de membros da família era uma possibilidade permanente por motivos de vendas, doações e partilhas de bens por morte do senhor ou senhora. Ela viveu esta realidade quando foi afastada de sua mãe e irmãos. Através das entrevistas orais foi possível identificar os nomes dos irmãos de Martinha, sendo relatado 9 destes: Anacleto, José, Maria Cristina, Maria Aprigia, Maria, Estanislau, Firmino, Severino e Joana. Esses irmãos haviam sido separados dela ainda quando crianças por meio de vendas e partilhas. Mas, no período entre 1871 e 1878, ela investiu na busca de seus familiares. Para tanto, conseguiu recursos financeiros com a venda de gêneros alimentícios que plantava nas terras de Manoel Cedraz, com o consentimento dele. Ela vendia batata, feijão e farinha de mandioca na feira local e com o dinheiro que conseguiu juntar, comprou a liberdade de alguns dos seus irmãos e outros já encontrou libertos, como Estanislau e Anacleto que já haviam conquistado a liberdade. D. Nininha, neta de Estanislau, e sobrinha neta de Martinha relatou que:

Minha mãe falava muito de Martina, que era tia dela... Que Martina era escrava, casou com o patrão...o patrão que comprou ela, ela era muito inteligente. Ele voltou e casou com ela... aí ela, os irmãos dela era recolhido pelo mundo e dizia que no tempo do cativo vendia os jovens... aí ela saiu recolhendo os irmão tudo dela.¹²³

Sobre a mãe de Martinha e de seus irmãos, não encontramos mais detalhes nos documentos, pois, há um número grande de “Antonias Maria de Jesus” nas fontes consultadas. Este era um nome comum entre as mulheres da freguesia. Mas, a entrevista de seu Romão, bisneto de Martinha, nos esclareceu algo,

Meu avô e os irmãos dele e meu pai falavam muito da avó... Falavam muito dela... O meu pai sempre falava. Chamavam ela de Mãe Tonha. Ela ficou morando por aqui mesmo, e tinha contato com os netos e com a filha. Agora, tinha umas tias Maria Aprigia, Maria... Eram todas três Maria. Maria Aprigia, uma morava no Sucavão, e a outra era Maria Cristina. Acho que a outra era

¹²³ Entrevista com D. Nininha, 92 anos. Entrevista concedida em 20.05.2014.

Plácida.. Não lembro bem [...] meu pai falava desse negócio todo [...] Falava de Estanislau... Falava de Anacleto mesmo. Ouvi falar de Estanislau, das Marias.. Ele falava essas histórias assim [...]¹²⁴

A partir da entrevista, percebemos que a memória fragmentada de Seu Romão guardou informações que também foram repetidas por Dona Nininha. Acreditamos na existência de uma memória coletiva que foi sendo divulgada ao longo dos anos. Seu Romão e D. Nininha ouviram tais relatos de pessoas diferentes. Dona Nininha diz ter trabalhado na casa de Alcina, a filha mais nova de Martina, como ela a chama. As informações vão fazendo sentido e se ligando a uma rede de nomes encontrados nos documentos. A evidência da Mãe Tonha que os netos tinham contato demonstra mais uma vez a existência de uma família escrava que permaneceu com laços firmes por três gerações e que se estendeu no pós-abolição. Muitas famílias de escravos e libertos conseguiam permanecer estáveis por três gerações ou mais por esforço dos próprios cativos.¹²⁵

Acerca da compra dos irmãos, encontramos uma pista importante. Consta que a antiga proprietária de Martinha, Bernarda Claudina do Espírito Santo, além de vender Saturnino para Manoel Cedraz, vendeu também mais duas escravas com o nome de Maria. Sobre uma destas, na escritura de compra e venda diz que era natural de Santa Bárbara, mas, acerca da outra Maria só diz que tinha 14 anos e foi comprada por um valor consideravelmente alto, 700\$000 reis.¹²⁶ Este foi o valor mais próximo do preço da escrava Martinha.

Dona Bernardina morava na Fazenda Sucavão, o mesmo endereço de uma das irmãs de Martinha, uma das três Marias. Seria mera coincidência ou esta moça foi comprada por Manoel Cedraz em 1876 a pedido de sua companheira e mãe de seus filhos? Se nossa hipótese estiver correta, Maria teria voltado a morar perto de sua antiga proprietária, poderia ter recebido uma posse de terras para plantar e sobreviver. Mas é apenas uma hipótese, já que a documentação escrita não oferece mais pistas nesse sentido. Não há evidência escrita da compra dos irmãos de Martinha por ela.

Além de conquistar meios para reunir parte da sua família desintegrada pela escravidão, ela também conviveu com outros escravos na mesma propriedade em que morava, a Fazenda Saco dos Porcos. Todos os outros cativos que Mané Tenda comprou e registrou a escritura na freguesia em estudo, foram mulheres, a exceção de Saturnino. Em 1874 ele comprou outra escrava de Bernardina Claudina do Espírito Santo. Esta era

¹²⁴ Entrevista com Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 17.07.2014.

¹²⁵ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

¹²⁶ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- (1876). ff. 35-36.

Inácia, preta, com idade de 14 anos por 500\$000. Em 1876 comprou a Maria de Santa Bárbara por 500\$000 réis e a cativa Maria que custou 700\$000 comprada também em 1876. Outra escrava dele foi Marinha, solteira, mãe de dois filhos tidos quando vivia na Fazenda Saco dos Porcos. Possivelmente, tais cativas também servissem e obedecessem a Martinha. Esta deveria ser ajudada nos afazeres domésticos, e no cuidado dos seus filhos.¹²⁷

O rumo que a vida de Martinha tomou, também beneficiou, sobremaneira, o destino de sua prole. O papel que essas mulheres desempenhavam nas relações familiares era como uma ponte por onde passavam os privilégios para os filhos. As mulheres cativas conseguiam viver experiências de liberdade ainda dentro do cativeiro. Elas tinham maior acesso que os homens à família do senhor, através da amamentação como ama-de-leite; cuidavam dos meninos maiores, e ainda controlavam a cozinha de sua proprietária. Pelo espaço que estas mulheres cativas ocupavam na casa grande, muitas famílias donas de escravos se viam ameaçadas. Por outro lado, os senhores poderiam assediar as cativas, obrigando-as a ter relacionamentos com eles por meio de “promessas de liberdade” e até mesmo com o uso da força.¹²⁸ Por esse motivo algumas senhoras preferiam vender suas escravas jovens.¹²⁹

Algumas questões podem ser discutidas a respeito da escolha de Manoel Cedraz. Ele escolheu uma negra e escrava para constituir família enquanto poderia ter optado por uma mulher branca e de sua condição social ou próxima. Primeiro, a questão da idade, Manoel era mais velho que Martinha. Sobre essa questão da idade, acreditamos que não seria um problema, já que muitas mulheres brancas e de cor até optavam por homens mais velhos por entender que eles teriam melhores condições de vida a oferecer. Por outro lado, muitos homens mais velhos tinham preferência por mulheres mais jovens.¹³⁰ Dessa forma, a idade dele não seria empecilho para encontrar uma noiva no mundo dos livres.

Outra questão que pode explicar seria realmente um sentimento de afetividade por Martinha. Nos depoimentos percebemos que ela é retratada como uma mulher diferente. Seria ela, como afirmou D. Nininha e Seu Romão uma negra muito desenvolvida, inteligente, chegando a ser mais ativa que Manoel? Tal inteligência, acreditamos ter sido no desenrolar das atividades cotidianas, talvez em resolver

¹²⁷ CEDOC- UNEB- Livros de Notas - Escrituras de compra e venda de escravos (1874) ff. 8. (1876) ff. 34; 35.

¹²⁸ Idem, SLENES, 1999.

¹²⁹ Ver FREYRE, 2010; ALVES, 2010, Op. Cit.,

¹³⁰ SLENES, Robert W. Op. Cit., p. 82.

problemas mais facilmente. Provavelmente, era uma mulher que aconselhava Manoel em tomadas de decisões, até quanto a negócios ligados a compra de terras. Ou ela teria sido o braço forte em administrar as fazendas e cuidar dos negócios, quando ele esteve acometido de uma moléstia que o deixou impossibilitado de trabalhar por muitos dias. Ela não sabia ler e escrever, assim como também seu filho Saturnino. Da mesma maneira, essa inteligência seria fruto das experiências da vida.

A carta de liberdade de Martinha não foi encontrada, mas, ela deve ter sido alforriada e a carta ter se perdido ou mesmo não ter sido registrada em cartório. Casaram-se em 1889 na Igreja da Matriz de Conceição do Coité com as bênçãos do Padre Marcolino Madureira.¹³¹ Provavelmente as questões sociais e familiares teriam feito Manoel só se casar com ela, uma mulher negra, egressa de cativo, após o fim da escravidão, quando não havia mais escravos ou libertos, todos eram juridicamente livres. Ter uma esposa ex-escrava e negra poderia ser motivo para críticas da sociedade. As marcas deste passado, possivelmente eram difíceis de serem anuladas, pois, entendemos que a condição de tais sujeitos não mudou muito com a Lei Áurea.

O futuro não viria com certas dificuldades para os filhos de Martinha. Todavia, provavelmente enfrentaram outros entraves de ordem social. Está inserido em uma família de pessoas de posses e gozar dos privilégios que esta condição poderia proporcionar, seriam prerrogativas para um futuro mais brando do que viviam os filhos de outras escravas. As decisões dos pais de Antonio Frutuoso, Joviniano, Belmiro, Graciliano, Eufrosina e Alcina, começou com a escolha dos padrinhos destes últimos. Saturnino também gozou das estratégias traçadas por Martinha, pois, entrou na partilha de bens do casal, herdando apenas a parte que cabia a meação dela. Assim, as trajetórias desta família e de outras constituídas por cativos serão traçadas no próximo capítulo.

¹³¹ FHC-ACMS- Livro de Casamentos (1889) ff. 269.

CAPÍTULO II: TRAJETÓRIAS DE ESCRAVOS E LIBERTOS: OS FILHOS DE MARTINHA

2.1 Relações de compadrio: pensando no futuro dos filhos

Percebemos que a formação da família cativa extensa, ou não, incorporando pessoas não aparentadas, como os padrinhos dos filhos era uma estratégia de sobrevivência dentro do cativeiro.¹³² Os padrinhos eram os protetores espirituais dos afilhados, e para os pais seria uma forma de reforçar os laços de amizade e solidariedade.¹³³ Por esses motivos a escolha destes era sem dúvida pensada com muito cuidado, pois passariam a fazer parte da família, mesmo que indiretamente. Além de reafirmar as alianças sociais, também firmavam as estratégias de clientelismo entre as pessoas de prestígio na sociedade.¹³⁴

Os filhos de Martinha foram todos batizados ainda bem pequenos, algo que a própria Igreja e os pais católicos preferiam em vista da alta taxa de mortalidade que havia entre as crianças pequenas.¹³⁵ O filho Saturnino, fruto de um relacionamento anterior a compra por Manoel Cedraz, foi batizado com apenas seis dias de nascido, em 25 de junho de 1864. No assento de batismo, o menino é declarado como de cor fula, filho natural de Martinha, e ambos escravos de Bernarda Claudina. Os padrinhos foram: José Paulino de Oliveira e Carlota Maria.¹³⁶ Sobre estes, não foi encontrada mais nenhuma informação. Seriam da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité ou de outra localidade? Saturnino aparece como cativo no documento.

Os filhos de Martinha com Manoel Cedraz tiveram padrinhos que foram escolhidos dentro do núcleo familiar do pai, exceto por dois dos filhos, Joviniano e Eufrosina, que foram batizados por pessoas que faziam parte do mesmo grupo social de Mané Tenda, mas, que não tinham com ele um parentesco próximo.

Antonio aparece no assento de batismo como liberto e de cor parda. A escolha dos padrinhos dele esteve diretamente ligada aos laços de parentesco com a família Cedraz. Tendo apenas um mês de idade, Antonio Frutuoso foi batizado por José Cedraz de Oliveira e D. Ana Josina de Jesus.¹³⁷ Estes eram irmãos do pai do menino, e

¹³² SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*, Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹³³ FURTADO, Júnia Ferreira. *Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva*. PP. 20

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ FARINATTI, Luis Augusto Ebling. *Os escravos do Marechal e seus compadres: hierarquia social família e compadrio no sul do Brasil (c. 1820-c. 1855)*. In XAVIER, Regina Célia Lima (org.) *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

¹³⁶ ACPC- Assentos de Batismos (1864). ff. 24.

¹³⁷ ACPC- Livro de Batismos (1874) ff. 107.

possivelmente a estratégia seria possibilitar proteção e amparo para a criança caso os pais faltassem algum dia. José era dono de parte da Fazenda Saco dos Porcos. Outra intenção presente na escolha feita pelos pais seria introduzir o menino no seio da família do Mané Tenda, que na época, era de posses. Era uma maneira de reconhecer publicamente a paternidade.

Joviniano foi batizado em 3 de abril de 1879, com dois meses de idade. Declarado como “ingênuo” e de cor fula. Seus padrinhos não faziam parte da família do pai. Os escolhidos foram Raimundo Nonato de Couto e sua esposa, Justina Maria de Jesus. Raimundo Nonato era o 1º escrivão da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Assumiu esta função em 1864. Também era eleitor votante da dita freguesia. Seus nomes estão em diversos assentos de batismo, tanto de livres, como principalmente de filhos de escravos. Por exemplo, em 15 de agosto de 1878 eles batizaram o liberto João, pardo, filho do casal de escravos, Hilário e Vitorina. Em 14 de outubro de 1883, eles batizaram a pequena Inocência, de cor fula, filha da liberta Esculástica.¹³⁸ Tal escolha nos permite afirmar que como escrivão, ele gozava de certo prestígio na comunidade.

Belmiro, o terceiro filho de Martinha com seu senhor também foi batizado com três meses de idade, em 1º de novembro de 1880. Este filho de Martinha é caracterizado no assento de batismo como livre e “cabra”. Seus padrinhos foram Manoel Cedraz Carneiro de Oliveira e Maria Eliza de Oliveira. O padrinho era sobrinho de Manoel Cedraz, filho de Francisco Cedraz de Oliveira Salles e Francisca Maria de Oliveira. Maria Eliza era a irmã mais nova de Manoel Cedraz e, portanto, tia de Belmiro.¹³⁹

Graciliano foi batizado em 19 de fevereiro de 1889. No documento consultado, ele aparece como “ingênuo”, de cor parda. Foram seus padrinhos: Aristides Cedraz de Oliveira e Justina Maria de Jesus Couto, esposa do escrivão. As evidências nos levam a suspeitar que havia uma relação de amizade ou de parentesco entre as famílias de Mané Tenda e de Justina e seu esposo. Aristides Cedraz era sobrinho de Manoel. Este era filho de José Cedraz e foi também eleitor da Freguesia. Encontramos relatos de que ele foi político, concorrendo a vereador em várias eleições. Também foi coronel e Major Fiscal do 59º Batalhão de Artilharia de posição do Estado Maior da Guarda Nacional.¹⁴⁰ Desse modo, percebemos que ele poderia proteger e até cuidar do afilhado caso este viesse a precisar de auxílio algum dia.

¹³⁸ ACPCC- Livro de Batismos (1883) ff. 4.

¹³⁹ ACPCC- Livro de Batismos (1880) ff. 99.

¹⁴⁰ WWW.JUSBRASIL.ORG. Seção 1- Diário Oficial da União de 17/9/1916. Pp. 3.

Eufrosina foi batizada em 29 de junho de 1883, com apenas um mês de vida. Foi declarado no registro de batismo, que a menina era livre e parda. Seus padrinhos foram Joaquim Cedraz de Oliveira e Romana Francisca de Jesus. Joaquim era também sobrinho de Manoel.¹⁴¹ Sobre Romana, não conseguimos nenhuma informação, só sabemos que não era sua esposa. Alcina fora batizada em 9 de agosto de 1885. Assim como Eufrosina, ela foi declarada como parda e livre. Seus padrinhos não faziam parte da família Cedraz. Eram João Lopes da Silva e Maria Joaquina de Santana.¹⁴² João Lopes era filho do Capitão Manoel Lopes da Silva. Sua família era de posses, dona de escravos e também de terras, entre estas, a Fazenda Gangorra, Mucambo e Santa Rosa.¹⁴³ João era eleitor votante, o que nos permite afirmar que detinha de uma renda anual específica para tal fim e ainda sabia ler e escrever.¹⁴⁴

Percebemos que Martinha e Manoel Cedraz foram estratégicos quanto ao apadrinhamento dos filhos. Suas escolhas levaram em consideração a relação familiar e também que fossem pessoas da mesma condição social e econômica dele. Pessoas que pudessem socorrer os filhos em momentos de dificuldade, ou mesmo uma tentativa de firmar alianças com pessoas do mundo do pai das crianças. Mas, pode ser que as escolhas dos padrinhos tenham sido tomadas apenas por Manoel Cedraz. Isso pode ser um indício do domínio dele sobre Martinha.

Diferente da decisão de Martinha, fora encontrado um número razoável de crianças filhos de escravos, um total de 385, a maioria de crianças, sendo batizados por livres, libertos e cativos no período de 1870 a 1888. Dentre este número, 120 destas crianças foram batizadas por escravos, ou mesmo envolvendo como padrinho, um liberto e um cativo. As demais foram batizadas por livres, mas é importante notar que muitas destas pessoas consideradas livres poderiam ser libertas. Percebemos que o termo “liberto” só aparece sinalizando a condição jurídica de ex-escravos quando estava recente a liberdade. Com o tempo, o termo desaparece dos nomes encontrados na documentação. A cor do liberto também mudava muito na documentação analisada.

É importante considerar que a freguesia era pequena em número de habitantes, um total de 3.925, e por este motivo, entendemos que muitos cativos mantinham vínculos de amizade e de apadrinhamento entre eles. As cativas de Manoel Cedraz, Marinha e Maria, por exemplo, fizeram escolhas diferentes da de Martinha. Em 1879, foi batizada Marcolina, de cor fula, filha da escrava Marinha. Os padrinhos foram

¹⁴¹ ACPCC- Livro de Batismos (1883) ff.142 v.

¹⁴² ACPCC- Livro de Batismos (1885) ff.49 v.

¹⁴³ CEDOC- Livros de Notas (1869-1930). ff.142 v.

¹⁴⁴ CEDOC- UNEB – Livro de Notas- Atas de eleição (1907) ff. 30-31.

Antonio Severo e Paulina, ambos escravos. Marcolino, porém, faleceu em dezembro do mesmo ano. Em 1880, ela teve mais um filho, João, que foi batizado pelo mesmo casal, Antonio Severo e Paulina. Desconfiamos que eles também fossem escravos de Manoel Cedraz, ou que morassem próximos ao endereço da mãe dos afilhados.¹⁴⁵

Maria, por sua vez, optou por buscar laços de apadrinhamento em dois universos diferentes, no mundo dos livres e também no mundo dos cativos. Em maio de 1880, seu filho Júlio foi batizado por Manoel Amaro de Oliveira e Maria Eusébia de Oliveira. Manoel Amaro era o filho mais velho de Manoel Cedraz, portanto, livre, ou mesmo liberto. Maria Eusébia pelo sobrenome também tinha parentesco com o proprietário da cativa. Em 24 de outubro de 1884 nasceu mais um filho de Maria, o menino Firmino, que foi batizado com apenas um mês de vida. Seus padrinhos foram Honorato e Luiza, ambos escravos.¹⁴⁶ Maria, assim, havia criado laços de apadrinhamento tanto entre os livres, quanto entre os cativos.

“Buscar padrinhos escravos, era, antes de tudo, selecionar indivíduos portadores de vivência e experiência calcadas no cativeiro, constituindo-se ou reforçando-se laços de amizade, trocas e favores entre iguais.”¹⁴⁷ E buscar padrinhos no mundo dos livres, era uma tentativa de estreitar os laços com sujeitos que pudessem interferir ou mesmo facilitar o acesso de tais apadrinhados e de seus familiares no mundo dos livres.

Muitos cativos, no entanto, seguiram a decisão de Maria, optaram por buscar amparo nos dois mundos. Escolhiam para batizar seus filhos, um cativo e outro livre. Num sistema marcado pela violência física e psicológica era necessário buscar amparo tanto no mundo dos brancos, quanto no mundo dos cativos, que poderia inserir o apadrinhado em uma comunidade de cativos e libertos alicerçada ainda no cativeiro. A aceitação dos parentes de Manoel Cedraz em batizar os filhos de uma escrava não significa que havia reconhecimento da família quanto ao relacionamento do casal. A relação entre Martinha e a família do pai de sua prole poderia ser tensa. Talvez parte da família “aceitava”, ou melhor, não interferia na vida deles e a outra parte via com maus olhos. As situações de preconceito por eles vividas pode ser sinalizada pela ausência de apadrinhamento de seus parentes. Seu nome não aparece nos assentos de batismos, assim, concluímos que pelo menos na freguesia em que vivia, ele não batizou nenhuma criança.

¹⁴⁵ ACPCC- Livro de Batismos (1879/1880) ff. 24.

¹⁴⁶ ACPCC- Livro de Batismos (1884). ff. 56

¹⁴⁷ VASCONCELLOS, Maria Cristina de. *Pais, filhos e padrinhos no Sul Fluminense*, século XIX. Afro-Ásia, 49 (2014), 135-158. Março/2013- outubro/2013. p. 146.

O comportamento de Mané Cedraz é reiterado na memória de seus descendentes como um homem muito “grosso”, com poucas amizades. Não encontramos na documentação pesquisada nenhuma evidência de Manoel Cedraz ter batizado alguma criança, nem mesmo sobrinhos ou parentes mais distantes. Teria ele entrado num ostracismo devido a sua relação com Martinha? Mas, e com relação aos batismos de crianças escravas, seria uma decisão dele não ter laços de convivência com esses? Ou por seu comportamento áspero, ele não seria requisitado para apadrinhar nenhuma criança, escrava ou livre?

Na memória local contam-se situações de humilhação que o casal foi vítima, especialmente da parte do pai de Mané Tenda e de alguns dos irmãos. Conta-se que o pai de Manoel Cedraz lhe negava a bênção e virava as costas para ele. Os irmãos evitavam passar pelo mesmo caminho quando o encontravam nas estradas montados a cavalo. Apenas um episódio narrado por Romão nos mostra como a sociedade livre enxergava o relacionamento entre Manoel e Martinha,

Até contam aí que alguém mandou entregar, foi Zé Carijé, [...] mandou lá uma carta pra só entregar a Mané Tenda ou então se não encontrasse de tudo, encontrasse a mulher, para entregar a mulher dele. Aí ela (Martinha) apareceu e ele não quis entregar por causa da cor dela, ele tinha saído... aí depois que confirmaram que era a mulher dele mesmo... por conta da cor mesmo.¹⁴⁸

Manoel pagou um preço por viver esse relacionamento. Mas, por outro lado, conseguiu viver uma história de companheirismo com a mulher que escolheu para partilhar a vida. Esta união foi a única que levou Mané Tenda a casar-se oficialmente. No período em que viveram juntos, tomaram decisões referentes ao destino dos filhos em comum, e com certeza do filho dela, Saturnino. Ela foi uma ponte para as conquistas necessárias para o futuro de sua prole. A trajetória dela se diferencia da de outras cativas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité em alguns aspectos, não obstante tenha vivido e compartilhado as angústias do cativo.

Martinha também batizou crianças, principalmente cativas, o que sugere que tinha prestígio, sobretudo, na comunidade escrava da região. Encontramos seu nome no assento do batismo como madrinha do ingênuo Faustino, filho da escrava Margarida, do domínio de Francisco Gonçalves de Oliveira.¹⁴⁹ Ela também batizou em 1873, Luiz, liberto, filho da escrava Custódia. Mãe e filho viviam na Fazenda Algodões, uma das fazendas de Manoel Cedraz.¹⁵⁰ Posteriormente, em 1876, batizou também Catarina,

¹⁴⁸ Entrevista com Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 20.04.2014.

¹⁴⁹ ACPCC- Livro de Batismos, (1885), ff.37 verso.

¹⁵⁰ ACPCC- Livro de Batismos, (1873), ff. 97 v.

filha natural da escrava Rita, moradora na Fazenda Caldeirão de Pedra. A ligação de Martinha com a mãe da criança se deu considerando que, parte das terras desta fazenda pertencia a Manoel Cedraz.¹⁵¹ Em 29 de outubro de 1892, Martinha e seu filho, Antonio Frutuoso batizou Bernarda, parda com dois meses de idade. O nome do pai da menina era Anacleto Bispo de Oliveira e a mãe Cristina Maria de Jesus.¹⁵²

Seria este Anacleto Bispo de Oliveira o irmão de Martinha que havia sido reencontrado por ela entre 1871 e 1878? Encontramos um Anacleto Bispo dos Santos, casado com uma Cristina Maria de Jesus batizando uma filha de nome Alexandrina em 1890.¹⁵³ É possível que se trate do mesmo Anacleto, porém, com um dos sobrenomes diferente. Era comum a mesma pessoa aparecer com sobrenomes diversos na documentação do século XIX, dado este observado nesta pesquisa.

Apadrinhar crianças era uma forma de reconhecimento para com as pessoas escolhidas. A condição de vida de Martinha conferia-lhe prestígio frente a muitos cativos e libertos, o que pode evidenciar sua importância no seio das famílias escravas e libertas. A sua ascensão podia significar amparo para a vida de seus afilhados, caso dependessem dela em algum momento. Ela era esposa de um homem com riqueza e a família ainda guarda na memória o quanto ela era uma mulher “bondosa”, que gostava de ajudar as pessoas. Seria desta forma uma rede de solidariedade que unia nossa personagem aos seus irmãos de cor e de cativo. Ela não foi caso único na historiografia brasileira em que uma negra, ex-escrava apadrinhou crianças. Sobre isto, João Reis nos apresentou o africano Domingos Sodré, que circulou entre o mundo dos cativos e dos livres, ascendeu socialmente, e foi padrinho de muitas crianças cativas e livres, inclusive brancas.¹⁵⁴

Martinha teve 7 filhos, uma média comum entre as famílias escravas encontradas na dita freguesia.¹⁵⁵ É relevante lembrar que o intuito do trabalho biográfico é apresentar um contexto maior do qual o sujeito biografado viveu.¹⁵⁶ Falamos anteriormente das famílias matrifocais, formadas apenas pelas mães e seus filhos, mas é necessário fazer referências às famílias formadas apenas pelas mães e seus filhos, dando nome a estes membros e também a família formada pelo casal e seus

¹⁵¹ ACPCC- Livro de Batismos, (1876), ff. 135 v.

¹⁵² ACPCC- Livro de Batismos, (1892). ff. 228.

¹⁵³ ACPCC- Livro de Batismos (1890). ff. 45.

¹⁵⁴ Reis, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁵⁵ A média de filhos de escravas na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité foi presumida levando em consideração os resultados obtidos a partir do cruzamento das fontes pesquisadas para este estudo. Fontes como Escrituras de compra e venda de escravos; de doações; Assentos de batismos, Registros de Óbitos, Declarações de nascimentos e de Óbitos.

¹⁵⁶ REIS, João José. Op. Cit., 2008.

filhos. Diferente de Martinha, as escravas que oficializaram a união, escolheram, ou foram levadas pelas circunstâncias da vida a optar, por um companheiro da mesma condição jurídica.

Faremos a seguir um exercício de traçar pequenas biografias a partir dos dados encontrados. O trabalho do historiador é vasculhar o universo das fontes para encontrar possíveis pistas e evidências dos sujeitos investigados. As famílias serão apresentadas a partir de acontecimentos da vida dos cativos, como o nascimento dos filhos, casamento e conquista da liberdade.

2.2 Famílias escravas

Uma das primeiras famílias encontradas e reconstituídas foi a do casal Miguel e Joana. O primeiro indício desta família foi localizado na certidão de casamento de Joana e Miguel. Eles casaram em 26 de maio de 1874.¹⁵⁷ Consta no documento que, ambos pertenciam ao Capitão Manoel Lopes da Silva. Contudo, vasculhando os assentos de batismo, encontramos filhos dela sendo batizados antes daquela data. Em 1871, foi batizado o menino Salvador, que nasceu no mês de maio, portanto, por questão de meses não foi beneficiado pela Lei do Ventre Livre.¹⁵⁸ Em 1873, mais um filho foi batizado, Marta, de cor fula.¹⁵⁹

Até este batismo, não tínhamos ideia do nome do pai dessas crianças. Mais pistas foram surgindo ao longo da consulta aos documentos. Em 1878, foi registrada uma escritura de doação, na qual o Capitão Manoel Mâncio Lopes e sua mulher Felipa Maria de Jesus doaram a seu genro Vitoriano Antonio Oliveira uma escrava de nome Joana, de cor “fula”, juntamente com duas crias livres, uma de nome Raimundo e outra chamada Gabriela que, pelas datas tinha apenas dois meses de vida.¹⁶⁰

Em 1879, realizou-se o batismo de um menino na Igreja Matriz da freguesia, de nome Marcolino, cor fula, filho do dito casal. Este foi o primeiro indício do nome do pai dos filhos de Joana. Em 1882, nasceu Margarida também de cor fula e batizada no mesmo ano que nasceu. O nome dos pais era Joana e Miguel.

Seguindo essa trajetória, encontramos uma escritura de doação passada em 1882, ou seja, cinco anos após a doação de Joana. O Capitão e sua esposa doaram também o escravo Miguel, 34 anos, cor fula e casado. Na dita escritura os senhores declararam o seguinte:

¹⁵⁷ ACPCC- Livro de Casamentos (1875) ff. 63 v.

¹⁵⁸ ACPCC- Livro de Batismos (1871). ff.74 v.

¹⁵⁹ ACPCC- Livro de Batismos (1873) ff. 96 v.

¹⁶⁰ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- Livro de notas (1878) ff. 36.

[...] que o houve, por herança e [...] pelo finado João da Cunha e Araújo cujo escravo foi por ele matriculado em data de treze de janeiro de mil oitocentos e setenta e três, sob os números sete mil duzentos e setenta e cinco da matrícula geral do município e cinco da relação apresentada [...] e como o dito escravo é casado com Joana escrava da sua filha Maria Lopes; doada pelos acima ditos, e por ter o presente doadores o possuem livre e sem nenhum embaraço e por conhecerem que desta forma, os tem separado, e vendo também a necessidade que tem seu genro Vitoriano Antonio de Oliveira de um escravo que o ajude no trabalho da lavoura; Assim, *passam* eles doadores [...]¹⁶¹

Assim, reconstituímos partes da história de uma família formada pelos cônjuges e por seus filhos. Contudo, a história destes, ainda teve um novo capítulo, pois o casal de doadores permaneceu com um escravo de nome Salvador, 13 anos, cor preta e filho de sua ex-escrava Joana. O nome de Salvador, primeiro filho de Joana surgiu numa escritura de doação feita pelos seus senhores ao Professor Florentino Pinto da Silva em nome de sua esposa, que possuía o sobrenome igual ao do doador, evidenciando uma relação de parentesco próxima. A escritura é datada de 1884, cerca de dois anos após a doação de Miguel, e 7 anos após a doação de Joana.

A atitude desses senhores levanta algumas indagações. O primeiro é sobre a lei de 1869, que segundo Robert Slenes proibia a separação de escravos casados. Neste caso, trata-se de uma doação, mas o princípio da lei, ao que parece, é a separação e assim, não tomemos a atitude dos senhores de Miguel e Joana como um simples ato de benevolência, já que havia leis em vigor no país que “protegiam” estes casais, mesmo que sem muito êxito: “ao que parece a lei de 1869, não representou um divisor de águas no que diz respeito a estabilidade dos matrimônios escravos”.¹⁶²

Outro aspecto que merece atenção é a separação de Salvador e sua mãe, Joanna, com apenas 6 anos de idade. Por conseguinte, a doação foi feita desrespeitando a Lei de 1871 que também estabeleceu “a proibição expressa de separar filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe em qualquer caso de alienação em transmissão de escravos.”¹⁶³

Como não foi possível identificar a paternidade de Miguel com relação a Salvador, e mesmo, considerando que a lei observava a ligação com a mãe, é possível que mãe e filho morassem em propriedades próximas ou mesmo que tal separação se desse apenas com relação aos proprietários, que eram parentes e concordassem que o menino vivesse junto com a mãe. Mas, pode ser também que vivessem em propriedades diferentes. Neste caso, esbarramos nos limites das fontes.

¹⁶¹ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- Livro de notas (1882) ff. 124.

¹⁶² Idem, SLENES, 1999. p. 101.

¹⁶³ Idem, RIOS; MATTOS, 2005, p. 149.

A situação se tratava de uma doação, algo comum entre as famílias de Conceição do Coité no século XIX. O escravo era uma propriedade, um bem como os demais, portanto, suscetível de ser passado a um filho ou parente próximo a qualquer momento. Encontramos outros escravos sendo doados dentro de um mesmo núcleo familiar.

Os dados de algumas famílias serão distribuídos na tabela abaixo. Destacamos que tais grupos familiares mantinham relações de apadrinhamento e proximidade de moradias. Levamos em consideração as localizações das propriedades indicadas nos assentos de batismo e de óbitos.

Quadro n ° 1- Famílias escravas (1870-1890)

Nome dos pais	Ano do casamento	Profissão	Nome dos filhos	Ano de nascimento	Cor
Malaquias e Rosa	----	Lavradores	Agostinho Martinha Romana Josefa Luiza Gaudencia Maria André Antonio	1871 1872 1874 1876 1877 1879 1880 1883 1887	Crioulo Preta Preta Preta Fula Preta Preta Fula Pardo
Vicente Josefa	1872	Lavradores	Cirilo Maria Angela Maria Manoel Maria Ana Antonio Gracindo Joana	1871 1872 1874 1875 1877 1878 1879 1885 1886 1888	Crioulo Fula Parda Parda Fula Fula Fula Pardo Pardo Parda
Crispim Joana	-----	Lavradores	Martinha Luiz José Timótia Izidora Simão Sem nome Martiniano Luiz	1871 1872 1874 1878 1880 1882 1884 1885 1887	Cabra Fula Fula Fula Fula Preto Fula Pardo Fula
Simão Antonia	-----	Lavradores	Custódio Maria Mariana Balbina Inocencio Roque Joaquim Francisco João	1870 1871 1873 1875 1876 1878 1880 1883 1885	Cabra cabra Cabra Fula Fula Fula Fula Fula Fula Fula
Hilário	1872	Lavradores	Maximiano	1872	Pardo

Vitorina			João	1874	Fula
			Maria	1876	Fula
			João	1878	Pardo
			Antonio	1880	Fula
			Josefa	1882	Fula
			Benta	1884	Fula

Fontes: Escriturass de compra, vendas e doações de escravos; Assentos de batismos; Livro de matrimônios e de óbitos.

A família de Vicente e Josefa começou para nós no ano de 1871, quando encontramos um assento de batismo de Cirilo, filho do casal.¹⁶⁴ Em 1872, eles oficializaram a união na Igreja Católica. Mas anterior a esta data, eles já viviam juntos há algum tempo, pois, em 1888, próximo da assinatura da Lei Áurea, em 28 de abril, casaram-se Antonio Vicente de Araujo e Maria Galdina de Jesus. Ele era filho de Josefa e Vicente, que ainda era escravo naquele momento.¹⁶⁵ Possivelmente, Vicente só alcançou a liberdade com a Lei Áurea. A liberdade de Josefa, sua esposa, deve ter se dado com o apoio do esposo, pois, assim, seus filhos mais novos nasceriam livres, não mais ingênuos e tutelados pelos proprietários da sua esposa. O filho mais velho também já havia conquistado a liberdade, pois no seu registro de casamento, ele aparece como liberto. Sua noiva, Maria Galdina, era filha natural de Higina Maria de Jesus, esta moradora da freguesia.

O interessante é que mesmo sendo do domínio de senhores diferentes, a família permaneceu estável por um período importante, cerca de 16 anos, considerando a idade do filho que nasceu em 1871. Vicente era escravo de José Gonçalves Pastor e morava na Fazenda Vargem. Josefa, por sua vez, era cativa de Joaquim Gonçalves Gordiano e morava na Fazenda Duas Lagoas. Observando os limites de tais propriedades, não conseguimos identificar se ficam próximas ou distantes, pois não faz limite uma com a outra. Mas, ao analisar o sobrenome dos dois proprietários, é possível que fossem parentes, o que facilitaria um acordo sobre a permanência dos cônjuges juntos. Quais seriam os entraves e facilitações para este relacionamento?

Pode ser também que esteja diante de um contexto em que os senhores motivassem a união de seus escravos como uma forma de garantir a reprodução de sua propriedade cativa através de incentivo à natalidade. Mas parece que a vantagem maior resultante dessas uniões era dos senhores possuidores das cativas, pois os filhos destas a eles pertenceriam.

¹⁶⁴ ACPCC- Livro de Batismos (1881). ff. 65.

¹⁶⁵ ACPCC- Livro de Casamentos (1888). ff. 34.

Sobre as ligações existentes entre tais famílias acima, podemos destacar que Miguel, o esposo de Joana viveu na mesma propriedade que Simão e Antonia, e ainda batizou um dos filhos do casal, o menino Custódio.¹⁶⁶ Miguel e Joana, eram escravos do Capitão Manoel Lopes da Silva e sua esposa, D. Felipa Maria de Jesus, moradores na Fazenda Santa Rosa. O casal de cativos foi doado a Florentino Pinto da Silva e sua esposa D. Francisca Lopes da Silva, estes, desconhecemos o endereço. Simão e Antonia também pertenciam ao Capitão Manoel Lopes da Silva e também moravam na Fazenda Santa Rosa. Hilário e Victorina eram escravos de José Estevão Pastor que era proprietário de duas posses de terras, uma denominada de “Fundo” e a outra com o nome de “Umburana”. Todavia, não temos certeza de em qual dessas propriedades os cativos moravam. Já o casal Malaquias e Rosa era do domínio de Manoel José da Cunha e moravam na Fazenda Baixa Nova. A dificuldade em saber os limites de tais propriedades se dá em parte pela constante alteração dos nomes das mesmas. Por vezes, eram subdivididas e ganhavam novas denominações. Todavia, é possível que fossem próximas ou mesmo que tais cativos se encontrassem em ocasiões e espaços que freqüentavam.

Crispim e Joana estiveram ligados a parentes da família da escrava Martinha. Em 1887, Manoel Amaro de Oliveira, filho de Manoel Cedraz, batizou o menino Luiz, pardo, morador na Fazenda Vargem dos Porcos.¹⁶⁷ Tal fazenda pertencia a Manoel Cedraz. Martinha também tinha contato com a família do Capitão Manoel Lopes.¹⁶⁸ Esta família possuía relações de apadrinhamento, e suspeitamos, que de amizade com o filho do capitão. Joana, esposa de Miguel batizou Silvério, de cor fula, filho da homônima Joana, escrava do dito capitão. Malaquias e Rosa também se ligavam à Hilário e Vitorina a partir do apadrinhamento. Em 1874, Hilário batizou a Romana, preta, filha do casal citado.¹⁶⁹ Portanto, estamos diante de escravos que tinham laços de parentesco, amizade e compadrio. Formavam uma comunidade que podia ser mais ampla envolvendo os libertos, ingênuos e livres.

As famílias cativas eram constituídas de filhos, o que pode significar certa estabilidade das unidades familiares. Quando havia um intervalo, entendemos que ocorria alguma morte prematura da prole. Outro dado é relacionado à classificação da cor dos filhos dos cativos. As designações fula e preto podiam significar descendente de escravo, ou liberto. A cor fula ultrapassa o período da escravidão, e a palavra “escravo”

¹⁶⁶ CEDOC- UNEB- Livro de Notas; ACPCC- Livros de Óbitos. Livros de Casamentos.

¹⁶⁷ ACPCC- Livro de Batismos (1870) ff. 55.

¹⁶⁸ ACPCC- Livro de Batismos (1886) ff. 83.

¹⁶⁹ ACPCC- Livro de Batismos (1878) ff.57.

também segue até 1890 nos documentos em que aparecem os egressos do cativo. Isso se evidenciou nos atestados de óbitos de pessoas com mais de 80 anos. Seus nomes apareciam referenciados pelos dos seus ex-senhores. Era mesmo difícil fugir do passado de escravidão permanecendo nas localidades em que viveram como cativos.¹⁷⁰

2.3 Tecendo fios...

Ser livre, com certeza era o sonho almejado por todos os cativos. Alçar a liberdade, livrando-se do domínio senhorial, poder viver em família, ter autonomia, mobilidade espacial e social, adquirir meios de trabalhar e desfrutar do ganho do seu próprio trabalho. Outro grande objetivo depois da liberdade conquistada era livrar-se do estigma da escravidão, de um passado marcado pelo domínio e por diversas formas de violência.¹⁷¹

Por essa tentativa de distanciar-se do passado da escravidão, muitos cativos não adotaram os sobrenomes ou outros dados que os ligassem ao ex-senhor. Martinha foi um caso diferenciado, assim como muitas mulheres libertas e livres, ela acabou adotando os sobrenomes “Maria de Jesus”. Porém, é perceptível que os sobrenomes eram constantemente alterados na documentação.

Ela aparece com o nome de liberta, Martinha Maria de Jesus, pela primeira vez em 1885, quando batizou o seu quarto filho. Portanto, já estava na condição de liberta. Anterior a esta data aparecia sempre como escrava de seu proprietário/ amásio e simplesmente como Martinha. Em 1889, com o casamento permanece o mesmo sobrenome, não passando por alterações. Em 1907, seu nome aparece como Martinha Cedraz, incorporando o sobrenome de seu esposo. Entrementes, no Recenseamento de 1920, seu nome aparece entre os proprietários, como Martinha Maria de Oliveira.¹⁷² As alterações nos nomes demonstram que não havia regras específicas quanto a adoção de sobrenomes. Isto poderia ser por parte dos escrivães que registravam de qualquer forma, fazendo referência a um ou outro sobrenome quando desejavam, e/ou das diferentes escolhas dos sujeitos oriundos da servidão. Mas a mudança do sobrenome ao longo do tempo parece responder aos diversos momentos em que viveu.¹⁷³ Primeiro, como cativa e depois da abolição como esposa, aí sim, incorporando ou sendo reconhecida como uma Cedraz.

¹⁷⁰ ACPCC- Livro de Batismos (1874) ff.111 v.

¹⁷¹ FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 302.

¹⁷² WWW. Biblioteca do IBGE. ORG. Relação dos proprietários de propriedades rurais- Conceição do Coité. p. 368. Acessado em 15.12.2014.

¹⁷³ Ver FRAGA FILHO, 2006.

Diferente de Martinha, encontramos alguns escravos que se casaram com pessoas da mesma condição jurídica, ambos eram cativos, e fizeram escolhas quanto ao sobrenome que adotaram. O casal Vicente e Josefa, ele do domínio de José Gonçalves Pastor, e ela de Joaquim Gonçalves Gordiano. Logo após se casarem, já estavam libertos e ele declarou que se chamava Vicente Gonçalves Pastor, o mesmo sobrenome de seu antigo senhor. Incorporar o sobrenome do antigo senhor nem sempre espelhava relação de dependência ou laços de gratidão. Podia significar uma estratégia dos libertos “visando à manutenção ou ampliação de “direitos” de manter sua identidade firmada num passado comum de cativo”.¹⁷⁴ Sua esposa, no entanto, não adotou o sobrenome de seu proprietário, optou pelo sobrenome Amâncio. Não sabemos se ela tinha laços de amizade ou dependência com algum membro da família Amâncio, uma das famílias que vivia na mesma freguesia que ela, e que possivelmente teria algum contato com a mesma. Assim, trazer o sobrenome Amâncio “possivelmente fosse um meio de se movimentar dentro de um mundo em que as relações pessoais eram determinantes para a sobrevivência”.¹⁷⁵

Outro liberto que adotou o sobrenome do Senhor foi Hilário Gonçalves Pastor. Ele era casado com a cativa Vitorina Maria de Jesus, e ambos eram do domínio de José Estevão Pastor. Eles se casaram na Igreja Matriz com as bênçãos do Padre Marcolino em 28 de novembro de 1872. Alcançaram a liberdade juntos em 1884, pelo Fundo de Emancipação. Ela tinha 33 anos e Hilário, 36 anos de idade.¹⁷⁶

De acordo com Isabel Reis, o Fundo de Emancipação foi apresentado como parte de um projeto de lei ligado à emancipação dos escravos no Conselho de Estado ainda no ano de 1868. Anos mais tarde, sancionou a Lei nº 2.040, conhecida como Lei do Ventre Livre-1871 “e se concretizou determinar a libertação de cativos por intermédio do Fundo de Emancipação e sua regulamentação foi realizada mais de um ano depois, no Decreto 5.135, de novembro de 1872 [...]”¹⁷⁷

As prioridades do Fundo de Emancipação estavam centradas nas famílias escravas, porém, também beneficiava mães ou pais solteiros com filhos e os escravos de 12 a 50 anos de idade, “começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino.”³⁸ Não encontramos maiores informações sobre o Fundo de Emancipação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, evidenciamos apenas o nome de alguns cativos que alcançaram a liberdade por intermédio deste.

¹⁷⁴ FRAGA FILHO, 2006. Op. Cit., p. 253

¹⁷⁵ Ibidem, p. 269.

¹⁷⁶ CEDOC- UNEB- Livro de Notas (1883). ff. 12.

¹⁷⁷ Idem, REIS, 2007. p. 193-194

O caminho até a alforria pelo Fundo de Emancipação era longo. O cativo deveria primeiro passar por uma Junta de classificação para ser avaliado observando os critérios estabelecidos. Tal Junta de classificação era composta pelo presidente da câmara, promotor público, pelo coletor de rendas, e caso fosse necessário, outras autoridades fariam a substituição.¹⁷⁸ Documentos como as procurações faziam menção à passagem do escravo pela Junta de classificação para ser “arbitrado”.

Os recursos que eram utilizados pelo Fundo de Emancipação, resultavam de um conjunto de taxas cobradas, instituídas pela Lei de 1885, Lei dos Sexagenários, que assim estabelecia em seu 2º artigo,

I- Das taxas e rendas para ele destinadas na legislação vigente. II. Da taxa de 5% adicionais a todos os impostos gerais exceto os de exportação; III. De títulos de dívida pública emitidos a 5%, com amortização anual de 1/2 %, sendo os juros e amortização pagos pela referida taxa de 5%.¹⁷⁹

O filho de Martinha, Saturnino, adotou um sobrenome diferente, tanto de sua mãe, quanto do seu padrasto. Seu nome ficou como Saturnino José Cordeiro.¹⁸⁰ Não descobrimos o motivo de tal escolha. Seria este o sobrenome de seu pai? Por que ele não adotou o sobrenome Cedraz? O Mané Tenda aceitaria emprestar seu nome a um filho que não era seu e que talvez tivesse a pele mais escura do que a dos irmãos?

Diferente de Saturnino, encontramos o escravo de Manoel Ferreira da Silva e Manoel Leão, com o nome Manoel Alexandre em 1884.¹⁸¹ Ele havia constituído família com a também cativa Mônica, e haviam se casado em 28 de novembro de 1872.¹⁸² Mais tarde, em 1920, o encontramos como testemunha em um processo crime. Ele contava com 51 anos de idade e com o sobrenome de seu ex-senhor. Chamava-se Manoel Alexandre da Silva.

2.4 Caminhos trilhados por Saturnino

Saturnino, como outras crianças escravas, viveu os anos iniciais de sua vida sendo propriedade de outrem. Ao ser comprado por Manoel Cedraz passou a morar com ele e com Martinha na Fazenda Saco dos Porcos, e posteriormente na Fazenda Urussú. Como não encontramos a carta de liberdade do mesmo, entendemos que poderia ter sido

¹⁷⁸ Ibidem, 2007.

¹⁷⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição na Bahia*. 2ª Ed. Campinas-SP : Editora da UNICAMP, 2008.

¹⁸⁰ FHC- ACMFS- Livro de casamentos (1891) ff. 20.

¹⁸¹ ACPC- Livro de Batismos (1884) ff. 21 v.

¹⁸² ACPC- Livro de Casamentos (1872) ff. 42.

libertado verbalmente ou mesmo que o documento tenha se perdido e não foi registrado em cartório.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité contava com um número considerável de libertos e de seus descendentes. O censo de 1872 aponta um número de 1.469 pretos e 1.271 pardos. Os brancos eram apenas 875 e 310 caboclos¹⁸³, estes últimos provavelmente frutos da miscigenação com indígenas.

A freguesia era pequena e possivelmente os ex-escravos vivessem do trabalho na lavoura, não havia, portanto, necessidade de estarem se deslocando com frequência para outras freguesias distantes. Assim, talvez não houvesse grandes problemas com a ausência da carta de alforria. Todavia, se precisassem se ausentar da freguesia, é provável que tivessem a necessidade de levar documento comprovando a condição de liberto. Sabemos que a ausência deste documento gerava uma série de problemas para um liberto que vivesse em cidades como Salvador e o Rio de Janeiro. Muitos cativos foram até presos por não apresentar a prova de sua liberdade às autoridades.¹⁸⁴

A carta de alforria era o ato jurídico pelo qual o senhor passava para seu escravo o título que requeria sobre ele.¹⁸⁵ Tal documento era exigido geralmente a fim de comprovar o direito do ex-escravo de ter uma mobilidade espacial sem a presença de um senhor, e não ser confundido com um escravo fugido.

Geralmente, o senhor escrevia a carta de próprio punho, ou quando não sabia ler e escrever pedia que alguém o fizesse. Mas, para que fosse reconhecida, era necessário registrá-la em cartório, o escrivão fazia então uma cópia, datava e era assinado por testemunhas. Pagava-se os selos e assim, legitimava o ato.¹⁸⁶

Entre os anos de 1870 e 1888, foram registradas no cartório da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité 22 cartas de alforria. Contudo, a quantidade de cativos libertados nesse período é bem maior quando consideramos outros documentos e analisamos que muitas dessas cartas de liberdade podem ter se perdido ao longo dos anos. O ato de alforriar era uma prática costumeira, efetuada em condições semelhantes nos diversos espaços do Brasil, tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais. Até 1871, era o direito habitual dos senhores que regia as relações entre estes e seus escravos. O ato de alforriar não sofria maiores interferências do Estado.¹⁸⁷

¹⁸³ Biblioteca do IBGE. Censo de 1972. Acesso em 15.10.2013.

¹⁸⁴ CHALHOUB, Sidney. . *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁸⁵ ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

¹⁸⁶ Idem, FRAGA FILHO, 2006.

¹⁸⁷ ALMEIDA, 2006. Op. Cit.,

Como já foi assinalado a Lei nº 2.040 de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre, foi um divisor de águas no que se refere ao direito ao pecúlio por parte dos escravos. Esta lei concedeu aos cativos o direito de constituir um pecúlio e utilizá-lo para obter a alforria por indenização de preço ao senhor. Se o escravo tivesse meios para pagar por sua liberdade, o senhor teria o dever de concedê-la.¹⁸⁸

Diferente de Saturnino e de sua mãe, alguns cativos fizeram questão, ou os seus senhores, de registrar em cartório suas cartas de liberdade. Outras liberdades, no entanto, foram evidenciadas em meio a outros documentos, como procurações, estando os cativos envolvidos em processos de liberdade mediados pelo Fundo de Emancipação. Dentre estes, encontramos menção à escrava Marinha, do domínio de Manoel Cedraz e que convivia cotidianamente com Martinha e seus filhos. Seus filhos devem mesmo ter convivido com os filhos de Manoel Cedraz e Martinha, inclusive com Saturnino. Ela foi liberta em 1884.¹⁸⁹

Encontramos também referências ao processo de liberdade nos assentos de batismo que fazem alusão à condição jurídica dos escravos e de alguns libertos. Tal observação justifica a nossa afirmação de que muitas alforrias se deram em caráter verbal, as cartas não foram devidamente registradas em cartório. A ausência dos registros podem ter se dado também por conta dos custos do registro ser da responsabilidade do cativo.¹⁹⁰ Percebemos que havia um espaço entre a escrita da carta e o registro da mesma. Algumas têm o intervalo de cerca de 2 anos. Esta pode ter sido também a situação de Saturnino, talvez tenha recebido a carta, mas, não tenha registrado.

Dentre as cartas de alforrias encontradas, a maior parte foi comprada pelos cativos, um total de 11. Cinco foram concedidas em caráter gratuito com a exigência do cumprimento de uma condição estipulada, como acompanhar os senhores até a morte destes. Uma destas foi paga com condição, e as gratuitas sem condição foram 4. Estas geralmente evidenciavam “pelos bons serviços que me tem prestado” e “por amor a Deus”.¹⁹¹

¹⁸⁸ CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹⁸⁹ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário-Livro de notas (1884) ff. 25;29.

¹⁹⁰ LIMA, Henrique Espada. *A família de Maria do Espírito Santo e Luis de Miranda Ribeiro: “agências e artes” de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX*, PP.383-442. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.) *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

¹⁹¹ CEDOC- UNEB- Livro de notas (1869-1889).

Em 26 de julho de 1870, na Fazenda Olho d' Água, Maria, africana, comprou sua alforria por 500\$000 réis, tornando-se forra como se de ventre livre nascesse.¹⁹² Em 9 de janeiro de 1874 na Fazenda Campinas, Vidal, cabra, foi libertado pelos seus senhores “por amor a Deus”, sem pagamento em dinheiro.¹⁹³ Em 9 de maio de 1881 na Fazenda Varginha da Capivara, Izidia, crioula, foi alforriada com a condição de servir a sua senhora até a morte.¹⁹⁴

O dinheiro que os escravos usaram para comprar suas liberdades, possivelmente era um pecúlio, fruto de trabalhos extras, ou acordados com o seu senhor. O pecúlio era “tudo aquilo que ao escravo era permitido, de consentimento expresso ou tácito do senhor, administrar, usufruir e ganhar, ainda que sobre parte do patrimônio do próprio senhor”.¹⁹⁵

Dessa forma, os cativos conseguiam reunir o pecúlio através de atividades realizadas paralelas àquelas que eram obrigados a fazer.¹⁹⁶ As atividades que possibilitavam os escravos conseguir o pecúlio eram as ligadas à agricultura e a criação de animais. Ocorria também que muitas vezes os escravos podiam realizar trabalhos fora da propriedade do senhor em dias santos e domingos. Walter Fraga encontrou alguns escravos no Recôncavo Baiano “que podiam ser remunerados por trabalhos extras realizados nos domingos e dias santos”.¹⁹⁷ Outra possibilidade encontrada foi as atividades agrícolas independentes, onde o senhor conferia aos escravos o direito de cultivar uma parte da roça para dali retirarem o sustento e aumentar a chance de renda. Sobre isto, Fraga ainda afirma que:

Estudos recentes ressaltam que as atividades agrícolas independentes eram vantajosas para os senhores, pois diminuía gastos com a subsistência e mantinham os cativos ligados às propriedades. Mostram ainda, que o cultivo de roças conferiu aos escravos espaços de independência pessoal na produção da própria subsistência e na comercialização do que era cultivado.¹⁹⁸

Outro dado importante, é a ameaça encontrada nas cartas de liberdade da revogação da alforria caso os cativos agissem contrário à vontade de seus antigos senhores. A revogação foi um recurso muito pouco utilizado pelos senhores, porém era um dispositivo legal que poderia ser usado a qualquer momento. Aqueles que chegaram a revogar, alegavam a ingratidão como motivo. Dessa maneira, percebe-se que as

¹⁹² CEDOC- UNEB- Livro de notas (1869) ff. 19; (1881) ff. 11-112.

¹⁹³ CEDOC- UNEB- Livro de notas (1874) ff. 95-96.

¹⁹⁴ CEDOC- UNEB- Livro de notas (1881) ff. 111-112.

¹⁹⁵ Idem, ALMEIDA, 2006, p. 53

¹⁹⁶ Ibidem, 2006.

¹⁹⁷ Idem, FRAGA FILHO, 2006, p. 40.

¹⁹⁸ Ibidem, 2006, p. 42.

discussões sobre a escravidão giravam sempre em torno da questão da produção de dependentes e a revogação se insere muito bem nesse contexto de continuidade da dominação, mesmo após a libertação. Assim, o escravo continuava atrelado ao seu ex-senhor envolvido por um sentimento de gratidão que o conduzia a permanecer obediente e submisso às exigências e tratamento dispensados ao seu antigo proprietário ou mesmo como uma estratégia de sobrevivência, em que permitir ser “protegido” pelo ex-senhor lhes garantia acesso a certos direitos.¹⁹⁹

Voltemos a nossa atenção a Saturnino, que foi apelidado de Tunilo, e era assim que a família o tratava. Ele casou-se em 1891 com Hermínia Maria de Jesus na Igreja Matriz de Riachão do Jacuípe, terra de origem de sua noiva. Em 1892, nasceu seu primeiro filho, João Miguel da Conceição, pardo e foi batizado por seu tio, o Antonio Frutuoso de Oliveira. Um ano após, nasceu Antonio, em 26 de novembro 1893, e, em 1895, nasceu Maria. Seguiu-se o nascimento de Hercília Maria de Jesus, em 1896.²⁰⁰

É provável que ele trabalhasse na lavoura ou mesmo em outras atividades ligadas as propriedades rurais de seu padrasto juntamente com seus irmãos. Seu endereço foi a Fazenda Rufino, próxima às terras do Manoel Cedraz. Do fruto daquelas terras, ele criou os filhos e viu-os constituir família. Saturnino não estudou nem se alfabetizou de outra forma, ele não sabia assinar o próprio nome.²⁰¹

Em 1912, encontramos o nome de Saturnino Cordeiro da Conceição na partilha de bens que fizeram Manoel Cedraz e Martinha Maria de Jesus. Ele teve direito a uma parte de terra nos terrenos da Fazenda Algodões e também “uma parte de terras na Fazenda Urussú neste termo e uma casa térrea na Praça da Rua da Freguesia de Santa Bárbara, tudo pelo preço e quantia de 250\$000 réis.” Ele recebeu a metade da parte que coube aos seus irmãos, o que sugere que ele teve direito apenas a parte da mãe.²⁰²

Não conseguimos informações sobre as razões para esta partilha de bens em 1912, pois sabemos que esta acontece geralmente no momento de morte de um dos cônjuges. Manoel Cedraz faleceu em 1916, cerca de quatro anos após esta divisão do patrimônio. Os descendentes ao se referir a isto, falam sobre o receio dele em falecer e alguém tomar conta de suas propriedades e não reconhecer o direito de seus filhos. Haveria desentendimentos na família de Mané Tenda por heranças? Ou ele e Martinha resolveram dividir a herança por ele está já idoso e não mais conseguir cuidar de seus negócios?

¹⁹⁹ Idem, FRAGA FILHO, 2006.

²⁰⁰ ACPCC- Livro de Batismos (1892) ff.30; (1892) ff. 227 v; (1893) ff. 260.

²⁰¹ Informação obtida através de entrevista com Romão Cedraz de Oliveira, concedida em 20.04.2014.

²⁰² CEDOC- UNEB- Livro de notas (1912) ff. 40-41.

A parte da roça que Saturnino recebeu, passou a chamar-se Fazenda Retirada, próxima a Fazenda Rio das Pedras, mais tarde, servindo para ele e sua família trabalhar em atividades de plantio como muitos dos descendentes de escravos. Ele, também teve seu futuro marcado pela atividade da lavoura, plantava milho, feijão, batata e aipim. Viveu toda sua vida nas terras que recebeu na partilha de bens de sua mãe, Martinha. Com sua morte, essas terras passaram aos seus nove filhos, cabendo a cada um sessenta e poucas tarefas de terra.²⁰³

Ao vasculhar a documentação trabalhada, encontramos muitas dificuldades em cruzar o caminho de egressos da escravidão, pós 1888. Entendemos que a maior parte destes podem ter permanecido em comunidades rurais para tentar a vida. Dentre estes, esteve a filha de Estanislau Xavier de Lima, irmão de Martinha e pai de Ana Maria de Jesus. Esta casou-se com Quintino Maia de Oliveira em 25 de maio de 1910. O casal foi morar nas terras da Fazenda Maracujá para cuidar da roça de Estanislau. Infelizmente, não encontramos a escritura de compra da dita fazenda porque foi arrancada do livro de notas. Mas, a memória de D. Nininha se reportou a este fato:

Eu nasci aqui e to viva até hoje aqui. Sou filha daqui do Maracujá mesmo. Agora meus pais, meu pai é de uma família do Lameiro do Juazeirinho e minha mãe é da Fazenda Cansação do Juazeirinho pra cá. Eles casaram e vieram morar aqui. Essa fazenda aqui era de meu avô por parte de mãe. O nome desse meu avô era Estanislau... Esse era o irmão de Martina.²⁰⁴

O interessante é que ela também nos deu informações sobre dois outros donos da Fazenda que eram negros e descendentes de escravos. Chamavam-se Calixto de Souza e José de Souza. Quando o pai de dona Nininha foi morar nas terras do Maracujá, eram esses dois e mais um senhor chamado Severino que habitavam aquelas terras. Eles aparecem no recenseamento de 1920 como proprietários da Fazenda citada, mas, sobre o Estanislau, não encontramos referência.

Um dado interessante é que as terras da Fazenda Urussú ficavam exatamente nos limites das terras que atualmente formam a comunidade de Juazeirinho. É possível que as terras do Maracujá tenham sido doadas a Estanislau por Martinha e seu esposo, a fim de que ele pudesse sobreviver e cuidar de sua família com o trabalho da agricultura. As terras foram motivo de disputa mais tarde, por volta de 1935. Dona Nininha não soube nos dizer quais foram as pessoas envolvidas neste episódio, mas lembra que eram brancos querendo tomar as terras de lavradores negros. A disputa acabou com a

²⁰³ Entrevista com seu José Pedro, 66 anos. Entrevista concedida em 17.07.2014.

²⁰⁴ Entrevista com D. Nininha, 92 anos. Entrevista concedida em 20.05.2014.

intervenção de um coronel lembrado como Zezé que “tomou a frente e acabou com aquele negócio”. O Coronel resolveu a demanda em favor da população negra que ali vivia.

A posse da terra em mãos de libertos foi em alguns lugares, uma “posse precária”, pois muitas doações não eram oficializadas e havia sempre a ameaça de desapropriação por descendentes dos doadores. Outra importante questão é que a doação de terras por senhores a seus libertos era um meio de manter seus ex-cativos “como agregados, dependentes de seus ex-senhores e patronos”.²⁰⁵

Para Saturnino, a parte que lhe coube na partilha de bens de sua mãe, não foi suficiente para que ele aumentasse suas posses. Ele permaneceu com a terra que recebeu, talvez se aventurar em vendê-la para comprar outras fosse um risco que não valeria a pena correr para um homem que viveu como escravo, e que talvez viu muitos de seus iguais sofrerem as precárias condições de sobrevivência e preconceito. Nos disse Seu Romão que ele tinha contato com os irmãos e sobrinhos, que todos lembram dele como o “Velho Tunilo, ele plantava feijão, milho, mandioca pra fazer farinha, aipim... Já morreu de idade, trabalhou até bem velho na roça.”²⁰⁶

2.5 Filhos, filhas e netos de Martinha

O destino dos filhos de Martinha e Manoel Cedraz, provavelmente deve ter sido distinto do dos demais cativos e libertos que viveram na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no final do século XIX e início do século XX. Suas vidas foram marcadas em parte pelas decisões de seus pais, e em outra, por suas próprias. Seguiram os caminhos trilhados pelo pai, como o trabalho com a lavoura e a criação de gado. Puderam gozar do prestígio de descenderem de um pai conhecido e com condição financeira suficiente para dá-lhes um futuro com certa segurança. Mas, mesmo assim enfrentaram os desafios de terem nascido de ventre escravo e de serem de cor.

A trajetória deles começou com uma decisão, deveriam estudar e se preparar ao jeito de uma sociedade que buscava para seus cargos políticos e de poder, homens que fossem letrados. Portanto, poder estudar e instruir-se poderia ser um caminho para contrabalançar o peso da cor. Por isso, foram mandados para estudar na Freguesia de

²⁰⁵ MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994, pp . 42.

²⁰⁶ Entrevista com Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 20.04.2014.

Santa Bárbara. Consta que a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité estava sem escola para crianças do primário em 1892.²⁰⁷

Os filhos do sexo masculino tiveram participação na vida política e social da Vila de Conceição do Coité, sendo eleitores votantes. Encontramos os nomes de Antonio Frutuoso, Belmiro Cedraz e Joviniano Cedraz em listas de eleitores da vila e em ofícios de petições ligados a questões de direito a cidadania por parte dos moradores da vila.²⁰⁸ Em 1909 registraram em cartório um termo de protesto contra o descaso com que vinham tratando as duas sessões que havia na vila.²⁰⁹ Aparecem no documento como eleitores e presidentes das seções em que votavam.

Seus nomes sempre aparecem junto com os demais Cedraz envolvidos na vida política local. Destes, destacamos o primo José Cedraz Júnior, que também era eleitor votante e aparece sempre ao lado dos filhos de Mané Tenda. Outro parente foi Aristides Cedraz, que era Major da vila. Tal constatação evidencia que mesmo sendo descendentes de uma escrava e tendo a cor da pele escura, eram pardos e fulas, eles puderam conquistar espaços na vida política e social da comunidade e estiveram em condições semelhantes a de seus parentes de pele branca.

Dos filhos do casal, um recebeu patente da Guarda Nacional: Belmiro Cedraz de Oliveira. Ele foi o Capitão da 3ª Bateria do Batalhão de Artilharia de posição do Estado Maior da Guarda Nacional. Junto com Belmiro estava o primo Aristides Cedraz que era o Major e Antonio Cedraz que era o capitão da 2ª Bateria do Regimento de Artilharia de Companhia.²¹⁰

A Guarda Nacional foi fundada em 1838, uma força miliciana controlada em grande parte pelos proprietários de terras. O objetivo desta era manter a ordem interna. Estava subordinada aos juízes de paz, criminais, presidente da província e Ministro da Justiça. Era composta por brasileiros que tivessem renda para serem eleitores e com idade entre 21 a 60 anos. É provável que Belmiro se enquadrasse neste grupo privilegiado de homens.²¹¹

No que tange ao acesso à propriedades, na partilha de bens registrada em 1912 e já citada, cada um de seus filhos homens recebeu partes de terras no valor de 500\$000 mil réis. A Antonio Frutuoso coube, a quinta parte da Fazenda Saco dos Porcos. A

²⁰⁷ CEDOC- UNEB- Livro de notas - Ofício dos moradores da Vila de Conceição do Coité pedindo providências com relação a falta de escolas primárias. (1886). ff. 67.

²⁰⁸ CEDOC-UNEB-Seção judiciário- Livro de notas (1909) ff. 36-38.

²⁰⁹ CEDOC- UNEB- Livro de notas (1905). ff.30-31.

²¹⁰ WWW.JUSBRASIL.ORG. Seção 1- Diário Oficial da União de 17/9/1916. p. 3.

²¹¹ RIOS, Iara Nancy Araújo. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

quinta parte dos terrenos comprados por seu pai e a quinta parte dos terrenos da herança do falecido Manoel Cedraz Sales, o avô; Fazenda Algodões: uma parte; Fazenda Alto: a quinta parte; Fazenda Assentada: a quinta parte; Fazendas com terras no Município de Riachão do Jacuípe, Fazenda Boqueirão: a quinta parte incluindo a Fazenda Caldeirões e o Caldeirão do Pai Tomáz; Fazenda Macambira: a quinta parte; Fazenda Sítio do Meio: a quinta parte, a casa da fazenda, com as benfeitorias. As condições da casa foram apresentadas como coberta com telhas e com compartimentos, e em condições bem desgastadas.²¹²

Para Belmiro Cedraz de Oliveira coube também bens no valor de 500\$000 mil réis. Foram estes: a quinta parte da Fazenda Saco dos Porcos, a quinta parte da Fazenda Assentada, a quinta parte da Fazenda Alto. Da Fazenda Trancada, recebeu a quinta parte e mais uma parte do terreno dividido na mesma fazenda com suas benfeitorias, dois tanques. A quinta parte das Fazendas Sítio do Meio e da Fazenda Boqueirão, ambas nas terras de Riachão do Jacuípe. Ainda recebeu uma parte de um sítio numa localidade chamada Casa Nova com os currais, tanques e cercas, e a quinta parte da Fazenda Macambira.²¹³

A Joviniano Cedraz de Oliveira coube a quinta parte da Fazenda Saco dos Porcos, com o tanque da Caiçara. A quinta parte da Fazenda Assentada; terça parte da Fazenda Urussú; Uma parte da Fazenda Algodões; quinta parte da Fazenda Alto com as benfeitorias, o tanque da Jibóia. A quarta parte da fazenda Boqueirão e a casa, bem como as benfeitorias, tanques e cacimbas. Acrescentou-se a isso o Caldeirão de Marcos Ferreira e a Carnaúba e ainda as quintas partes das fazendas Sítio do Meio e Macambira.²¹⁴

Em 1913 Antonio Frutuoso vendeu uma parte da Fazenda Trancada que recebeu de seus pais a José Inácio da Sena por 200\$000 mil réis. Em oito de agosto de 1913, Belmiro comprou um quinhão no tanque na Fazenda Poço de Cima no termo de Riachão do Jacuípe por 113 mil réis. Ainda neste mesmo ano Antonio Frutuoso vendeu duas posses de terras da Fazenda Alto, nestes termos da Vila de Conceição do Coité a seu irmão Belmiro por 45\$000. Tal parte de terra foi recebida por Antonio na partilha de bens feita em 1912 pelos seus pais.²¹⁵

Além das atividades da lavoura é bem provável que eles também fossem criadores de gado. Percebemos através das características das fazendas doadas que em

²¹² CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- Livro de notas (1912). ff. 37-38.

²¹³ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- Livro de notas (1912). ff. 39-40.

²¹⁴ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário- Livro de notas (1912). ff. 40-41

²¹⁵ CEDOC- UNEB- Livro de notas (1913). ff.23; 45; 68.

quase todas havia currais, o que pode indicar a existência de gado ou de cabras e ovelhas nestas propriedades.

Sobre Graciliano, seu nome desapareceu dos documentos e não consta na partilha dos bens. Ele faleceu com 16 ou 17 anos, que baseamos ter sido no ano de 1899. O livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité que contempla esse período até 1920 não foi encontrado.²¹⁶ Recorremos à memória de Romão para compensar o silêncio da documentação escrita. Ele ouviu de seu pai que Martinha e Manoel Cedraz,

Tiveram um filho que morreu moderno, chamava Graciliano. Ele morreu com uns 17 anos. Dizia meu pai que ele era muito trabalhador, gostava muito de trabalhar, e a velha naquele tempo fazia a “de cuada” era uma espécie de uma solda. Cortava a madeira, queimava e botava água e aquilo ia filtrando e daquilo fazia um sabão e outras coisas, tudo era difícil naquele tempo. E ele trabalhando ali com o machado cortando, levou um golpe no pé. Naquele tempo era tudo difícil acabou dando o tétano. A gente calcula que foi isso. Meu pai me contava que teve esse Graciliano e que morreu de sucesso, naquele tempo acidente era chamado de Sucesso [...]

Graciliano morreu ainda jovem sem ter casado e constituído família. A família foi assim, marcada por um golpe do destino. No ano de 1899, possível data da morte de Graciliano, a Bahia estava ainda passando por uma seca prolongada que já vinha atingindo muitas vilas desde 1897. As consequências das secas eram a morte de muitos animais, a falta de água para o consumo humano e animal, além de epidemias. “Do sertão baiano chegam muitas notícias de morte causadas pela seca e pela fome, além de graves moléstias. As localidades mais atingidas são Jacobina, Monte Alegre, Gavião, Valente, Coité, Bonfim e seus arredores [...]”.²¹⁷

Com relação a vida familiar dos filhos de Martinha, os três se casaram. Antonio Frutuoso se casou com Alexandrina da Silva Carneiro, natural da Freguesia de São José das Itaporocas²¹⁸. Teriam se conhecido em Santa Bárbara quando Antonio fazia os estudos? Pela proximidade que há entre as duas localidades, é bem provável. Não sabemos se ela era branca ou de cor, mas na certidão de casamento só apareceu o nome da mãe dela, Afra da Silva Carneiro. Alexandrina também era filha natural.²¹⁹ Encontramos referência ao batismo de outra filha de Afra, irmã da esposa de Antonio.

²¹⁶ Fomos informados pelo funcionário da Casa Paroquial que este livro foi destruído.

²¹⁷ BAGHIA DE TODOS OS FATOS. Cenas da Vida Republicana. 1889-1991.p.43 Apud OLIVEIRA, Vanilson Lopes de *Conceição do Coité e os Sertões dos Tocós*. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002. p.45.

²¹⁸ FCH-ACMFS- Livro de Casamentos (1897) ff. 112.

²¹⁹ FCH-ACMFS- Livro de Casamentos (1897) ff. 112.

Consta que ela também era filha natural e considerada como parda.²²⁰ Sua mãe, possivelmente era solteira.

Belmiro casou-se em 18 de junho de 1907 com uma prima chamada Ubaldina Cedraz de Oliveira. Esta era filha do Major Aristides Cedraz de Oliveira e Antonia Leopoldina²²¹. Ele era proprietário de terras, político e figura com grande prestígio na vila do Coité. Encontramos seu nome em vários assentos de batismos como padrinho de crianças declaradas como brancas e ainda como testemunha de muitas negociações de compra e venda de propriedades rurais. Belmiro era um mulato e optou por uma parenta de pele clara a julgar pelas fotografias.

Figura 2- Belmiro Cedraz de Oliveira.



Fonte: Imagem cedida por Romão Cedraz de Oliveira

Figura 3- Belmiro Cedraz de Oliveira e sua esposa Ubaldina Cedraz de Oliveira



Fonte: Romão Cedraz de Oliveira

O registro do casamento de Joviniano não foi encontrado na documentação de Coité, presumivelmente ele tenha casado em outra vila ou não oficializou a união, pelo menos até 1912, por coincidência o mesmo ano da partilha de bens feita por Manoel

²²⁰ ACPCC- Livro de Batismos (1892) ff. 12.

²²¹ FCH- ACMFS- Livro de Casamentos (1907). ff.34.

Cedraz e Martinha Maria de Jesus. Naquele ano, precisamente aos dez dias do mês de outubro, Joviniano declarou através de uma escritura de reconhecimento e perfilhação a existência de seus 4 filhos naturais tidos com D. Laurinda Bento de Jesus. No documento, ele afirma “que é solteiro, e maior de vinte um anos de idade.” Informou os nomes dos seus filhos: 1º José Cedraz da Silva com idade de onze anos; 2º Carlos Cedraz da Silva com idade de nove anos; 3º Nicanor Cedraz da Silva com idade de sete anos e 4º Arnaldo, com idade de quatro anos.²²² É importante considerar que os sobrenomes dos filhos de Martinha conservaram o Cedraz e o Oliveira, sobrenomes dos parentes paternos. O sobrenome Jesus de Martinha desapareceu.

A atitude de Joviniano de reconhecer os filhos teria alguma relação com a partilha de bens feita por Manoel Cedraz e Martinha? Seria uma forma também de garantir o direito dos filhos sobre os bens que estava recebendo? Em 1883, Manoel Cedraz legitimou os filhos logo após a morte de sua mãe, D. Xista. Após a morte dela, Mané Tenda e seus irmãos solicitaram a divisão dos bens. As coincidências são visíveis.

Quadro 2- Filhos e netos de Martinha.

Nome dos pais	Profissão	Filhos
Saturnino Almeida da Conceição e Hermínia Maria de Jesus	Lavradores	João Miguel da Conceição João Paulo Antonio Saturnino Filho Lázaro Maria
Antonio Frutuoso de Oliveira e Alexandrina da Silva Carneiro	Lavradores	Oscar Candido Claudemiro Alberto João Antonio Santa Iazinha Zita Amanda Milu
Joviniano Cedraz de Oliveira Laurinda Maia		José Carlos Nicanô Arnaldo Floriano Joviniano Zinho
Belmiro Cedraz de Oliveira e Ubaldina Cedraz de Oliveira	Lavradores	Esmeraldo Belmiro Florisvaldo Ubaldino

²²² CEDOC- UNEB- Sessão Judiciário. Livro de notas (1912). ff. 57-59.

		Manoel Dorivaldo Flora Teobalda Lourdes Leonor Margarida
Graciliano	Lavrador	----
Eufrosina	“Enfermeira”	Rita
Maria Alcina	----	Abdon Valdemar Francisco Eustórgio Nozinha Zorilda Alcina Filha Claudionor

Fontes: Livro de casamentos; Assentos de batismo, entrevistas orais com Romão.

O sobrenome Cedraz de Oliveira foi adotado por parte dos netos de Martinha, principalmente os netos da parte de seus filhos homens. Era comum naquela época que os sobrenomes dados aos filhos viessem da linhagem masculina. As vezes também trazia o sobrenome de ambos os pais. Ter o sobrenome Cedraz era uma forma de ser reconhecido na sociedade em que vivia, principalmente para os filhos e netos de Martinha, que tinham a cor da pele parda ou mulata. O sobrenome Jesus desapareceu ou foi abandonado no batismo dos filhos.

Com relação às formas de igualdade de direitos e oportunidades, seus pais trabalharam no sentido de que eles dispusessem de meios suficientes para viver em pé de igualdade com os demais da família paterna. Para tanto, ofereceu-lhes estudo e propriedades rurais. Segundo Seu Romão, não houve diferenças por eles serem os únicos “mais escuros” da família, pois, “viveram em pé de igualdade com os demais da família Cedraz. Tanto os filhos de Martinha, como seus descendentes tiveram as mesmas oportunidades.” Afirmação esta passível de desconfiar, pois, não acreditamos que as coisas tenham se dado de forma tão tranqüila sem nenhum conflito.

Entre os filhos homens, Antonio foi o que menos estudou. Ele gostava do trabalho na roça. Seus filhos também estudaram pouco, e por isso foi a parte da família “com menos dinheiro”, mas, ainda conseguiram “viver bem”. Tinham recursos suficientes para sobreviver com o necessário para a época. Os filhos dos demais estudaram em outras cidades e alguns ingressaram na vida política.

Não temos a pretensão de nos aquietar com esse discurso de que permanecia tudo bem, de que a relação de Manoel Cedraz e Martinha e mesmo de seus filhos se deu

sem conflitos, impossível para uma sociedade em que os brancos detinham o poder e se consideravam superiores. Seus filhos também devem ter sentido na pele os preconceitos de serem os “de cor” numa família de pele mais clara. Seguramente, viveram situações constrangedoras por estarem disputando espaços em lugares sociais destinados a uma elite branca, e por serem frutos da relação entre um branco com uma negra e, ainda por cima, ex-escrava.

Tais situações ficaram guardadas na memória daqueles que viveram esse drama. Os filhos de nossa protagonista, no entanto, passaram para seus filhos e netos as situações de preconceito que viveu sua mãe por parte da família de Mané Tenda. Nem todos narram situações de sofrimento vivido por Martinha, e outros chegam a afirmar que todos a tratavam bem. Pelo menos uma possibilidade pode ser evocada para explicar o “apagamento da memória” do conflito. Teria sido uma tentativa de amenizar as marcas de um passado ligado à escravidão, ou seja, seria uma resistência em trazer à tona situações que geraram sofrimento e vergonha num passado ligado a servidão.²²³ Todavia, é importante considerar que é impossível apagar o passado, de alguma forma ele emerge, principalmente no caso de Martinha, que a memória local demonstra ter conhecimento de sua origem e trajetória.

Assim como os filhos homens, as filhas de Martinha também frequentaram escola para dominar a leitura e a escrita. Elas estudaram na Vila de Santa Bárbara, e como muitas moças daquela época devem ter sido preparadas para o casamento, cuidado com o lar e os filhos. Eufrosina e Alcina tiveram as mesmas oportunidades que seus irmãos, porém, na prática seriam representadas pelos homens, ou melhor, por seus maridos.

A educação dada aos sujeitos do sexo feminino e masculino visava proporcionar aprendizados semelhantes, sob certos aspectos, mas, havia algumas orientações diferenciadas ao longo do processo de uma educação integral. Analogamente as orientações eram relacionadas aos papéis destinados a homens e mulheres para representar no futuro na sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. A partir dos 10 anos, enquanto os meninos eram encaminhados a bons colégios, ou orientados por professores contratados pela família, as meninas teriam um estudo voltado para o aprendizado de trabalhos manuais e práticas de funções domésticas. Elas teriam que aprender as “lições de prenda”.²²⁴

²²³ POLLACK, *Memória, esquecimento e silêncio*. In: Estudos Históricos, vol.2, n.3, 1989, 3-15.

²²⁴ ALVES, Maria Angélica. *A educação feminina no Brasil do entre-séculos (XIX e XX) imagens da mulher intelectual*, s/n.

No início do século XX, as mulheres deveriam ser preparadas para o lar e também o magistério, área de atuação que mais se aproximava do trabalho doméstico e também do sentimento materno:

O aspecto da vinculação da identidade feminina a uma “vocação natural” para as lides do magistério assinalava que a solução se apresentava ideologicamente perfeita: a professora e a escola passavam a ser figuras idealizadas à medida em que se atribuía à mestra uma conotação maternal e, a sala de aula, era representada como um segundo lar.²²⁵

Destacamos que as atribuições das mulheres citadas acima, se referiam às brancas, de família abastada que proviam de condições financeiras para manter seus filhos numa escola. Quando se tratava das negras, egressas da escravidão, ou mesmo descendentes destas, cabiam os serviços domésticos,²²⁶ os trabalhos como vendedoras de tabuleiros, ambulantes, lavadeiras e na lavoura.²²⁷

Alcina e Eufrosina foram educadas como mulheres brancas, e ainda receberam propriedades rurais na partilha de bens em 1912 feita por seus pais. Elas receberam partes de nove fazendas, já citadas na descrição dos irmãos, no valor de 500\$000. Mas, quem recebeu as terras de Alcina foi seu esposo, Augusto Carlos de Oliveira, declarado como lavrador. Eles se casaram em 21 de fevereiro de 1906, ela contava com 21 anos de idade, portanto, não se casou cedo para os padrões da época. Seu nome aparece na certidão de casamento, como Alcina Anacleto Cedraz,²²⁸ teria sido uma homenagem ao irmão de Martinha, Anacleto? Passaram a morar nas terras da Fazenda Urussú, o que nos leva a afirmar que residia perto dos pais, assim como os demais irmãos. Como podemos ver no quadro, eles tiveram oito filhos, Abdon, Valdemar, Francisco, Eustórgio, Nozinha, Zorilda, Alcina Filha e Claudionor Cedraz de Oliveira.

A vida de Eufrosina nos reservou algumas surpresas. Ela optou ou mesmo não teve oportunidade de casar-se, permaneceu solteira por toda sua vida. E assim, não teve filhos para mais tarde cuidar dela ou mesmo herdar seus bens. Percebemos que ela recebeu nove posses de terras das fazendas de seus pais, também na partilha de bens, mas, ela optou por não vendê-las nem comprar outras propriedades rurais. Foi a filha que mais conviveu com os pais, pois morava com eles na Fazenda Urussú. Todavia, uma atitude tomada por ela em benefício de um primo, Aristides Cedraz, mudou consideravelmente, os rumos de sua vida.

²²⁵ Ibidem, p. 6.

²²⁶ GRAHAM, SANDRA Lauderlane. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no RJ- 1860-1910*.

²²⁷ SANTOS, Adriana Silva. *As relações de trabalho no pós-abolição: uma discussão historiográfica*. s/n.

²²⁸ FCH-ACMFS- Livro de Casamentos (1906) ff. 56 v.

Figura 4- Eufrosina e um dos filhos de Rita



Imagem cedida por Rita Maria de Souza.

Eufrosina tinha fortes laços com a família do Major Aristides Cedraz de Oliveira. Ele vivia em sua Fazenda Rio das Pedras com sua esposa Antonia Leopoldina. Seus filhos foram, Aloísio, Ubaldina, Hailda, Otilia, Hercília, Manoel e Hidelbrando.²²⁹ Ela teria grande consideração pela família do major e por ele.

A partir dessa convivência, teve grande contato com dois médicos, o Dr. Nery, casado com Otilia e o Dr. Mota casado com Hailda. Eles chegaram à Vila de Conceição do Coité num período de surto de febre amarela. Teriam vindo da capital, e se hospedavam na Fazenda do Major, e assim conheceram e casaram com suas duas filhas. Alcina aproveitou a oportunidade e aprendeu a fazer análises biológicas e trabalhava como enfermeira. Fazia exames de fezes e urinas, do qual tirava seu sustento. Tornou-se uma mulher independente numa sociedade da primeira metade do século XX, em que poucas mulheres brancas e de posses se lançavam no mundo do trabalho, e quando o fazia, era o magistério que lhes cabia.

Eufrosina doou todos os seus bens ao primo Aristides Cedraz e aos filhos deste através de uma escritura de testamento no ano de 1914. No documento ela declara que,

Que é filha legitimada de Manoel Cedraz de Oliveira e Martinha Maria de Jesus, natural, moradora neste termo, ser solteira, não ter filho legítimo nem legitimado, que achando-se de perfeita saúde, segura de suas faculdades mentais que deliberou fazer seu testamento a disposição de sua última vontade, o que de fato a faz pelo presente instrumento. Declara que distituiu por seu único e universal herdeiro o seu Primo Major Aristides Cedraz de Oliveira e por morte dele passarão todos os seus bens aos seus filhos, D. Ailda Cedraz da Silva e Idelbrando Cedraz da Silva.²³⁰

Quais motivos teriam levado Eufrosina a deixar todos os seus bens para um primo e os filhos dele, quando poderia fazer isso para seus irmãos ou mesmo sobrinhos?

²²⁹ CEDOC- UNEB- Seção Judiciário. Testamento (1914) ff. 20.

²³⁰ CEDOC- Seção Judiciário. Testamento (1914) .ff. 20.

Sobre os motivos que a levou a tomar tal decisão ela declarou que, “faz o presente ato muito de sua livre vontade e em atenção aos cuidados e desvelo que no decurso de doze anos lhe tem dispensado seu dito primo Aristides Cedraz de Oliveira e sua família [...]”.²³¹

O que motivou Eufrosina a tomar tal decisão seriam os laços de amizade e gratidão que a mesma tinha pelo primo e a família dele. Foi na Fazenda Rio das Pedras que ela tinha aprendido a trabalhar como parteira e a fazer análises biológicas, ofícios desempenhados por ela por muitos anos.

Ao que parece, Aristides passou a administrar as propriedades de Eufrosina logo após o registro do testamento. Mais tarde ela tomou uma criança para criar e a sustentava com o dinheiro que recebia pelo seu trabalho como enfermeira. A criança chamava-se Rita. Nasceu em 1937, ou seja, 23 anos depois dela ter feito o testamento e ter passado todos os seus bens, quando de sua morte, para o Aristides Cedraz e seus filhos. Sobre os cuidados com Rita, ela cuidou sozinha da menina e investiu nos estudos dela colocando-a para estudar numa escola de freiras em Salvador.²³²

Já Alcina teria cuidado dos bens que recebeu dos pais com o marido e viveu numa condição boa até sua morte. Eufrosina faleceu pobre, vivia com muita dificuldade, precisando da ajuda dos parentes e amigos. Morreu com 101 anos, sob os cuidados de Rita e dos netos. Como nos disse Seu Romão, “ela não tinha mais dinheiro, deu tudo ao Aristides. Quando morreu, ela não tinha mais nada, não deixou nada para a filha que havia criado. Morreu pobre”. Seus bens devem ter sido divididos entre os filhos de seu beneficiado. Ela faleceu por volta de 1984.

2.5 Revisitando Martinha: últimos anos de vida

As estratégias adotadas por Martinha para ascender e proteger os filhos remetemos a algumas reflexões. Saturnino formou sua família, e para mantê-la trabalhou nas terras herdadas de sua mãe. Os filhos de Manoel Cedraz herdaram terras e meios de aumentarem suas rendas. O casal teve a oportunidade de formar uma família numerosa, com filhos, netos e bisnetos.

Nos últimos anos de vida juntos, Manoel Cedraz e Martinha viveram na Fazenda Urussú, próximos de alguns de seus filhos e netos. Segundo descendentes entrevistados, ela teria sido uma mulher que ajudou muito o marido. Trabalhava cuidando das fazendas e possivelmente também ajudou na ampliação do patrimônio da família.

²³¹ Idem

²³² Informações obtidas a partir da entrevista com Rita Souza. Entrevista concedida em 27.07.2015.

Seu esforço para reencontrar os irmãos mostra seu compromisso em proteger todos os parentes. E, possivelmente por isso tornou-se a mulher que muitos ouviam falar, principalmente entre os iguais. Sua vida deve ter suscitado diferentes versões de histórias desde a época do cativo.

A respeito do relacionamento com o proprietário que se tornou posteriormente, marido, ela teria sido uma mulher que tinha algum domínio sobre ele, mesmo que fosse de forma discreta. Certamente foi uma relação também marcada por conflitos e tensões, pois, toda relação entre homem e mulher está exposta a um jogo de forças e de poder. Mas, por outro lado, a mulher, considerada como dependente e submissa dispõe de meios estratégicos na conquista de espaços e direitos.

Ela tratava o esposo como Ioiô, da mesma forma que os escravos tratavam seus senhores. Desse jeito, ensinou seus filhos e netos a tratarem Mané Tenda. Mais do que continuidade do passado de escravidão, era o reconhecimento de uma autoridade. Podia ser parte do jogo paternalista que vinha do tempo do cativo, mas que era possível aos submissos refazer seus significados, distendê-los em sua pretensão de domínio. Um jogo em que a aparente submissão abria espaços de poder e era isso o que realmente importava. Não a enxergamos como uma mulher submissa a ponto de fechar os olhos e receber apenas o que seu marido desejava que tivesse, ela agia, trabalhava, tomava decisões e influenciava Mané Tenda.

Manoel Cedraz faleceu aos 88 anos de idade, onde sempre viveu. Contam que ele começou a perder a memória e saía vagando pelas estradas próximas às suas terras. Como já tinha uma idade avançada, o corpo já não respondia aos desejos da mente, de ter uma vida ativa para trabalhar em suas terras. Em decorrência de uma queda que lhe causou uma fratura, passou mais algum período de cama, e morreu, provavelmente em 1916.²³³

Martinha apareceu no Recenseamento de 1920 como a proprietária da fazenda em que morava. Faleceu em 1933, com cerca de 84 anos de idade de “marasmo senil”, doença que diz respeito a problemas nos tecidos resultantes de distúrbios da velhice.⁸⁶ Desconhecemos o processo pelo qual resultou em tal doença. Na declaração de óbito, diz que “faleceu de marasmo senil²³⁴, não tendo recebido os sacramentos da Santa Madre Igreja, Martinha Maria de Jesus e depois de encomendada foi sepultada no cemitério desta matriz”.

²³³ Estimamos o ano de 1916 para a morte de Mané Tenda pela informação de Seu Romão. Nos disse ele que seu pai falava constantemente que ele teria falecido neste ano. Entrevista concedida em 20.04.2014.

²³⁴ Dicionário de termos medicinais do Dicionário Português. Acesso em 29.12.2014.

As informações acima seriam insuficientes para afirmar que se tratava de nossa Martinha, mas, os relatos nos deram uma pista valiosa, ela teria falecido no mesmo ano que o Padre Marcolino, pouco menos de cinco meses antes. Encontramos apenas uma “Martinha Maria de Jesus” no livro de óbitos da Igreja Matriz de Conceição do Coité no ano de 1933, o que nos leva a crer que se tratava de nossa personagem.²³⁵

Seus filhos prosseguiram suas vidas da maneira que escolheram ou mesmo que lhes foi possível devido as condições que vivam e a posição social que ocupavam, lembrando que eram homens e mulheres “de cor”, o que também deve ter influenciado em suas conquistas. Mas, tiveram o cuidado de transmitir uma memória familiar aos seus descendentes. Tal memória construiu imagens variadas dessa mulher. Uns a consideram uma rainha, quase uma santa, agraciada por Deus que enviou para seu caminho um homem branco que mudou sua vida. Para outros, ela foi uma heroína, buscou a liberdade de seus irmãos e influenciou na alforria de muitos cativos que viviam no mesmo espaço que ela. Tornou-se um mito, e como afirmou Orlando Barreto, memorialista,

“Não há registro local
 Nos mais remotos anais
 De ter havido uma mulher
 Com interesses leais,
 Seja branca, rica e nobre
 Tenha defendido um pobre
 De humilhações imorais.
 Se Conceição do Coité
 Agradece a tua luz
 Ainda que pra tanto
 Carregaste a tua Cruz,
 Tem honrado o teu passado
 E o teu nome sagrado
 MARTINHA MARIA DE JESUS
 Os excluídos de hoje
 Que vivem na mesma linha
 Dos escravos do passado,
 Precisam d’ outra Martinha
 Que seja tão dedicada
 E possa ser aclamada
 ESCRAVA, ESPOSA, RAINHA.”²³⁶

Isto posto, a memória que se construiu sobre a ex- escrava Martinha será o tema discutido no próximo capítulo, juntamente com as visões dos memorialistas e dos seus descendentes. Os discursos presentes nas falas dos entrevistados e o material que se

²³⁵ ACPC - Livro de Óbitos da freguesia (1933) ff. 45.

²³⁶ BARRETO, Orlando Matos. *Martinha: escrava, esposa, rainha*. Conceição do Coité: Clip Gráfica e Editora, 2004. Versos LXXIV, LXXV, LXXVI. p. 29.

construiu sobre sua trajetória e os livros dos memorialistas serão as fontes para a escrita do terceiro capítulo.

CAPÍTULO III: VESTÍGIOS DO PASSADO: UMA HISTÓRIA CONTADA E RECONTADA.

3.1 Para início de conversa...

O encontro com a escrava Martinha se deu na garimpagem da documentação escrita referente a escravidão e a liberdade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Aos poucos, o nome dela foi se ligando ao de outros sujeitos e foi possível tecer os fios de sua trajetória. Os documentos cartoriais e eclesiásticos, porém, não respondiam algumas questões que foram surgindo ao longo do trabalho. O cotidiano e alguns aspectos da vida da família não apareciam nas fontes escritas. Assim, buscamos as fontes orais como forma de desvendar o que havia na memória dos descendentes sobre detalhes mais íntimos da família de Martinha.

Os trabalhos dos memorialistas de Conceição do Coité também foram considerados fontes importantes para este trabalho. Seus escritos têm grande relevância para a história local, eles foram os pioneiros no resgate do passado da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Observar e analisar suas produções é importante para todo historiador que pretende escrever sobre o passado.

Sobre os descendentes de Martinha, encontramos alguns bisnetos, que fazem parte da terceira geração da escrava, mas, que mesmo com a distância de anos que os separa dela, ainda restavam boas lembranças das histórias sobre ela e seus filhos. Curioso também foi saber que todos os bisnetos encontrados e entrevistados, faziam questão de frisar a ligação deles com Martinha e não exatamente com o sobrenome de Manoel Cedraz. Primeiro ligam as suas histórias a da bisavó, só depois lembram de Mané Tenda.

Essa terceira geração da família de Martinha ainda vivem, em sua maioria, nas terras localizadas nas antigas propriedades rurais em que moravam os filhos de nossa personagem. Os netos de Antonio Frutuoso entrevistados, residem todos na região de Juazeirinho. Alguns destes, na área rural, em terras herdadas por seus pais. É importante considerar que existe um número considerável de parentes de nossa Martinha que já formaram pequenas comunidades na região rural que equivale às terras que pertenciam a Fazenda Trancada.

Figura 5 e 6- Fazenda Trancada.



Fonte: Fotografia tirada pela autora para esta pesquisa.

Dentre estes bisnetos, encontramos o Sr. Manoel Carneiro da Silva, 73 anos de idade. Este é neto de Antonio Frutuoso e filho de Hercília Carneiro da Silva. Ele é casado com uma prima de primeiro grau, D. Maria Rosenalva Carneiro da Silva, 72 anos e filha de Cândido Carneiro da Silva. Vivem no Distrito de Juazeirinho.

Figura 7, 8 e 9: Cândido Carneiro da Silva e D. Rosenalva Carneiro da Silva; Candido Carneiro da Silva e Firmina Francina de Almeida.



Fonte: Dona Rosenalva

Outros bisnetos de Martinha entrevistados foi o casal, Evandio Santos Oliveira, 78 anos e sua esposa e prima, D. Maria Silva de Oliveira, 78 anos. Seu Evandio é filho

de Alberto de Oliveira e D. Maria é filha de Antonio (Tunica). Este casal vive na área rural de Juazeirinho, próximo as terras da Fazenda Caiçara. Outro bisneto de Antonio Frutuoso entrevistado foi João Santana Cedraz, com 70 anos, filho de João Cedraz Carneiro.

Figuras 10 e 11: Maria Silva de Oliveira e Evandio Mendes Oliveira; João Santana Cedraz



Fonte: Fotos tiradas pela autora do trabalho

Outro bisneto encontrado foi João Pedro de Souza Oliveira, 66 anos, que também contribuiu com suas lembranças para a escrita deste trabalho.

Figura 11- João Pedro de Souza



Fonte: Foto tirada pela autora e cedida por João Pedro de Souza.

Alguns descendentes de Joviniano ainda moram em Conceição do Coité. Dentre estes, estão Maria da Glória, 83 anos e o Padre Elias Cedraz, com 70 anos. Dona Maria atualmente mora no Distrito de Juazeirinho e o Padre Elias trabalha em outra cidade da Bahia, no Município de Teofilândia. Todavia, ambos têm suas terras e residências em Coité.

Figura 12- Maria da Glória e Padre Elias Cedraz



Fonte: Cedida por João Pedro de Souza

Os descendentes de Belmiro, já vivem condições diferenciadas, alguns moram em outras cidades da Bahia, mas, encontramos Romão Cedraz de Oliveira, professor aposentado morando na sede do município de Conceição do Coité. Ele nos deu valiosas informações e também fotografias de seus avós, pais e irmãos.

Figuras 13, 14, 15, 16: Belmiro Cedraz Filho e Ubaldina Cedraz; Belmiro Filho; Norilda Cedraz de Oliveira; Romão Cedraz de Oliveira.



Fonte: Cedidas por Romão Cedraz de Oliveira

Sobre os bisnetos de Alcina, não conseguimos contato, sabemos apenas que vivem fora de Coité. Mas, sabemos os nomes dos filhos e conseguimos uma fotografia de uma de suas famílias,

Figura 17: Alcina Cedraz Filha



Fonte: João Pedro

Sobre Eufrosina, encontramos a menina que ela criou. Ela hoje é uma senhora com 78 anos de idade. Seu nome é Rita Maria de Souza, esta vive em Serrinha com sua família. Junto com suas filhas, nos revelou alguns detalhes da vida de Eufrosina.

Figura 18: Rita Maria de Souza



Fonte: Fotografia tirada pela autora para esta pesquisa.

Sobre os descendentes de Saturnino, encontramos apenas um neto, o Sr Roque Visita Cordeiro com 79 anos. Vive também no Distrito de Juazeirinho. É um homem simples, ligado à terra e à produção agrícola que produz. Não estudou e se diz um analfabeto, pois “não sei ler e nem escrever”. Ele se reporta ao avô como Satú, ou o velho Tutú. Recordava com detalhes do avô “que trabalhou até muito velho na roça”, “que plantava milho, feijão e batata para sobreviver e vivia na Fazenda Retirada que ele herdou da mãe” e ainda recordou como se tivesse voltando ao passado, o dia da morte do avô Saturnino.

Figura 19: Roque Visita Cordeiro



Fonte: Fotografia tirada pela autora.

Ainda sobre os descendentes de Martinha, encontramos dois netos de Estanislau, possível irmão de Martinha. São eles: D. Nininha, com 92 anos e Seu Albertino Maya, com 86 anos de idade. Moram na Comunidade quilombola do Maracujá no Município de Conceição do Coité.

Figuras 20, 21: Albertino Maya e Ana Maya - D. Nininha



Fonte: Fotografia tirada pela autora e cedida pelos fotografados.

A maior parte desses homens e mulheres que rememoram a trajetória de Martinha são pessoas simples, que talvez nunca tiveram a oportunidade de ver seus relatos escritos num trabalho acadêmico. São sujeitos que estudaram pouco, ou quase nada, como os descendentes de Antonio Frutuoso e de Saturnino. Receberam a herança material de seus bisavós. Herança que aos poucos foi se dissolvendo a partir da divisão por mais de três gerações. Herdaram também a ligação com a terra, com a prática da agricultura e a pecuária.

Figuras 22, 23: Casas de Antonio Frutuoso.



Fonte: Fotografias feitas pela autora para esta pesquisa.

Sem seus relatos, haveria uma lacuna na trajetória de Martinha, e sem o aparato da História Oral, tais depoimentos não encontraria espaço na historiografia sobre a escravidão e a vida de uma liberta que viveu no sertão da Bahia.²³⁷ Estas pessoas utilizam a fala ao invés da escrita para recontar sobre um passado que guardam a muitos anos. Assim “assume-se a relevância da consideração e utilização de registros orais enquanto fontes históricas”.²³⁸

A metodologia utilizada para a realização das entrevistas foi uma narrativa livre. Pedia-se aos entrevistados que narrassem suas lembranças de infância, principalmente para reproduzir as narrativas sobre a vida de Martinha e consequente situações relacionadas à escravidão e à liberdade da mesma.²³⁹

Ao realizar as entrevistas, foi possível perceber que havia muitas coincidências nas narrativas dos entrevistados, identificadas como uma “memória coletiva”²⁴⁰ sobre a trajetória de Martinha e de sua família. Esta memória coletiva também foi a base para o trabalho dos memorialistas que escreveram sobre Martinha.

3.2 Martinha: memória coletiva e mito

A memória dos descendentes de Martinha narra algumas circunstâncias vividas por esta que os documentos escritos não revelam. O cotidiano desta escrava e liberta é marcado por aspectos sofridos por muitos homens e mulheres que viveram a escravidão no Brasil. A história desta mulher, egressa da escravidão demonstra que houve também

²³⁷ COSTA, Stéfano Muniz Figueiredo. *De Ricoeur a Portelli: memória de operários e História Oral*. In: XI Encontro Regional Sudeste de história Oral. Jun. 2015/ Niterói- RJ. Universidade Federal Fluminense. p. 1-10.

²³⁸ Ibidem , p. 5.

²³⁹ Esta metodologia foi utilizada pelas historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos para a pesquisa que deu origem ao livro *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*.

²⁴⁰ O conceito de memória coletiva adotado neste trabalho é o trabalhado por Hebe Mattos e Maurice Halbwachs.

ex-escravos que conseguiram marcar seu lugar na sociedade, que trilhou a conquista da liberdade e da ascensão social numa sociedade patriarcal e escravista.²⁴¹

As narrativas da família de Martinha revelam as visões que seus descendentes têm sobre a mesma. A família se refere a ela como Martina, o nome Martinha parece ter sido dado apenas pelos responsáveis pela escrita e registro de documentos cartoriais e eclesiásticos. Para a família, ela foi uma mulher escrava que conquistou sua liberdade e viveu um relacionamento amoroso com seu senhor branco, Manoel Cedraz. Mais que isso, ela é retratada pela família como uma mulher diferente da maioria das mulheres brancas e negras que viveram na mesma época que ela.

É importante considerar que os descendentes dela, narram a história que ouviram de seus pais e avós, rememoram momentos da infância e da juventude em que sentados na casa de seus “Ioiós” ouviam com atenção as histórias que seus antepassados contavam. Dessa forma, a memória que recontam é em parte obra do passado, mas, ressurgem nos dias atuais de forma reconstruída, com elementos que fazem parte do presente,

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.²⁴²

Uma das entrevistas que assinala bem essa questão é a de D. Nininha, 92 anos, moradora da Comunidade Quilombola Maracujá, mulher negra, e neta de Estanislau, suposto irmão de Martinha. “Minha mãe falava muito de Martina, que era tia dela... Que Martina era escrava, que casou com o patrão, o patrão dela que comprou ela... ela era muito inteligente... aí ele voltou e casou com ela.”²⁴³

O termo patrão é associado a Manoel Cedraz pelas relações trabalhistas que se davam no mundo dos livres, mas, que pelo entendimento de nossa entrevistada, cabe ao cenário narrado por ser assim que ela conheceu em seu tempo, e não o termo senhor atribuído ao período estudado. Assim, “lembrar não é reviver, mas refazer, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado.”²⁴⁴ Descendentes de ex-escravos no Centro-Sul do Brasil também dialogavam com a tradição familiar herdada de seus ascendentes,

²⁴¹ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. (Dissertação) Mestrado em História- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- UFBA. Salvador: UFBA, 1994.

²⁴² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo: 1990.

²⁴³ Entrevista oral com Dona Nininha, 92 anos. Entrevista concedida em 20.05.2014.

²⁴⁴ BOSI, Ecléa. In: MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994. P. 24.

Nossos narradores dialogaram com a tradição familiar herdada de seus pais e avós para entender o tempo em que viveram - quase todo século passado [...] Produziram, como resultado, um verdadeiro *diálogo dos tempos*, a partir do qual emprestaram significados à narrativa de suas histórias de vida e construíram um discurso coletivo sobre a história dos descendentes dos últimos escravos no Rio de Janeiro, pós-emancipação.²⁴⁵

A repetição das narrativas sobre a vida de Martinha foi algo perceptível no decorrer das entrevistas. Fatos são descritos de forma tão semelhante uns dos outros, que às vezes dá impressão de que estamos falando com as mesmas pessoas o tempo todo. Outro dado a considerar, é que mesmo alguns parentes não tendo contato ou não se conhecendo, os dados são muito semelhantes. D. Nininha e os bisnetos de Martinha que vivem em Juazeirinho não se conhecem, nunca tiveram contato, mas, a memória de ambos coincidem em muitos pontos. Não é possível dizer quando esta memória coletiva começou a se formar, mas, há cerca de quase 80 anos essas histórias têm sido contada e recontada.

Outra questão a analisar é sobre a violência física dos escravos. Sabemos que alguns descendentes de escravos ou mesmo egressos do cativeiro negavam um passado cativo por receio de relembrar as dores do sofrimento vivido e o preconceito que sofriam mesmo depois da abolição. No caso específico de Martinha, tais circunstâncias são amplamente reveladas, pois, ela conseguiu viver de forma diferenciada, tornou-se a esposa de seu senhor branco e pôde proporcionar à sua família melhores condições de vida, além disso ascendeu socialmente, tornando-se proprietária de terras. O poder dessa história reside no fato de que triunfou diante dos limites da escravidão. Daí ser forte na “memória” do sertão de Coité.

A memória revela alguns dados importantes, como a condição de vida que Martinha viveu logo depois de ter sido comprada por Manoel Cedraz e ir viver com ele na Fazenda Saco dos Porcos. Segundo as memórias de seus bisnetos, Martinha foi levada por Manoel Cedraz e viveu com este um relacionamento escondido dos pais dele. Porém, não demorou para que ela aparecesse grávida, gerando por parte da família Cedraz, sérias desconfianças de que fosse de Mané Tenda.

Dona Maria Rosenalva, 78 anos, bisneta de Martinha nos disse que,

A história de minha bisavó, a gente conheceu através de meus pais, meus avós, por que a gente mesmo não alcançou, aí minha bisavó era escrava, ela foi comprada... aí aconteceu que ela começou o caso com o filho do dono dela, esse que era meu bisavô também... aí eles continuaram e tudo mais, aí eles não gostavam, porque ela era escrava. Os pais dele não queriam, como que iam querer? Aí descobriu que eles estavam se gostando, e ela continuou

²⁴⁵ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

escondida, aí daí a pouco ela apareceu grávida, do meu avô, que era o Antônio Frutuoso e ali naquele fato, os pais do rapaz que tava namorando com ela, castigou ela porque ela apareceu grávida [...] e eles colocou ela pra fora, castigou. Uma vez, quando eles descobriram logo o caso, ela se escondeu, por que davam uma bacia de roupa pra ela lavar, aí ela era tão castigada... Amarraram ela... Você sabe que toda judiação fazia com os escravos e ela correu e se escondeu debaixo daquela bacia, aí eles lutaram e procuraram ela, aí ajuntou os outros escravos e resolveram pegar a bacia de roupa e vamos tirar dali... A bacia estava pesada por que ela estava lá escondida porque ameaçaram tirar ela da fazenda... Minha mãe contava que maltratavam muito ela, a amarravam de corrente, era uma judiação ingrata [...]

Algumas questões chama a atenção no relato de Dona Rosalva. Primeiro, o fato de Martinha ser escrava e por isso receber duros castigos físicos. O escravo era considerado uma propriedade do senhor, e isto dava o direito ao proprietário de castigá-lo no momento que julgasse necessário, principalmente por desobediência. Neste sentido, Martinha era castigada fisicamente por estar envolvida com o Manoel Cedraz que naquele momento, mesmo sendo o proprietário da cativa, morava na mesma fazenda que seus pais e irmãos.

As situações de violência contra os escravos no período imperial ainda permanecem nas memórias dos seus descendentes.

Constroem de maneira coerente uma memória coletiva sobre os significados da experiência da escravidão associadas às idéias de violência, torturas, maus-tratos e animalização, bem como ao poder senhorial e a seu arbítrio, para fazer o bem ou o mal.²⁴⁶

Havia dentro disto, o conceito de bom e mau senhor.²⁴⁷ Os bons senhores eram aqueles que não castigavam seus cativos. A idéia do mau senhor estava associada ao uso da violência como forma de punição.

Eles eram tratados como cachorros (os escravos), viviam lá na senzala tudo junto, não comia junto com os patrão (senhor), não fazia nada junto com o patrão não, era tudo separado. Os escravos dormia separados, comia separados... tinha patrão que era bom, mas tinha patrão que era miserável... judiava muito dos negros... O marido dela (Martinha) tratava ela bem, não judiava dela não. A família dele não judiava dela também não.²⁴⁸

Nem todos os descendentes de ex-escravos admitem que seus parentes enquanto cativos, tivessem sofrido violência física. Alguns preferiam reportar a terceiros as situações de humilhação e de sofrimento vividas no cativeiro, assim como fez nossa entrevistada D. Nininha.²⁴⁹

²⁴⁶ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 75.

²⁴⁷ Ibidem, 2005. p. 52.

²⁴⁸ Entrevista com Dona Nininha, 92 anos. Entrevista concedida em 20.05.2014.

²⁴⁹ Idem

[...] reportar como relativas a terceiros as situações mais degradantes e as experiências mais brutais referidas à experiência do cativo é uma prática que provavelmente está recuperando, como arquétipo, experiências reais, vividas parcialmente por todo e qualquer cativo.²⁵⁰

O regime escravocrata já era violento por si só, pois transformava homens que deveriam viver livres, em sujeitos subordinados, sem o direito de mobilidade espacial e de tomada de decisões. Assim, o sistema escravista já era assentado numa política de violência contra o ser humano negro.

A partir das situações de violência contra sua cativa, Mané Tenda resolveu sair da fazenda de seus pais e ir morar na Fazenda Urussú juntamente com Martinha e a família que constituiria daquele momento em diante. Segundo Dona Rosenalva, o que motivou a saída deles da Fazenda Saco dos Porcos foi o fato da família Cedraz não aceitar o seu relacionamento com uma cativa. Além das questões referentes a violência, Martinha também aparece nos relatos enfrentando o preconceito da família senhorial que não aceitava o seu relacionamento com o senhor.

A família faz questão de evocar o quanto a vida de Martinha mudou a partir do momento que foi viver com o seu senhor/esposo na Fazenda Urussú. A evidência para a mudança da vida dela é centrada no amor de Manoel Cedraz, que enfrentou a própria família e possivelmente, a sociedade para constituir família com Martinha. O sentimento que uniu ela a seu senhor foi capaz de mudar uma ordem escravista.

Ao tornar-se a esposa de seu senhor, Martinha conquistou possivelmente alguns privilégios. Quando chegou a Fazenda Urussú, não foi viver na senzala, fora morar na casa de seu dono e passou a gozar de algumas regalias que a memória traz os detalhes,

Mané Tenda tratava ela muito bem, quando trouxe ela não colocou na senzala, levou ela pra casa dele. Ela passou a possuir muita riqueza... meu pai (filho de Antonio Frutuoso) dizia que ela andava no luxo, toda enfeitada de ouro, muitos cordões no pescoço... Ela não tinha cabelo, era bem pequenininho, aí ela andava com o cabelo cheio de poupas, enfeitadas com fitas [...] ela tinha um cofre de bronze cheio de coisas de ouro e de moedas...²⁵¹

Na narrativa acima Martinha se aproxima do mito de Chica da Silva, a que mesmo vivendo numa condição escrava alcançou riqueza e vivia em luxo.²⁵²

O amor de Mané Tenda para com Martinha é um discurso de todos os entrevistados. Fazem questão de afirmar o quanto o bisavô era “fechado”, mas que por outro lado, tratava Martinha com muito carinho. “Ele tratava ela muito bem, diz que

²⁵⁰ Ibidem, 2005. p. 53.

²⁵¹ Entrevista com seu Evandio, 78 anos; Entrevista concedida em 17.07.2014.

²⁵² Idem, FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes*- o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

quando ele conheceu ela, ela era muito ativa pra fazer as coisas, inteligente, tinha muita inteligência, ele tratava ela muito bem...”²⁵³

Seu Evandio relata o quanto Manoel Cedraz era ríspido com as demais pessoas, mas, que com Martinha, ele era bem diferente. As informações dos entrevistados vão ao encontro da riqueza ofertada pela utilização da História Oral, que apesar de ser muito criticada por ser passível de falsas informações, é subjetiva, mas, traz à tona os significados atribuídos aos fatos narrados. “Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações.”²⁵⁴

Pelo amor que Manoel Cedraz nutria por Martinha, ele fazia muitas de suas vontades. Assim, proporcionou uma vida de conforto para a sua esposa. Ela andava sempre muito enfeitada, se preocupava muito com a aparência, usava muitos cordões de ouro. Os entrevistados relatam como ela era vaidosa, gostava muito de jóias que recebia do marido, assim também como outras mulheres negras da época que viviam em outras regiões do Brasil.²⁵⁵ Mas, essa forma dos descendentes se referir a Martinha, é também uma invenção da memória, de aproximá-la do mundo de outras cativas que enriqueceram seduzindo seus senhores.

No caso específico de Martinha, sua situação de vida deveria despertar a curiosidade da população de Coité, que no final do século XIX era constituída por uma maioria de negros e mulatos, possivelmente, muitos seriam libertos ou mesmo descendentes de escravos que viviam em condições desfavoráveis se comparada à nova realidade de Martinha.

O nosso entrevistado, Evandio, narra com detalhes sobre essa opulência da vida de Martinha. A partir destas informações, algumas questões podem ser levantadas: Manoel Cedraz seria esse homem tão bondoso com ela a ponto de possibilitar tamanhas regalias? Uma única coisa podemos afirmar sobre isto é que Manoel Cedraz nutria um sentimento especial por Martinha, tanto que ela foi a única mulher com quem ele assumiu um relacionamento amoroso diante da sociedade.

“Mas quem enricou ela foi o Mané Tenda” nos revelou seu Evandio, que demonstrou ter uma memória excelente quanto as histórias do passado. Para ele, Martinha não precisou fazer muita coisa para alcançar uma vida melhor, bastou o amor

²⁵³ Entrevista com D. Nininha, 92 anos. Entrevista concedida em 20.05.2014.

²⁵⁴ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente*. Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997. PP 25-39. P. 33.

²⁵⁵ SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (840-1870)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

de Mané Tenda. A evidência da mudança de vida dela parecia estar traçado por um ser superior.²⁵⁶ Até onde esse amor seria romântico dessa forma? É possível que estes relatos também revelem questões ligadas ao gênero em que o sexo masculino era o provedor da mulher.

Ela sabia fazer com que ele fosse mais humano através de suas ações. Mané Tenda comprou o menino Saturnino para amenizar a dor de sua amada, seria assim, um ato de amor. Seu Evandio nos contou que quando jovem ouviu seu avô Antonio Frutuoso conversando com o irmão dele, o Joviniano, contando esse episódio,

Depois que o Mané Tenda comprou Martinha, ela amanhecia todo dia chorando, daí ele perguntou o que era que ela tinha? Ela contou que tinha um filho que tinha sido vendido para outra pessoa... aí eles contaram que ele (Mané Tenda) foi negociar com o dono do menino, aí encontrou e ele avisou que o menino era caro, que só vendia ele por 400\$000 mil réis, aí ele disse, o menino é meu. Levou e entregou o menino a Martinha. No outro dia ela acordou alegre, cantou o dia todo.

Naquele momento foi perceptível o quanto a memória tem uma função afetiva, que é reviver momentos específicos que foram muito significativos. Durante essa parte da entrevista, a expressão de seu Evandio demonstrava claramente que o “passado parecia muito presente”²⁵⁷ Assim, muitas vezes “é preciso ir muito longe, para descobrir ilhas do passado conservados, parece, tais e quais, de tal modo que nos sentíssemos subitamente transportados a cinquenta ou sessenta anos atrás.”²⁵⁸

Mas, é importante considerar que a condição de Martinha como esposa de seu antigo senhor não lhe rendeu apenas regalias. Ela pode ter vivido muitas situações de preconceito, assim como seus filhos e o próprio Manoel Cedraz. Situações como a perda da consideração de alguns membros da família, que passou a ignorá-lo como parente, foram relatadas com frequência pelos entrevistados. Ela dificilmente seria aceita pelos parentes dele.

Era um tempo muito duro
De preconceitos de cor,
Misturar-se a uma escrava
Nem pra lhe fazer favor,
Conviver com ela, então,
Era de tudo abrir mão
Em nome de um grande amor
Os seus melhores amigos
As costas todos voltavam,

²⁵⁶ BARRETO, Orlando Matos. *Martinha: escrava, esposa, rainha*. Conceição do Coité: Clip Gráfica e Editora, 2004.

²⁵⁷ GANDON, Tania Riserio d’Almeida. *Etnotexto e identidade cultural na construção da memória*. p. 231. In: Revista da FAEEBA. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I- v. 14, nº 23. Jan./jun., 2005. Salvador: UNEB, 2005. p. 227-233.

²⁵⁸ Idem, HALBWACHS, 1990. p.68.

Na hora da saudação
 Todos eles se calavam,
 Desviavam-se os vizinhos
 Que o encontrava nos caminhos
 E muito dele falavam.
 Perdeu a Bênção do pai,
 Dos irmãos a confiança,
 De outros sofreu escárnio [...] ²⁵⁹

Parte da família Cedraz morava na Fazenda Rio das Pedras, entre esses, o primo Aristides com sua esposa e filhas. Nesta fazenda, Martinha “não era bem vinda, ela não podia frequentar as festas lá, por que lá só tinha branco”²⁶⁰ Tal afirmação não pode ser negligenciada, pois sabemos que a cor da pele era um diferencial na sociedade brasileira do século XIX, mais ainda numa comunidade pequena e em que todos conheciam a condição jurídica de cada pessoa que ali vivia. Como seriam os rumores acerca daquela relação entre uma negra, ex-escrava morando como esposa de um homem branco e dono de várias propriedades rurais?

Para os descendentes de Martinha, as barreiras sociais e raciais enfrentadas pelo casal foram se desfazendo ao longo do tempo. Martinha, com sua “inteligência” teria ultrapassado os limites impostos pela sociedade livre, pois, se tornou uma mulher reconhecida pela comunidade em que vivia. Porém, não houve relatos de que o preconceito da família de Manoel Cedraz com relação a Martinha tenha desaparecido ou mesmo amenizado com o tempo.

Com relação a posição que ocupava na sociedade que vivia, desconfiamos que ela mantinha relações de amizade e de solidariedade com outros cativos e libertos. Foi afirmado no capítulo anterior que Martinha batizou algumas crianças, dentre estas, filhos de escravos e de libertos. Dois dos entrevistados fizeram referência a ligação que existia entre os netos e bisnetos de Martinha com uma mulher negra, vendedora de doces e bebidas na feira de Conceição do Coité. Afirmaram que sempre pediam a bênção a uma “tia Chandinha”, mas que não sabiam bem de onde vinha tal parentesco. Para nossa surpresa, seu Evandio lembrou sobre essa “tia”, que era filha da escrava Sancha, cativa de Manoel José da Costa, o antigo proprietário de Martinha. Ela teria convivido com ela antes de ser comprada por Mané Tenda, e possivelmente continuou tendo laços de amizade com Sancha e com os descendentes dela. Um dado apenas não foi confirmado na documentação, segundo seu Evandio, Sancha era escrava de Manoel Cedraz. Teria Mané Tenda comprado a antiga companheira de cativo de sua esposa? E sobre a escritura de compra e venda desta, teria sido uma negociação em caráter

²⁵⁹ Idem, BARRETO, 2003.

²⁶⁰ Entrevista com Seu Evandio Mendes Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 17.07.2014.

verbal ou a mesma conseguiu a liberdade e foi trabalhar na fazenda ao lado de Martinha?

Martinha era envolvida na comunidade religiosa do Juazeiro, pois afirmam que a mesma cantava na igreja, “fazia rezas, ela cantava muito bem, tinha uma voz linda”. Como se dava essa participação de Martinha na igreja naquele período? Será que ela era aceita pela congregação daquela paróquia? Será que não havia preconceitos e que tudo acontecia assim sem nenhum conflito? Desconfiamos que não! Ao que parece, existe uma tentativa dos descendentes de Martinha em associar a ela valores importantes da época, como por exemplo, ter participação ativa na vida religiosa da comunidade que vivia.

É importante considerar que Martinha vivia uma relação de concubinato com Manoel Cedraz e esta realidade era conhecida pela população local, inclusive pelos párocos e padre. Se ela de fato participava das celebrações religiosas se apresentando cantando, deve ter sido depois de 1889, a partir do sacramento do matrimônio.

Partilhamos da idéia de que algumas afirmações sobre Martinha podem até ser fruto de exageros da família, numa tentativa de demonstrar o quão importante ela foi, mas, por outro lado, essa representação que todos fazem ao se referir a ela demonstra também o quanto a história de uma mulher, negra e escrava que alcançou mudanças na vida mexe com a imaginação de todos. É como se a família se sentisse orgulhosa, como parte dessa ascensão. A família é composta por pessoas “negras” ainda hoje, o que eles associam à herança de Martinha. “De forma paralela, a construção de memórias coletivas se faz, necessariamente, como função de questões políticas e identitárias vividas no tempo presente.”²⁶¹

Parece que Martinha era muito conhecida na região, principalmente no Juazeiro, local em que Manoel Cedraz tinha terras e que ainda nos dias atuais moram muitos dos descendentes de Antonio Frutuoso. Foi ali que viveram Antonio Frutuoso, Belmiro, Alcina, Saturnino e Eufrosina.

Para a família, Martinha teve um papel de destaque naquela comunidade. Ela alcançou uma posição diferenciada da de muitas libertas que ali viviam. De certa forma, a família tenta também demonstrar o quanto ela foi singular, pelas atividades que realizava. Sempre montada a cavalo e muito bem arrumada, quando adentrava as terras do Juazeiro, era recebida como uma “rainha”. Os “moleques” gritavam, “chegou Dona Martina”²⁶².

²⁶¹ Idem, RIOS; MATOS, 2005. p. 43.

²⁶² Entrevista com Evandio, 78 anos. Entrevista concedida em 09.09.2014.

Martinha nasceu escrava e com esta condição viu muitos de seus irmãos de cativoiro sofrerem castigos físicos e receberem um tratamento áspero e grosseiro. De acordo com a documentação escrita, Mané Tenda possuía escravos, dentre esses, podemos destacar Marinha, Maria e Ignácia, todas, mulheres que viviam na Fazenda Urussú e provavelmente conviveram com Martinha e seus filhos. Manoel Cedraz era um homem com poucas amizades, que não dispunha de uma vida social de muitos amigos, como afirma seus descendentes, “sem muitos sorrisos”. Era nas palavras de Dona Rosenalva, “muito fechado”. Ao que parece, a família guarda na memória que a chegada de Martinha na Fazenda fez com que algumas mudanças acontecessem principalmente no trato dos escravos. Sobre isto, seu Evandio Mendes Oliveira, 78 anos, neto de Antonio Frutuoso afirmou que,

Mané Tenda era muito duro com os escravos [...] mas, com Martinha na Urussú ele teve que mudar o tratamento com os escravos. Ela pediu que ele diminuísse o trabalho dos escravos, que eles trabalhavam demais... ela dizia: os negros tão trabalhando demais e ele (Mané Tenda) diminuiu, tanto que quando chegou a alforria, uma parte dos escravos foi embora, outra ficou com ela.²⁶³

A partir da declaração, percebemos que Martinha é descrita como uma mulher que tentou de alguma forma mudar o cotidiano de seus irmãos de cor, exigindo do seu companheiro e senhor daqueles escravos, que desse a eles um tratamento mais digno. Mas, sua atuação segundo seus parentes, não se deve apenas ao fato de buscar melhores condições de vida para seus antigos companheiros de cativoiro, ela teve um papel fundamental na liberdade e futuro de seus irmãos.

A história de Martinha é marcada por um momento relatado pelos seus descendentes, o engajamento dela na luta pela liberdade de seus irmãos. Esta luta teria se dado entre 1871 e 1888. Ela iniciou uma busca incessante pelos irmãos e quando os encontrava, comprava a liberdade dos que ainda eram escravos e dos que já haviam conquistado a liberdade, ela trazia para perto dela. Dava trabalho em suas terras e ainda deu-lhes posses de terras para plantar e dali tirar seus sustentos. Segundo seu Evandio ela recebeu do marido as terras das Fazendas Maracujá e Malhadinha do Meio, nas terras de Riachão do Jacuípe. Dessas terras, ela deu parte do Maracujá para alguns de seus irmãos. Estas informações não foram confirmadas em documentos escritos, mas, encontramos uma pista de que realmente ela tentou ajudar pelo menos um de seus irmãos. Encontramos vivendo na comunidade do Maracujá, hoje quilombola, dois netos de Estanislau, Dona Nininha e seu Albertino. Dona Nininha afirmou que as terras

²⁶³ Idem

pertenciam ao seu avô, porém, não sabia como foram adquiridas. Sabia apenas, que nasceram naquelas terras e que eram de sua família. Seu Orlando Matos, memorialista, que pesquisou a vida de Martinha a partir de relatos de um neto dela, que conviveu com a mesma, Seu Pequeno nos disse que,

Ela comprou os irmãos e dava a liberdade e terra para eles morar, ou na mesma terra que ela vivia ou em outras que comprava já pra isso... alguns moraram nas terras dela e outros próximos às cercas de²⁶⁴ Mané Tenda... aí Martinha já arrumava trabalho para os irmãos e os sobrinhos.

Em alguns momentos das entrevistas parece haver uma intenção por parte da família, de tratar Martinha como uma abolicionista, como se tivesse mudado os rumos da escravidão na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Sua atuação não teria se restringido à vida de seus irmãos e dos escravos de seu marido, o Mané Tenda. Seu exemplo havia ido mais longe, teria chegado ao conhecimento de outros proprietários de escravos que vivia na mesma comunidade que ela. Um dos donos de escravos tocados pelo exemplo de Martinha foi, segundo a memória, o coronel Antonio Justino, dono da Fazenda Jetirana,

O exemplo dela contagiou muito donos de escravos, entre eles, Antonio Justino, o coronel da Jetirana... Um parente de Martinha me disse que a partir dali, muitos diziam “é uma vergonha, uma mulher fazendo isso nós, homens, sem fazer nada... ele concedeu a liberdade a alguns de seus cativos.

Os dados acima revelam que a atitude de nossa personagem comoveu a muita gente, principalmente por ela ser uma mulher e tomar a iniciativa em prol da libertação de cativos, mesmo que fossem os de sua família. O coronel Justino foi um morador da Freguesia mesmo, isto se confirma, mas, por outro lado, as libertações de que falam, se realmente aconteceram, não foram registradas em cartório.

Ao analisar o livro do memorialista Orlando Matos, *Martinha, escrava, esposa e rainha*, é visível uma exaltação na atuação de Martinha. Parece que sua vida teria se tornado exemplo para a comunidade que vivia e que a mesma tinha uma missão aqui na terra, fazer pelos escravos o que nenhuma outra pessoa fez na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Não encontramos neste estudo nenhuma referência a outra pessoa, fosse branca ou mesmo escravo que tivesse alguma atuação na libertação de escravos ou que tivesse lutado por alguma causa em prol de cativos, isto nem na memória da população.

Não cabe aqui provar o que é verdade ou não por que esta é uma tarefa muito difícil, para não dizer, impossível. Os documentos escritos registravam apenas os fatos

²⁶⁴ Entrevista com Orlando Matos Barreto. Entrevista concedida em 20.04.2014.

referentes às negociações ou mesmo a alguns eventos e formalidades. Estes não respondem a situações do cotidiano nem mesmo a sentimentos. Os relatos orais revelam as emoções que foram atribuídas a Martinha e sua família, mesmo que seja recontado através da memória da memória. Os entrevistados para este trabalho narram às histórias ouvidas de seus pais e avós, fato que não desmerece a veracidade de tais depoimentos, mas, que precisa ser analisado com cautela, com o intenso cuidado de não tomar as fontes orais como verdade absoluta, tampouco, caracterizá-las como falsas. Para nós o que realmente importa são as visões e discursos que se construiu sobre Martinha ao longo do tempo.

As informações que foram apresentadas neste texto demonstram que havia por parte dos descendentes de nossa personagem, uma intenção em transformá-la numa espécie de “rainha”. Os relatos, apesar de apresentarem detalhes diferentes em um ou outro depoimento, há uma prevalência de fatores que estão presentes em todas as memórias, o que denota essa memória coletiva.²⁶⁵ As narrativas neste sentido, revelam uma espécie de “mito” compartilhado.

Um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto representações partilhadas por uma cultura.²⁶⁶

A essa tradição “inventada” podemos associar as repetições nas narrativas da família de Martinha, que afirmam ter sido ela uma mulher muito generosa com as pessoas que faziam parte da comunidade que ela vivia. Parece que ela tinha uma missão, que era zelar da vida dos familiares, como também de outras pessoas que viveram no mesmo período e local que ela. Aqui cabe também a atuação de Martinha para a liberdade de cativos e cativos de Coité do final do século XIX.

O objetivo e a característica das ‘tradições’ inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. [...] Consideramos que a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.²⁶⁷

Assim, esbarramos numa questão central para a utilização da História Oral como metodologia, as críticas referentes a fidelidade das informações. Partimos do

²⁶⁵ Idem, HALBWACHS, 1990;

²⁶⁶ PORTELLI, Alessandro. *História Oral e Poder*. In: Minemosine- Revista do Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ. Vol. 6, nº2, p. 2-13 (2010) p. 23.

²⁶⁷ HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 5ª Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2008. P. 10, 12.

pressuposto de que, “o mais importante na história contada não é sua fidedignidade, ou não, mas sua representação, seu significado para os que a narram”.²⁶⁸

A memória sabe também transformar consciente ou inconscientemente o passado em função do presente possuindo uma tendência particular a “embelezá-lo”. Ela se define por sua capacidade de recorrer ao simbólico e por sua aptidão para criar mitos, estes, aliás, não são visões falsas da realidade e sim uma outra maneira de descrever o real, uma outra forma de verdade.²⁶⁹

No caso específico dos descendentes de Martinha, encontramos uma população “de cor”, “não branca”, que deve ter vivido situações de discriminação tanto pela cor da pele, quanto pela própria condição de vida. Os bisnetos de Antonio Frutuoso, por exemplo, não estudaram, permaneceram nas propriedades rurais que foram recebendo de herança ao longo das gerações e vivendo do cultivo da terra. Permaneceram ligados a propriedade rural, assim como optou seus pais e avós. É considerável, que tais pessoas possam recorrer a informações obtidas a partir de outros meios, como televisão, livros, relatos ao longo de sua vida para representar esse passado.

Mudanças que tenham subsequentemente tomado lugar na consciência subjetiva pessoal do narrador, ou em sua condição sócio-econômica, podem afetar, senão o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o ‘colorido’ da história.²⁷⁰

3.3 Uma mulher diferente?

A vida da forra Martinha e de seus filhos foi marcada pelo trabalho na lavoura e na criação de gado, atividades econômicas realizadas na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no final do século XIX e início do século XX. Geralmente, os homens e mulheres trabalhavam nessas atividades para produzir gêneros de subsistência e também para comercializar. Produtos como milho, feijão, batata, aipim e a mandioca eram cultivados pelos moradores da dita freguesia.

Como foi mencionado nos outros capítulos, Manoel Cedraz era proprietário de uma grande quantidade de terras no século XIX. Estas terras eram cultivadas possivelmente, pelos seus escravos e trabalhadores. Além destes, Martinha teve papel fundamental, pois, como registra a memória, ela trabalhava administrando as propriedades e produções dele.

²⁶⁸ Idem

²⁶⁹ Idem, GANDON, 2005, p. 206

²⁷⁰ PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente*. In: Projeto História- Cultura e Representação. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. SP: Edusc. Fevereiro, 1997, p. 34.

As narrativas dos entrevistados indicam que Martinha cuidava da administração das propriedades do marido e também das suas, terras compradas pelo Mané Tenda e dadas a ela de presente. Ela andava montada a cavalo e assim visitava as fazendas, principalmente as dela, que cuidava com o auxílio do seu filho, Antonio Frutuoso. Antonio é caracterizado pela família como vaqueiro, ele trabalhava junto com o pai cuidando do gado e auxiliava também a mãe. Como as pessoas enxergavam Martinha naquele período? A maioria das mulheres daquela época trabalhava apenas na administração do lar e nos serviços domésticos. No caso específico de Martinha, suas atitudes poderiam suscitar curiosidade e comentários. Naquele período, o espaço destinado às mulheres era o íntimo da casa; a rua, o espaço externo era um lugar convencionalmente reservado aos homens²⁷¹

O modelo de mulher esboçado para servir como base, foi aquele de castidade, de um esforço individual, que cuidava da casa e dos filhos, que necessitava ser cuidada, revestida de afeto e, um comportamento assexuado. Outro dado importante é que a perspectiva profissional era a “carreira doméstica”.²⁷² Os relatos orais dão conta de uma mulher diferente dos padrões estabelecidos para uma mulher naquele período. Seu Evandio disse que “Martina pouco ficava em casa”. Ela vivia, de acordo com tais relatos, cuidando das propriedades do marido. Tinha muitas amizades, envolvia-se com a caridade local. Como ela deveria ser tratada pelas mulheres livres da região, principalmente aquelas de pele clara? Será que a aceitavam em seu círculo social? Será que algumas dessas mulheres teriam laços de amizade com Martinha? No período em estudo, as condutas das amizades diziam muito a respeito da mulher.²⁷³

Não há documentação escrita que descreva as ocupações de alguém com tantos detalhes, principalmente, numa atividade tão peculiar como a de Martinha. Pelas entrevistas, percebemos que não se tratava de uma mulher comum, semelhante às outras. Ela se diferenciava pela coragem e pelas atitudes. Pelo menos esse é o discurso, a visão que a família construiu sobre ela ao longo do tempo.

Analisando a condição de vida de Martinha, nos deparamos com uma questão importante: a submissão. Por um lado podemos analisá-la a partir das memórias, que dá conta em afirmar que mesmo ela era uma mulher diferente, “inteligente”, “desenvolvida. Mas, deixam escapar também, que a mesma sempre se referia ao marido

²⁷¹ CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro 1840-1918*. Rio de Janeiro: Unicamp, 2000.

²⁷² RAGO, Margareth. Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Paz e Terra, 1995.

²⁷³ Idem, CAUFIELD, 2000.

como Ioió, jamais o tratava como a um companheiro, seguia assim o mesmo hábito da escravidão, em que os cativos se referiam aos seus senhores. Os bisnetos dela, assim aprenderam a chamar seus avós e bisavós.

No período estudado, final do século XIX e início do século XX, muitas eram as marcas de um sistema patriarcal, em que os senhores brancos dominavam os negros, que eram tratados como inferiores, e também, um período em que as mulheres geralmente eram representadas pelos homens. Ao observar os documentos escritos pesquisados para este trabalho, foi possível perceber poucas vozes femininas. Seus nomes apareciam sempre ligados ao dos maridos e se estivesse sem relação a este, era por que estas mulheres eram viúvas.

Desta forma, se torna mais difícil resgatar o passado de mulheres que viveram e fizeram suas histórias no passado. Suas memórias são condicionadas as ações dos homens com os quais viviam. Algumas, portanto, têm suas trajetórias recontadas, por estarem envolvidas em situações particulares, geralmente negativas. “A função que se tem das mulheres funciona como um indicador: elas são consideradas raramente por si mesmas.”²⁷⁴ No geral, as mulheres, principalmente as do povo, aquelas oriundas de camadas pobres, sempre foram excluídas da historiografia²⁷⁵, mesmo quando se trata de temas ligados a escravidão, os homens negros é que são lembrados,

Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura [...] evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção²⁷⁶

Neste sentido, cabe mais uma vez retomar a História Oral como uma possibilidade de trabalhar com as mulheres nas pesquisas históricas. Na falta de testemunhos escritos, já que tais evidências traziam os nomes dos homens em geral, é importante o uso da história Oral. “É por isso que o desenvolvimento recente da história, dita “oral” é de certo modo uma revanche das mulheres.”²⁷⁷

Voltando a memória sobre Martinha, é importante retomar um aspecto importante, a questão da submissão. Seria ela essa mulher totalmente submissa? Ou haveria nela uma independência acordada com o marido? Ou ainda, até onde ia essa liberdade, essa autonomia? Sobre isto, é importante considerar que o homem sempre

²⁷⁴ PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. In Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 9, nº18. P.9-18. Agosto 89./ set 89. p. 09.

²⁷⁵ Ibidem, p. 10.

²⁷⁶ Idem, RAGO, 1995. p. 81.

²⁷⁷ Idem, PERROT, 1989. p. 16.

dava a palavra final, mas, que muitas mulheres conquistavam espaço na negociação acerca da autonomia e submissão.

Apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, através de complexos contrapoderes. Poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e “compensações” no jogo da sedução e do reinado feminino.²⁷⁸

Apesar de toda uma dominação masculina sobre o feminino, é bem provável que nossa Martinha tivesse conseguido encontrar um meio de conquistar o respeito e o reconhecimento de Manoel Cedraz como uma mulher independente, que poderia sair da intimidade da casa e ocupar outros espaços no cotidiano. Partilhamos da ideia de que todo sujeito “dominado” tem meios de reagir à tutela a que está submetido. As vezes uma atitude submissa pode esconder os meios reais para conquistar determinados objetivos.

Uma incorporação de dominação não anula a possibilidade de variações por parte dos dominados. Assim, a aceitação por parte de algumas mulheres de certos papéis não significa que estejam baixando a cabeça a uma submissão alienante, mas, pode ser sim um recurso que lhes possibilite deslocar ou até mesmo subverter a relação de domínio. Seria, portanto, uma forma tática para seus próprios fins, uma representação que foi imposta, e por outro lado recebida como aceita, mas, em direção oposta a ordem que a produziu.²⁷⁹

Este pode ter sido o caminho adotado por nossa personagem, não de forma calculada para enganar o seu marido, mas, como meio de sobrevivência digna e de acordo com sua vontade, ela poderia viver da forma que escolheu e por outro lado, ter sido algo aceitável por Mané Tenda.

3.4 O que dizem os memorialistas: entre a ficção e a honra de Martinha

O trabalho dos memorialistas é narrar a história local, seja a partir de documentos escritos como também através da tradição oral. Sobre Conceição do Coité, encontramos dois memorialistas que se propuseram a escrever acerca da história de Coité. Vanilson Oliveira descreveu a história da freguesia desde o início de sua formação até o século XX. Trabalhou também com a genealogia de algumas famílias tradicionais, dentre estas, a família Cedraz. Neste trabalho, *Conceição do Coité e os*

²⁷⁸ RACHEL, Soihet. *História das mulheres e História de Gênero*. Um depoimento. Cadernos Pagu (11) 1998. pp 77-87. p. 81.

²⁷⁹ CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica). Cadernos Pagu (4) fazendo história das mulheres, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP, 1995. pp. 40-43.

Sertões dos Tocós (2002) citou o nome da escrava Martinha, como cativa do pai do Manoel Cedraz, que mais tarde tornou-se a esposa do Mané Tenda vindo a ter com ele cinco filhos. Especificou também que a parte mulata da família Cedraz é descendente desta escrava. Suas contribuições são relevantes para se conhecer vários aspectos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, mas, sobre nossa personagem, pouco ele escreveu. Todavia, uma crônica elaborada pelo mesmo causou desconforto a família Cedraz.

O livro intitulado *“Sisal, Suor e Poder: crônica de uma região”* foi publicado em 2003. É uma coletânea de crônicas escritas pelo mesmo autor. Segundo Vanilson Oliveira, esta é uma obra com textos fictícios e outros verdadeiros, mas, ele não definiu quais são as histórias e quais os fatos reais. Ele utilizou nomes de pessoas que viveram no Sertão do Coité durante o final do século XIX e início do século XX e que se encontram nos documentos escritos e na tradição oral da população da cidade. Dentre estas crônicas, está, *“O amor de Mané Tenda pela escrava Martinha”*.

Ele inicia o texto falando de Manoel Cedraz e de como ele era um homem “rico”. Dono da Fazenda Cedro, fazenda esta muito “grande, com pastos, gado e escravos para dela cuidar”. Nesta dita fazenda, vivia entre muitos cativos, um que mereceu o destaque do autor, foi o personagem Benedito dos Santos, conhecido como Braúna. Ele havia fugido do Recôncavo Baiano. Este é apresentado como “rapaz alegre, prestativo, brincalhão e festeiro.”

Braúna havia sido capturado pelos vaqueiros de Miné Tenda, o pai de Manoel Cedraz. E como já tinha tempo que vinha fugindo e ninguém apareceu reclamando o escravo, ele poderia ficar na fazenda. Vanilson, ao dá vida ao personagem Braúna fez questão de retratá-lo como um negro belo que despertava o desejo nas escravas da fazenda,

A crioula Ana Joaquina, cozinheira da casa, diluía-se em gozo ao vê-lo na copa; suspirava: “Benedito, ai meu Bené! Corpo digno de homem. Coxas grossas, bem trabalhadas, parecendo um pé de baraúna. Ombros nus, peitos nus, cor de fumo, tição de fogo que lhe acendia labaredas nas entranhas.”²⁸⁰

O texto é carregado de sensualidade, contendo até palavras de duplo sentido, como o “tição do negrão” e “cabaço”. Este último se refere a virgindade das moças. As investidas de Ana Joaquina deixava Braúna “acanhado”, pois, sua verdadeira paixão era

²⁸⁰ OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Sisal, suor e Poder: crônica de uma região*. Conceição do Coité: Editora Clip, 2003. p. 23.

a crioula Martinha, que “servia como Iaiá para os patrões”²⁸¹ “Na hora do almoço ele sempre dava um jeito de se encontrar com Martinha, marcavam encontros na caatinga, no capinzal do Rio das Pedras, porém nunca dava certo, pois ela ainda era uma donzela virgem e sentia calafrio só em pensar (...)”. O encontro enfim aconteceu e Martinha é retratada como uma “mulher pura e simples, corpo e coração curtido, com arte de menina, influída de graça e fantasia.” O autor descreve o diálogo entre os dois.

— Tô com um quebrante no corpo. Tu botou olhado em mim. Tu é Exu, tu é o cão; — Meu nome é Benedito Assunção, as crioulas me chamam de Braúna, um bom rapaz. Ocê não acha? —Acho sim, porém ocê não é pra mim. Saiba que Mané Tenda, o filho do patrão, bateu os olhos em mim e estou enfeitiçada por ele. De um tempo pra cá andava desconfiado e começou a me seguir e, na semana passada, atrás do Tanque Grande, ele me agarrou, me beijou, fez muitas juras de amor e acabei cedendo para ele o meu cabaço. Até que gostei dele fazer aquilo!

Segue a narrativa evidenciando as características físicas de Martinha, “era uma crioula muito bela. Um corpo de fazer inveja a qualquer madame dos Tocós. Causava admiração a quase todas as escravas e às filhinhas dos fazendeiros. Era bastante cobiçada pelos donos de escravos e por seus filhos.”²⁸²

As juras de amor de Mané Tenda teriam feito confusão na cabeça de Martinha, “seu coração ficou dividido”. Escolheria a ele, o negro Braúna ou o filho do patrão que lhe “traria liberdade e conforto?” Mesmo com todas as insistências de Braúna, e com o fato de boatos sobre o Mané Tenda ser um homem “mulherengo, que vivia um relacionamento amoroso com uma mulher chamada Justina e tendo um filho com esta, Martinha escolheu o filho do patrão. O autor relata uma Martinha interesseira, que tomou sua decisão baseada nos ganhos que teria com aquele relacionamento.

O filho do patrão já havia percebido o interesse do negro Brauna pela escrava Martinha. Ele já estava desconfiado, pois, logo

Reuniu toda a família, incluindo os escravos e agregados da fazenda e anunciou que dentre em breve se casaria com Martinha Maria de Oliveira, o grande amor de sua vida. E não custou muito a se casarem. O casamento se deu em poucos meses e foram morar na Fazenda Caiçara, deixando para trás todos os escravos do pai, dentre eles o Benedito Assunção, o Braúna. E, assim, foram felizes para sempre construindo uma família miscigenada com filhos pardos: Antonio Frutuoso, Joviniano, Belmiro, Euflozina, Maria Alcina e uma filha que casou com Cirilo indo morar nas bandas de Serrinha.²⁸³

Ao ler a crônica, percebemos tratar-se uma ficção, um texto imaginativo, sem a preocupação com a veracidade dos fatos apresentados, todavia, algumas informações

²⁸¹ Ibidem, p. 23.

²⁸² OLIVEIRA, 2003. Op. Cit., p. 24.

²⁸³ Idem, p. 24-25.

retiradas dos relatos e dos documentos sobre Martinha foram também usadas por Vanilson Oliveira. Um detalhe chama a atenção, os nomes dos personagens fictícios são em quase sua totalidade reais, foram pessoas que viveram e se relacionaram com Martinha de alguma forma, exceto Brauna e Ana Joaquina que é criação do escritor. Este detalhe fez toda a diferença para a família Cedraz, uma vez que toca na honra familiar.

Vanilson escreveu uma estória que fora inventada por ele, porém, com sujeitos reais. Esta crônica gerou uma revolta em alguns descendentes de Martinha, principalmente por acreditar que tal “invenção” estaria manchando a honra dela. O fato de uma mulher naquele período está cogitando a possibilidade de encontrar um homem estando com outro era no mínimo, um ato de infidelidade. E para agravar a situação, se tratava de um negro e escravo. Para a família, a honra de Martinha foi manchada, pois, mesmo considerando que foi uma criação do autor, os nomes não o foram.

A ficção é um recurso da literatura, porém, muitas vezes os autores também recorrem às fontes históricas para escrever sobre determinado personagem. Por vezes recorrem a sujeitos que existiram e os transformam em outro ser, com situações reais e inventadas, misturam o real e o imaginário.²⁸⁴ Para a historiografia, a literatura têm se tornado fonte para pesquisas por sua riqueza de significados e leituras,

Afirmar que a historiografia integra o repertório das fontes históricas não provoca hoje qualquer polêmica, mas nem sempre foi assim. Mais do que isso, nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a muitas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores culturais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo.²⁸⁵

Porém, a História e a literatura são diferentes principalmente pela necessidade de fontes. “Só podemos historicizar aquilo que deixou vestígios de sua produção pelo ‘homem, em dado momento e espaço’, não podemos fugir do limite imposto pelo nosso arquivo”.²⁸⁶ Os historiadores refletem sobre a sociedade, a cultura, a política e outras questões importantes sobre estas, mas, para tanto utilizam métodos “fidedignos”. Entendemos que toda escrita da história parte da interpretação de discursos que foram escritos por outrem, mas, busca-se que seja o mais verdadeiro possível.²⁸⁷

²⁸⁴ Idem, FURTADO, 2003.

²⁸⁵ FERREIRA, Antonio Celso. *A fonte fecunda*. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

²⁸⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP; Edusc, 2007, p.64,

²⁸⁷ DE CERTEAU, Michel. , apud CHARTIER, 2007.

A história como estrutura desdobrada tem então a tripla tarefa de; convocar o passado, que já não está no discurso do presente, mostrar as competências do historiador, domínio das fontes, e convencer o leitor: Visto desse ângulo, a estrutura desdobrada do discurso funciona como uma máquina que obtêm da fonte uma verossimilhança para o relato e uma convalidação do saber; produz pois, a confiabilidade.²⁸⁸

A literatura, por sua vez, pauta seus escritos na ficção, ou melhor, na forma de invenção. Neste sentido, o historiador se diferencia do criador literário na medida em que suas configurações narrativas objetivam uma reconstrução verdadeira de acontecimentos reais, mediada por relação normativa com a utilização dos documentos.²⁸⁹ Assim, “a história tem a verdade por aporia ao passo que a ficção coloca a verdade entre parênteses. Elas não se confundem.”²⁹⁰

O texto fictício de Vanilson Oliveira é construído levando em consideração o desejo de duas mulheres por um homem. Uma era Martinha que sentia um forte desejo por dois homens ao mesmo tempo, ou melhor, parece-nos que por Brauna era desejo, mas por Mané Tenda era uma questão de interesse pessoal. Interesse pela liberdade e por melhores condições de sobrevivência. O amor quem tinha era o Manoel Cedraz. Ele estava apaixonado por ela.

A honra e a castidade feminina era de certo algo que preocupava muito a família nos séculos XIX e XX.²⁹¹ A mulher deveria, sobretudo, ter controle sobre seus desejos sexuais²⁹² e seu comportamento deveria se basear no recato e na vergonha. A moça deveria “encarnar a castidade e pureza necessárias à honestidade das famílias, que por sua vez, era mantida pela fidelidade conjugal das ‘senhoras’. Assim, mulher de família ou ‘moça de família’ era antônimo de ‘mulher pública’.”²⁹³

A partir da revolta de alguns parentes que tiveram acesso a crônica de Vanilson Oliveira, o outro memorialista, Orlando Matos Barreto resolveu escrever o já citado livro: *Martinha: escrava, esposa e rainha*. Mesmo percebendo que há fatos reais nesta obra, é importante considerar que também é um trabalho de ficção. Em muitos momentos, os acontecimentos narrados em forma de cordel fogem à realidade como recurso para a construção do texto no estilo escolhido. Orlando Barreto retratou uma

²⁸⁸ DE CERTEAU, apud CHARTIER, 2007. P. 27.

²⁸⁹ ORELLANA, Rodrigo Castro. Michel de Certeau: *História e ficção*. Princípios- Revista de Filosofia, Natal (RN), v. 19, n. 31, Janeiro/Junho de 2012, p. 5-27.

²⁹⁰ PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Como (re) escrever a História do Brasil hoje?* História e Perspectivas. Uberlândia (40): 151-175, jan. jun. 2009. P. 172.

²⁹¹ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: Condição feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal da Bahia, 1994.

²⁹² Idem, RAGO, 2003.

²⁹³ FERREIRA FILHO, 1997, Op. Cit., 78-79.

Martinha submissa, sofredora, vítima do destino. Ela teria sido abusada ainda no cativeiro

Numa noite muito escura
Um homem no quarto entrou
Juntou-se a ela na esteira
E da menina abusou.
Fez com ela o que bem quis,
Só não fez ela feliz,
Apenas a engravidou²⁹⁴

Orlando Matos transforma Martinha numa mulher diferente da recriada por Vanilson Oliveira. Ela é apresentada dessa maneira numa tentativa de “limpar a honra”, como uma mulher cuidadosa e dedicada a família. Era também batalhadora, corajosa e diferenciada, pois pensava e agia para o bem de sua família e de seus irmãos de cor. Com relação ao casamento, ela era, sobretudo, uma mulher honrada,

Manteve sua compostura,
Viveu amando seu homem,
Dedicando-lhe ternura,
Carinho, afeto e paixão,
Amor e compreensão,
Foi fiel, sensata e pura. [...]
Martinha foi boa esposa,
Companheira de verdade,
Desempenhou seu papel
Com maior simplicidade.
Foi escrava e foi patroa
Mas sempre foi gente boa,
Lutou pela igualdade
Dobrou as mangas do tempo,
Avançou para o futuro,
Fez transformar muita gente
Que tinha o coração duro,
Conquistou a simpatia
Das pessoas de valia
Com seu modo simples, puro²⁹⁵

Percebemos que está aí uma tentativa talvez bem sucedida de apresentar uma Martinha bem diferente daquela que foi imaginada por Vanilson Oliveira. O que justificava o relacionamento entre Manoel Cedraz e Martinha era exclusivamente a força do amor, sentimento, sobretudo, sentido por Mané Tenda.

É importante considerar que estamos diante das disputas da memória se projetando nas diversas produções literárias sobre Martinha. O que pode também ser a projeção de outras situações e dilemas vividos por Martinha. Curioso é que a memória da família Cedraz pouco fala ou se lembra sobre a vida afetiva de Martinha e Manoel Cedraz. O fato é que ela enfrentou essa marca preconceituosa, pois, além de ser escrava

²⁹⁴ Idem, BARRETO, 2004. p. 15.

²⁹⁵ Ibidem, p. 22-23.

e negra carregava a história de um outro relacionamento afetivo que gerou o pequeno Saturnino.

3.5 Encontros e desencontros da memória

As informações presentes nas obras dos memorialistas podem ser utilizadas para verificar algumas “falhas” de informações observadas ao cruzar as fontes escritas e as orais. Ambos parecem ter tido contato com a documentação escrita, pelo menos com a escritura de compra e venda da escrava Martinha. No caso específico de Orlando Barreto, ele foi além e utilizou também a escritura de compra e venda de Saturnino e da partilha de bens.

Vanilson Oliveira traz algumas informações que pudemos comprovar a veracidade ou não dos fatos narrados por ele. Um dos primeiros dados é com relação ao proprietário de Martinha. Ele afirma que ela era propriedade de Manoel Cedraz de Oliveira, o pai do Mané Tenda. Tal afirmação pode ser fruto de uma interpretação equivocada da fonte documental, assim na semelhança dos nomes e sobrenomes. Os nomes do pai e do filho eram iguais.

Outra informação é sobre o nome do filho de Manoel Cedraz com Justina Maria de Jesus, que na verdade chamava-se Manoel Amaro de Oliveira. Possivelmente ele decidiu alterar o nome para se contrapor à realidade. Sobre o casamento de Martinha e Manoel Cedraz, o memorialista afirma que se casaram rápido e foram morar na Fazenda Caiçara. Eles se casaram em 1889, cerca de 18 anos após o nascimento de Antonio Frutuoso. Ele também citou os nomes dos filhos do casal, Antonio frutuoso, Joviniano, Belmiro, Euflozina, Maria Alcina e uma outra filha, que havia se casado com um tal Cirilo. Esta filha não existiu, e falta o nome do filho Graciliano, que faleceu ainda jovem.

Sobre o endereço do casal, a Fazenda Caiçara realmente era de Manoel Cedraz, porém, não aparece em nenhuma documentação, como o endereço deles. Esta foi a fazenda que Joviniano morou depois que se casou. Martinha e sua família moraram primeiro na Fazenda Saco dos Porcos e depois foram pra Fazenda Urussú. Lá viveram até a morte.

Outro desencontro nas falas é sobre o valor da compra do menino Saturnino. Seu Evandio informou que o menino foi comprado por 400\$000 mil réis, um valor alto para a compra de escravos ainda crianças. Na escritura de compra de Saturnino consta que o

valor acordado e pago por Manoel Cedraz à Dona Bernardina Claudina do Espírito Santo foi de 250\$000.²⁹⁶

Como citamos anteriormente, há alguns dados que aparecem numa entrevista ou outra que vão de encontro às demais narrativas. Um exemplo disso é o que diz D. Rosenalva ao se reportar a Martinha enquanto mulher. Segundo ela, sua bisavó foi apenas uma dona de casa, que nunca trabalhou em nada.

Ela era só doméstica, ela tomava conta só da família, não trabalhava mais... ela era escrava, mais quando veio pontar (ficar) com meu bisavó ela não trabalhou mais. Ela só trabalhava assim de roça... tinha os filhos, ia criando eles... era só assim.

Sobre Martinha ter comprado os irmãos, ou ter trazido eles pra perto dela, D. Rosenalva diz que desconhece tal informação, que nunca ouviu seus pais nem avós falando sobre isto. “ Eu não sei se ela ajudou nisso não, mas isso aí até pode ser por que ela era muito boa, muito maravilhosa, ela gostava muito de ajudar... mas, isso aí eu não sabia não.”²⁹⁷

Dessa forma, a memória narrada pelos descendentes de Martinha traz detalhes importantes para a reconstituição de parte de sua trajetória. Mais que isso, esta memória nos revela a importância que agregam a vida de Martinha e como isto alimenta os desejos pessoais e familiares de uma vida com menos dificuldades. O que chama a atenção é o fato de contarem e recontarem a história da bisavó como uma forma de “revanche”, de exaltação ao papel de uma mulher que negra e cativa conseguiu ultrapassar os limites da escravidão e viver de forma diferenciada da forma que viveu outras cativas da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

²⁹⁶ CEDOC- UNEB. Livro de notas (1870). ff.29-30.

²⁹⁷ Entrevista com Dona Rosenalva, 72 anos. Entrevista concedida em 09.09.2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar esta dissertação, sinto que muitas surpresas apareceram ao longo da pesquisa sobre a trajetória de Martinha Maria de Jesus, ex-escrava que viveu na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité no período entre 1849 e 1933. Este estudo possibilitou conhecer alguns aspectos ligados à escravidão e à liberdade da freguesia em estudo. Dentre estes podemos destacar que a comunidade em que vivia Martinha era caracterizada por uma economia voltada para a subsistência e o excedente era vendido nas feiras da região. O número de cativos era pequeno, todavia, havia uma população negra e parda em número superior aos considerados brancos, o que talvez “amenizasse” as diferenciações sociais a partir da cor.

Martinha nasceu e viveu neste cenário de pequenos proprietários de escravos, que desconfiamos, alguns terem sido pardos ou mesmo mulatos e crioulos. Sua vida foi marcada pelas experiências no cativeiro e na liberdade. Transitou entre o mundo cativo e o livre, estabelecendo ligações com os representantes de cada um destes grupos.

Foi comprada por Manoel Cedraz e com este constituiu uma família de 7 filhos, muitos netos e outros tantos bisnetos. Por mais que os documentos escritos sejam privilegiados para a escrita da História, estes não responderam a alguns questionamentos que surgiram no decorrer da pesquisa, principalmente no que tange às questões de caráter subjetivo, que a memória contribuiu de forma eficaz para as possíveis respostas.

Uma das questões que norteou este estudo foi sobre o relacionamento entre uma cativa e seu senhor e os desdobramentos para os filhos gerados nesta relação. Foi possível perceber que a condição de vida de Martinha foi alterada a partir do relacionamento com o Mané Tenda. Ela passou de escrava a dona da casa, de cativa a liberta convivendo inclusive com outros escravos na condição de senhora.

Sua condição de esposa de seu proprietário se diferenciou da maioria de outras cativas que viveram relacionamentos sexuais/afetivos com seus senhores. Manoel Cedraz escolheu Martinha para ser sua companheira e com ela viveu e construiu um patrimônio em terras que ainda hoje os bisnetos sobrevivem por meio do que produz nelas. O caso de Martinha não é isolado e único. Os estudos sobre família revelam que embora não fosse freqüente, havia casos de mulheres cativas que casavam com seus senhores. O caso de Martinha é importante, pois, foi possível acompanhá-la ao longo do tempo.

Desconfiamos que o valor declarado na partilha de bens de 1912, referente aos bens que os filhos de Martinha receberam não condiz com a realidade. Conheci as propriedades rurais e chega a mais ou menos 4.800 tarefas de terra, atualizando para as medidas de hoje. O que poderia ser considerado um grande patrimônio para a época na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité.

Martinha deve ter visto sua vida mudar a partir daquele relacionamento. Por um lado, alcançou melhores condições de vida, mas, por outro deve ter sofrido muitas humilhações, muitas rejeições na família Cedraz por conta de sua condição jurídica e étnica. A cor era um diferencial naquela sociedade regida pelo sistema escravista. Seus filhos, pardos e fulas devem ter sofrido preconceitos também devido a estarem inseridos numa família de proprietários de escravos e que suponhamos ter a cor da pele mais clara.

Percebemos que Martinha estava inserida numa rede de apadrinhamento e amizade com outros cativos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Apadrinhou crianças no pós-abolição e manteve amizades com ex-escravos por muitos anos, inclusive com Sancha, a escrava de Manoel José da Costa no período em que ela estava sob o domínio dele. Esta amizade ultrapassou o período da escravidão. Os netos e bisnetos de Martinha chamavam a filha de Sancha de tia, dando continuidade a uma rede de amizades que ela estabeleceu ainda no cativo.

O questionamento que permeou também esta pesquisa, de entender as razões da escolha de Mané Tenda em constituir família com uma cativa sua, só pode ser respondida se considerarmos que as relações entre homens de posses e as mulheres negras escravas e libertas também se pautavam na afetividade, no amor. Tais relacionamentos não são tão artificiais e secos como podem pensar. Acreditamos, que Martinha e seu companheiro estiveram unidos por cerca de 42 anos por sentimentos de reciprocidade.

Muitas estórias e histórias de Martinha e de sua família são recontadas pelos descendentes. Lembranças dos avós que rememoravam um passado de sofrimento, de violência, de preconceitos e de glórias alimentam os bisnetos e os descendentes destes a continuar recontando o passado desta mulher que ascendeu socialmente e é a única ex-escrava a que a memória local se refere com tantos detalhes.

Como foi dito, Martinha mantinha relações de amizade e de proximidade com outros cativos. A partir disto, outras famílias cativas foram sendo encontradas na documentação. Foram achadas referências a muitas famílias nucleares que permaneceram estáveis por um longo período. Outras tantas famílias matrifocais

também surgiram no emaranhado de documentos, revelando a investida de algumas mães na busca da liberdade da prole.

A abolição não deve ter trazido grandes mudanças na vida dos egressos do cativeiro. Porém, para Martinha a abolição significou algumas mudanças em sua vida, pois, foi depois da abolição que Manoel Cedraz resolveu oficializar perante a Igreja a união com ela.

Não conseguimos identificar nomes de ex-escravos comprando terras ou outros imóveis depois de 1888. A concentração das propriedades rurais permaneceu nas mãos dos mesmos grupos familiares e isso se perpetuou até 1920. Este dado não deve ser suficiente para afirmar que os ex-escravos continuaram a viver da mesma forma que durante a escravidão. É necessário outros estudos nesta área para explicar tal situação.

A constatação da existência de um número considerável de famílias escravas abre caminho para novas pesquisas, principalmente no que se refere as mulheres “solteiras” e as que não oficializaram a união perante a Igreja Católica. Estas, claro, poderiam ter companheiros que as ajudava a criar a prole, mas, que somente pesquisas minuciosas podem desvendar a condição de vida delas. A formação da família escrava no Sertão da Bahia pode revelar algumas particularidades.

Percorrer a trajetória de Martinha, caminhar pelas estradas e fazendas que ela viveu ou freqüentou para ver os filhos, foi algo enriquecedor para a construção deste trabalho. Foi possível conhecer as comunidades rurais formadas por seus descendentes e a presença de alguns aspectos culturais afro-brasileiros nestas. Quantos rostos ali poderiam lembrar o de Martinha? Quantos olhares e aspirações de melhorias de vida seriam semelhantes aos dela? O rosto de Martinha para nós é um mistério, pois não foi encontrada nenhuma fotografia dela em posse da família. Sua imagem chegou até mim por meio de relatos da família. Os entrevistados que não a conheceram, acreditam piamente que ela foi uma negra muito bonita, com bela voz, com pouco cabelo, muito vaidosa e diferente, bem diferente das mulheres que viveram a mesma opressão da escravidão.

LISTA DAS FONTES

ENTREVISTAS ORAIS

Albertino Maya de Oliveira, 86 anos. Entrevista concedida em 20 de maio de 2014.

Ana Maya de Oliveira, D. Nininha, 92 anos. Entrevista concedida em 20 de maio de 2014.

Evandio Mendes Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 17 de julho de 2014.

João Santana Cedraz, 70 anos. Entrevista concedida em 15 de janeiro de 2015.

José Pedro de Souza Oliveira, 66 anos. Entrevista concedida em 17 de julho de 2014.

Maria Silva de Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 24 de agosto de 2014.

Maria Rosenalva Carneiro da Silva, 72 anos. Entrevista concedida em 9 de setembro de 2014.

Manoel Carneiro da Silva, 73 anos. Entrevista concedida em 9 de setembro de 2014.

Orlando de Matos Carneiro. Entrevista concedida em 20 de abril de 2014; 19 de setembro de 2015.

Rita Maria de Jesus, 77 anos. Entrevista concedida em 27 de julho de 2015.

Romão Cedraz de Oliveira, 78 anos. Entrevista concedida em 20 de abril de 2014; 10 de julho de 2015.

Roque Visita Cordeiro, 79 anos. Entrevista concedida em 17 de julho de 2015.

LISTA DE FONTES MANUSCRITAS

CEDOC- UNEB

Livros de Notas (1870-1874): (1875-1883), (1884-1889), (1890-1905), (1905-1908), (1909-1911), (1912-1915), (1916-1920), (1921-1925), (1926-1930), (1931-1934):

-Escrituras de compra e venda de escravos;

-Cartas de Liberdade; Procurações;

-Escrituras de compra e venda de imóveis e propriedades rurais;

-Petições;

-Atas de eleições.

Testamentos (1870-1933);

Declarações de nascimentos (1870-1888);

Declarações de óbitos (1870-1888)

Inventários post-mortem (1870-1905);

ACPCC

Assentos de Batismos (1870-1930);

Registros de Casamentos (1870-1920);

Registros de Óbitos (1870-1933).

APEB

Livros de Registros Eclesiásticos das terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Nº 4393-4396.

FHC-ACMFS

Assentos de Batismos (1840-1910);

Registros de Casamentos (1850-1910);

Registros de Óbitos (1860-1869).

2. FONTES IMPRESSAS

CENTRO CULTURAL ANA RIOS DE OLIVEIRA- CONCEIÇÃO DO COITÉ

ARAUJO, Antonio José de. *A família de Serrinha*. Serrinha. Typografia do “O Serrinhense”, 1926.

FRANCO, Tasso: *A colonização portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia*. Salvador: EGBA/ Assembleia Legislativa do Estado, 1996.

OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Conceição do Coité e o Sertão dos Tocós*. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002.

_____. *Sisal, suor e Poder: crônica de uma região*. Conceição do Coité: Editora Clip, 2003.

_____. *Conceição do Coité: a Capital do Sisal*. Salvador-Ba: Gráfica da UNEB, 1987.

ARQUIVO PESSOAL DO MEMORIALISTA Orlando Matos Barreto

BARRETO, Orlando Matos. *Conceição do Coité: da Colonização a emancipação-1730-1890*. Conceição do Coité: Clip Gráfica e Editora, 2007.

_____. *Martinha: escrava, esposa, rainha*. Conceição do Coité: Clip Gráfica e Editora, 2004.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: A arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP; Edusc, 2007.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas, século XIX*. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.
- ALMEIDA, Suely Creuza Cordeiro. *Vida íntima entre senhores e escravos no Recife e na Lisboa setecentistas: três histórias, três memórias*. Artigo. Afro-Ásia. 43 (2011), p. 195-212. Mar/2009; out/2011.
- ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima: o caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social- Bahia c. 1780- c. 1830*. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- ALVES, Maria Angélica. *A educação feminina no Brasil do entre-séculos (XIX e XX) imagens da mulher intelectual*, s/n.
- ASSIS, Nancy Rita Santo Sé de. *“Baianos do honrado Império do Brasil: Honra, poder e virtude no Recôncavo (180-1889)”* Niterói, Tese de Doutorado em História. UFF, 2006.
- BARRETO, Orlando Matos. *Conceição do Coité: da Colonização a emancipação-1730-1890*. Conceição do Coité: Clip Gráfica e Editora, 2007.
- _____. *Martinha: escrava, esposa, rainha*. Conceição do Coité: Clip Gráfica e Editora, 2004.
- BARROS, José D’ Assunção. *Sobre a feitura da micro-história*. In OPSIS, Vol. 7, n° 9, Jul/Dez 2007, pp. 167-185.
- CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro 1840-1918*. Rio de Janeiro: Unicamp, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica). Cadernos Pagu (4) fazendo história das mulheres, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP, 1995. PP. 40-43.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, artes de fazer*. 7. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

COSTA, Stéffano Muniz Figueiredo. *De Ricoeur a Portelli: memória de operários e História Oral*. In: XI Encontro Regional Sudeste de história Oral. Jun. 2015/ Niterói- RJ. Universidade Federal Fluminense. p. 1-10.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: Condição feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal da Bahia, 1994.

FERREIRA, Elizângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras: Trajetórias familiares e uso social do espaço no Sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

_____. *Os laços de uma família: da escravidão a liberdade nos sertões do São Francisco*. (Artigo).

FERREIRA, Antonio Celso. *A fonte fecunda*. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. Pp. 302.

FRANCO, Tasso. *Serrinha: A Colonização Portuguesa numa cidade do Sertão da Bahia*. Salvador: EGBA, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala. Formação da família brasileira sob o Regime da Família Patriarcal* (1933). Rio de Janeiro- São Paulo: Record, 2001.

FREYRE, Luiz Cleber Moraes. *Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: Agropecuária, riqueza e escravidão em Feira de Santana, 1850-1888*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes- o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Família e relações de gênero no Tejuco: o caso de Chica da Silva*. (Artigo) s/n. pp. 1-24, 2003.

GANDON, Tania Riserio d'Almeida. *Etnotexto e identidade cultural na construção da memória*. P. 231. In: Revista da FAEEBA. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I- v. 14, nº 23. Jan./jun., 2005. Salvador: UNEB, 2005. p. 227-233.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade- as ações de liberdade da Corte de Apelação no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro edelstein de pesquisas sociais, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Edições Vértice. Editora Revista dos Tribunais LTDA, São Paulo: 1990.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 5ª Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2008.

LACERDA, Ana Paula Carvalho Trabuco. *Caminhos da Liberdade: a escravidão em Serrinha- Bahia* (1866-1888). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2008, p.102.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino, entre letras e lutas*. Bahia 1851-1923. São Paulo: Annablume, 2009.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Henrique Espada. *A família de Maria do Espírito Santo e Luis de Miranda Ribeiro: "agências e artes" de libertos e seus descendentes no Desterro do século XIX*, PP.383-442. In: XAVIER, Regina Célia Lima (org) *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994.

MATOS, Hebe. *Das cores do silêncio: Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista- Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: EDUSC, 2009.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Tipologia da família Baiana. In: _____ *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição na Bahia*. 2ª Ed. Campinas-SP : Editora da UNICAMP, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro paulista*. Artigo- Salvador: Afro-Ásia, 2000.

OLIVEIRA, Vanilson Lopes de. *Conceição do Coité e o Sertão dos Tocós*. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2002.

_____. *Sisal, suor e Poder: crônica de uma região*. Conceição do Coité: Editora Clip, 2003.

ORELLANA, Rodrigo Castro. *Michel de Certeau: História e ficção*. Princípios- Revista de Filosofia, Natal (RN), v. 19, n. 31, Janeiro/Junho de 2012.

PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. In Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 9, nº18. P.9-18. Agosto 89./ set 89.

POLLACK, *Memória , esquecimento e silêncio*”. In: Estudos Históricos, vol.2, n.3, 1989, 3-15.

PONTES, KÁTIA Vinhático. *Mulatos, políticos e rebeldes baianos*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2010.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a História Oral diferente*. In: Projeto História-Cultura e Representação. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História. SP: Edusc. Fevereiro, 1997.

RACHEL, Soihet. *História das mulheres e História de Gênero*. Um depoimento. Cadernos Pagu (11) 1998.

RAGO, Margareth. Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar*. Brasil 1890-1930. Paz e Terra, 1995.

REIS, Isabel Cristina Ferreira de. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850 – 1888*. Campinas, SP: [s.n], 2007.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822- c, 1853)* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RIOS, Iara Nancy Araújo. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: Um pai-de-santo na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SANTOS, Adriana Silva. *As relações de trabalho no pós-abolição: uma discussão historiográfica*. s/n.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (840-1870)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*, Brasil, sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. “ *O que Ruy Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX*”. Estudos Econômicos, vol. 13:1 (jan/ abril-1983).

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. (Dissertação) Mestrado em História- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- UFBA. Salvador: UFBA, 1994.

SOUZA, Edimária Lima Oliveira. *Vestígios no tempo: escravidão e liberdade na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité (Monografia)*. Conceição do Coité: UNEB, 2013.